

Adriano Mohn e Souza

**JOVENS E EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA:
QUE DISCURSO É ESSE?**

**Universidade Católica de Goiás
Mestrado em Educação
Goiânia, agosto de 2006**

Adriano Mohn e Souza

**JOVENS E EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA:
QUE DISCURSO É ESSE?**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profª Drª Maria Tereza Canezin Guimarães.

**Universidade Católica de Goiás
Mestrado em Educação
Goiânia, agosto de 2006**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Tereza Canezin Guimarães
- Presidente -

Prof^a Dr^a Elianda Figueiredo Arantes Tiballi

Prof^a Dr^a Anita Cristina Azevedo Resende

Data: 04 de setembro de 2006.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores do Curso de Mestrado em Educação, com os quais aprendi, continuamente, a ser não apenas um Administrador, mas também um educador.

Em especial, à Professora Dr^a Maria Tereza Canezin Guimarães, que exerce a atividade de educar conciliando o ensino e a pesquisa.

Às Professoras Dr^a Elianda Figueiredo Arantes Tiballi e Dr^a Anita Cristina Azevedo Resende, pelas contribuições inestimáveis à realização deste estudo.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em especial, a Paulo Fernando Mohn e Souza, meu amado irmão. Também aos meus pais, Alnei Guimarães Souza e Marly Mohn e Souza, pelo amor e dedicação a este filho. A Fabrícia Pereira de Rezende, minha eterna companheira. Aos meus tios Aldo Guimarães Souza - meu padrinho - e Nestor Guimarães Souza, por quem nutro uma profunda gratidão por todo o apoio em minha trajetória de vida. À Professora Maria Tereza Canezin Guimarães, pelos ensinamentos e pelo exemplo de comprometimento científico. À Professora Eliane Silva, por ter sido quem primeiro acreditou e incentivou a tornar-me um pesquisador. Ao jovem brasileiro, inspiração desse esforço investigativo.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	07
RESUMO	08
ABSTRACT	09
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A EMERGÊNCIA DO DISCURSO EMPREENDEDOR E O TRABALHO PARA O JOVEM	26
1.1 Origens do Termo Empreendedor	26
1.2 Pressupostos que Fundamentam o Empreendedorismo na Atualidade ..	31
1.3 O Empreendedorismo no Brasil	35
1.4 Internacionalização do Capital: Transformações Tecnológicas, Novas Formas de Regulação do Trabalho	38
CAPÍTULO II - JUVENTUDE, EMPREGO E PROTAGONISMO JUVENIL ...	57
2.1 O Protagonismo Juvenil na Perspectiva dos Organismos Internacionais: <i>o Empoderamento do Jovem Empreendedor</i>	57
2.2 A Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Emprego do Jovem.	71
CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: CONCEPÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS E O JOVEM	83
3.1 Educação Empreendedora na Esteira da Relação Trabalho-Educação...	83
3.2 Educação e Pedagogia Empreendedora: a Teoria do Sonho?	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

LISTA DE SIGLAS

- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD** - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BM** - Banco Mundial
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- DCNEM** - Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- OCDE** - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos
- ODM** - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- OEA** - Organização dos Estados Americanos
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- ONG** - Organização Não Governamental
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PEA** - População Economicamente Ativa
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SEBRAE** - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

A presente dissertação, intitulada “Jovens e Educação Empreendedora: que discurso é esse?”, objetivou desenvolver um estudo a respeito do discurso do empreendedorismo e seu direcionamento aos jovens. O discurso empreendedor organiza-se ideologicamente como uma concepção de mundo, no sentido dado por Gramsci, e vale-se da premissa de que a educação sob a ótica empreendedora é a única saída para o jovem enfrentar os desafios e as conseqüências do processo de internacionalização do capital, especialmente a crise estrutural do trabalho assalariado, a crescente desigualdade e exclusão social, assim como a pobreza material. As implicações dessa concepção de mundo para o jovem trabalhador suscitaram algumas reflexões: o que é o empreendedorismo e em que base material sustenta-se a emergência de seu discurso para os jovens? Qual a relação entre o discurso empreendedor e o protagonismo juvenil na perspectiva dos organismos internacionais? A que jovens se destinam, prioritariamente, as ações de *empoderamento* da juventude propostas por essas entidades, e qual o seu enfoque quanto ao trabalho e ao emprego do jovem? O que é educação empreendedora, qual o seu propósito, e, quais as bases de sua fundamentação? Essas questões foram sintetizadas no seguinte problema: quando, como e por que os jovens aparecem no discurso do empreendedorismo? Essa investigação pautou-se, no aspecto metodológico, pela pesquisa bibliográfica e documental e sustentou-se, teoricamente, no conceito de ideologia em Gramsci, o que possibilitou a compreensão de como se difunde a concepção empreendedora para a educação do jovem trabalhador. Tal concepção encontra lastro na lógica dos organismos internacionais, ao sustentarem que o combate à pobreza, em especial nos países periféricos do capitalismo mundial, deve se dar por meio do *empoderamento* da juventude, cujo propósito é o de tornar o jovem um agente de transformação e desenvolvimento, alterando o conteúdo e atribuindo um novo sentido para o que se entende por protagonismo juvenil. Ao orientar a análise no sentido de compreender a organicidade, a pertinência histórica e os fundamentos de persuasão do discurso de formação de jovens empreendedores, chegou-se à conclusão de que essa orientação, sob o argumento da realização do sonho e do sucesso pessoal e profissional, dissemina uma tese que pretende ser a solução para o “trabalho” do jovem, mas que, na verdade, vem naturalizar a sua condição de protagonista empreendedor, único responsável por sua sobrevivência e pelo desenvolvimento econômico da coletividade a que pertence, revelando-se um discurso pragmático e ideológico, que reforça o individualismo próprio da racionalidade neoliberal.

ABSTRACT

The present dissertation, entitled “Young people and the Entrepreneurial Education: what kind of speech is this?”, intended to carry out a study about the entrepreneurial speech and its application to the young. The entrepreneurial speech is ideologically organized as a concept of world, in the sense introduced by Gramsci, and is based on the premise that entrepreneurial education is the only way young people can face the challenges and consequences of the process of capital internationalization, specially the structural crisis of the wage-earning jobs, the increasing social differences and exclusion, as well as material poverty. The implications of this concept of world to the young worker has arisen some reflections: what is entrepreneurship and what material base supports the emergence of its speech to young people? How do entrepreneurial speech and youth protagonism relate in the perspective of the international organisms? Towards what kind of young people are the actions of empowerment for the youth proposed by these entities addressed, and what is the approach given by these actions to the work and the job of the young? What is entrepreneurial education, what is its purpose, and what are its basis? These questions have been synthesized in the following problem: when, how and why do young people appear in the speech of entrepreneurship? This dissertation, methodologically speaking, was developed as a bibliographical and a documentary research and was supported, theoretically, in the concept of ideology, in Gramsci. It helps understanding how the conception of entrepreneurship has spread out so widely in the education of the young worker. Such speech is based on the logic used by international organisms. According to these organizations, fighting against poverty, specially in the peripheral countries of capitalism, must be carried out by means of the empowerment of the youth. By doing so, these young people would turn out to be agents of transformation and development, modifying the content and changing the sense of the so-called “youth protagonism”. As the analysis covers its way to understand the constitution, the historical relevance and the basis of persuasion of the speech of the education of young entrepreneurs, it reached the conclusion that this orientation, under the excuse of helping make a dream come true and helping achieve personal and professional success, spreads a thesis that intends to be the solution for the labor problem of the young. But, in fact, its real effect is to reinforce his condition as a protagonist entrepreneur and as the only responsible for his survival and for the economic development of the community that he belongs to, disclosing a pragmatic and ideological speech, that strengthens individualism, typical element of the neoliberal rationality.

INTRODUÇÃO

Constata-se, desde os fins do século passado, a recorrência de um discurso cuja retórica busca seduzir o trabalhador com a promessa da liberdade e da felicidade. É o discurso do empreendedorismo. Livre do culto ao trabalho formal, o discurso empreendedor propõe libertar o trabalhador das limitações do formato tradicional de emprego, permitindo-lhe explorar autonomamente todas as suas capacidades cognitivas, técnicas e emotivas, garantindo, assim, a tão sonhada realização pessoal e profissional. O trabalhador idealizado é aquele independente e competitivo, além de ser responsável individualmente pelos riscos de suas empreitadas.

Seja independente; inovador; flexível; assuma riscos; cuide de sua imagem; realize seus sonhos; não procure emprego - pois esse acabou. Produza; desenvolva sua inteligência emocional; encare você mesmo como um negócio; seja um empreendedor de sucesso. Essas e outras regras de ação passam a fazer parte do discurso da “nova” lógica do capital para o trabalho.

O discurso empreendedor oriundo do campo empresarial, presente na mídia, nas organizações estatais e não governamentais, e mais recentemente nas escolas desde o ensino fundamental até o nível superior, inclusive nas públicas, sugere os parâmetros de formação de um trabalhador desprendido das amarras legais e formais das relações salariais.

O desenho delineado do trabalhador como empreendedor surge em um contexto de profundas mudanças na sociedade, nas formas de se organizar, de produzir bens, de comercializá-los, bem como na lógica de dominação e exclusão próprias das formas recentes de acumulação do capital na modernidade. As orientações/ações do atual modelo de organização capitalista vêm impondo novas demandas aos indivíduos, sociedades, Estados e Governos, particularmente no campo educacional.

De acordo com Antunes (1999), a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade das relações humanas quanto na esfera de subjetividade, dada às complexas formas de existência humana.

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho (p. 15).

Também para Frigotto (2001), vive-se uma crise histórica sem precedentes, não uma crise cíclica do capitalismo, mas uma crise de natureza estrutural, profunda, que afeta todo o conjunto da humanidade.

... esta crise afeta - pela primeira vez em toda a história - o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (Mészáros apud FRIGOTTO, 2001, p. 31).

Na leitura que Frigotto (2001) faz da interpretação da crise do capitalismo são destacas três dimensões:

O esgotamento de sua capacidade civilizatória; capacidade exponencial de produzir mercadorias, concentração de riqueza, de conhecimento e de poder e sua incapacidade de distribuir e de socializar a produção para o atendimento das necessidades humanas básicas; e a hipertrofia do capital financeiro especulativo que ameaça o pilar fundamental do capital: a propriedade privada (p. 32).

Na esfera sócio-econômica, o capital, centrado no monopólio das novas tecnologias microeletrônicas, associadas à informática, rompe fronteiras e globaliza-se. São tecnologias, que incorporadas ao processo produtivo, promovem crescimento econômico e maior produtividade, em contrapartida, o trabalho se realiza sob a égide da precarização.

A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados (ANTUNES, 1999, p. 16).

A lógica formal do capital afirma que, para se tornarem competitivos e empregáveis, os trabalhadores devem ser educados a fim de adquirir competências ou habilidades nos campos cognitivo, técnico, de gestão e atitudes.

Nesse sentido, de acordo com Frigotto (1998, p. 14), estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho, da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego, e, agora, da empregabilidade.

Em nome da competitividade e produtividade é que a educação formal e não formal deve dar conta da formação de um novo tipo de trabalhador, polivalente, flexível, criativo, com autonomia intelectual. Um trabalhador que tenha condições de ser o único responsável por sua sobrevivência, por sua educação e por sua empregabilidade, ou seja, submetido ao argumento do cidadão empreendedor, que na prática, demonstra ser

... uma verdadeira apologia da precarização do trabalho: a defesa, ainda que indireta, da expansão do mercado informal e, de maneira explícita, do “formal” com diminuição dos direitos e garantias existentes e, ainda, a difusão da idéia de que qualquer um pode se tornar seu próprio patrão, num incentivo à abertura de microempresas, na maioria dos casos fadadas ao fracasso (FOGAÇA, 1999, p. 59).

O discurso da necessidade do trabalhador empreendedor, que concilia o sonho da independência produtiva e a auto-realização pessoal e profissional, encontra vínculos orgânicos com a crise do trabalho assalariado que acomete as economias globalizadas, principalmente as chamadas economias emergentes, como é o caso brasileiro.

Estudiosos como Frigotto (2004) e Pochmann (2002) revelam que nestas economias, em nome da competitividade global, os empregos formais estão cada vez mais instáveis e os salários mais baixos. Os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores são alvos constantes de uma campanha em prol da flexibilidade das relações trabalhistas e da fragilidade das redes de proteção do trabalhador. Um projeto que tem no Estado um grande aliado, por sua omissão no desenvolvimento de políticas eficientes de emprego e renda.

Em sua obra *O Trabalho sob Fogo Cruzado* (2002), Pochmann destaca alguns dos argumentos formulados pelos principais ideólogos do pensamento neoliberal, corrente mais conservadora do liberalismo, que se fundamenta na supressão dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, bem como na fragilização do Estado no desenvolvimento de políticas que satisfaçam as demandas por um padrão¹ sistêmico de integração social. Segundo o autor, as críticas a esse padrão estavam já contempladas nas teses de Friedrich von Hayek e Milton Fridman, desenvolvidas entre as décadas de 40 e 60 do século passado. De acordo com Pochmann, são os seguintes argumentos conservadores contra os entraves inibidores das forças de mercado, decorrentes da ação do Estado, dos sindicatos e do gasto social:

(I) o desencentivo ao trabalho e a restrição à liberdade do cidadão promovidos pelos mecanismos promotores de proteção e de garantia de renda, por meio do estado de bem-estar social; (II) a elevação artificial do custo do trabalho decorrente das bases de financiamento do estado de bem-estar social que oneravam, em parte, o salário pago; (III) o enrijecimento do padrão de uso e remuneração da mão-de-obra proporcionado pelo monopólio dos sindicatos na contratação coletiva de trabalho e na restrição à geração de ocupações flexíveis e à demissão com maior facilidade; (IV) a inibição ao crescimento econômico e à abertura de novos empregos promovida pelo constrangimento da poupança privada e das margens de lucro, por meio do aumento da carga tributária e da regulação econômica pelo Estado e sindicatos; e (V) o aumento da inflação decorrente da pressão salarial exercida pelos sindicatos (p. 15).

O atual processo de acumulação capitalista, “cuja essência está em acumular, concentrar, centralizar e, como consequência, excluir concorrentes e explorar a força de trabalho” (FRIGOTTO, 2001, p. 65) se realiza mediado por tensões constantes nas relações de trabalho. Tem a especificidade de transferir cada vez mais para o trabalhador o sentimento de que ele é o principal responsável pela sua empregabilidade, isto é, de estar apto para competir no mercado de trabalho formal em uma realidade de escassez de postos de trabalho.

¹ Este padrão promoveu no pós-guerra um conjunto de condições favoráveis ao mundo do trabalho, por meio da presença de um quase pleno emprego, do desenvolvimento do Estado de Bem-estar social e da forte atuação dos sindicatos e partidos políticos comprometidos com os trabalhadores (POCHMANN, 2002, p. 13).

Segundo Martins, este estado de coisas ganha certa dramaticidade quando o jovem é inserido no mundo do trabalho. O autor elege alguns fatores que dificultam a inserção dos jovens no mercado de trabalho e suas perspectivas de futuro profissional:

... a) a diminuição das oportunidades de empregos para jovens, especialmente em decorrência do emprego de processos tecnológicos mais avançados de produção; b) a mobilidade ocupacional do jovem, que transita por várias situações de trabalho (aprendizagem, trabalho precário, temporário, em tempo parcial etc.); c) a precarização do trabalho juvenil, que determina ao jovem o trabalho secundário, nos setores periféricos da economia (Martins apud CANEZIN, 2002, p. 16).

Pode-se supor que o discurso da independência - empreendedorismo - busca ser a solução para o desemprego. O trabalhador deve ser um aspirante a empresário que tem como missão apreender as estratégias de competição em um mercado globalizado, gerenciando sua trajetória de vida na perspectiva do “negócio”. Todavia, esse discurso oculta seu caráter excludente, por naturalizar o fracasso daqueles que não tiveram as condições e nem mesmo a chance de lutar por sua própria sobrevivência.

Para Barreto (1998, p. 191), as mudanças tecnológicas e socioeconômicas verificadas em escala mundial intensificaram, nas últimas décadas, a importância dos pequenos empreendimentos como elementos geradores do desenvolvimento econômico,

... face à sua habilidade para inovar, diversificar e criar novos empregos. Tal fenômeno coloca, perante os agentes de desenvolvimento, órgãos governamentais, universidades e institutos de treinamento, o desafio de fomentar o desenvolvimento de novos empreendimentos através da formação da cultura empreendedora. Por tudo isso, **a educação para o empreendedorismo está se tornando um componente importante na integração dos programas acadêmicos de universidades e escolas, com nítida tendência à expansão propelida pelas forças socioeconômicas** (grifos nossos).

O referido autor entende que é possível visualizar no formato de organização do capitalismo a emergência de uma economia baseada em pequenos e médios

negócios, o que o faz enfatizar a necessidade de preparar e educar sujeitos na condição de potenciais empreendedores

... para que identifiquem oportunidades, equipando-os com os conhecimentos e as habilidades necessárias ao gerenciamento dessas oportunidades com redução dos riscos e da probabilidade de fracasso (p. 193).

É nesse contexto que as futuras gerações estão sendo levadas a encarar a sua trajetória pessoal e profissional. “A ideologia neoliberal não se cansa de repetir que a saída para a desocupação estaria na possibilidade do microempreendimento da juventude” (CARRANO, 2003, p. 135). Por essa razão é que se toma o jovem como o sujeito das reflexões da presente investigação.

O cinismo do discurso aponta para que o jovem, empresário de si mesmo (o Eu S.A), se qualifique para um mundo de terceirização, de demandas laborais flexíveis e policognitivas, num quadro de escassez de postos de trabalho (CARRANO, 2003, p. 135).

Segundo Dornelas (2001), o problema da empregabilidade do jovem no Brasil reside no fato de que em geral os alunos são preparados para serem ótimos empregados e para crescerem no interior de uma organização. “Ninguém lhes mostra que podem ser empreendedores e criar algo novo. Quando isso ocorre, muita coisa muda na cabeça dos jovens e potenciais empreendedores” (p. 17). O autor reforça a perspectiva de que empregabilidade se relaciona aos processos de ensino e não às questões estruturais de organização do capitalismo, supõe que a orientação para o trabalho, no sentido de desenvolver jovens por meio de habilidades, atitudes e ações empreendedoras, constitui a saída para a crise do trabalho assalariado.

É no conteúdo desse discurso atual que emerge a expressão *jovem empreendedor*. Na crise do mundo do trabalho a saída preferencial para o jovem, segundo o discurso, é o desenvolvimento de competências para o aproveitamento, por intermédio de empreendimentos próprios, das potenciais “oportunidades” que o mercado proporciona.

Para satisfazer as demandas laborais do mundo globalizado, os jovens são alvo do discurso empreendedor que se movimenta na busca de adesões, permeando diferentes campos² sociais, tendo especialmente os campos empresarial e acadêmico como principais espaços de produção, legitimação e reprodução de suas orientações.

Para a lógica do capitalismo atual, quem é o melhor agente de transformação, **senhor de seu destino**, que com suas atitudes e ações contribui para o desenvolvimento econômico-social da realidade que o circunda? Seria o jovem? Como esse jovem deve ser formado? Quais as concepções dos organismos internacionais a respeito do jovem empreendedor?

Pode-se supor que a educação para o empreendedorismo, ou seja, a *educação empreendedora*, cumpre um papel no discurso destinado ao jovem, em especial, para o jovem trabalhador, qual seja, o de influir nos seus modos de pensar, agir e sentir, para que atue como protagonista das estratégias necessárias de combate à situação de desigualdade social e pobreza.

Portanto, este estudo justifica-se pela emergência em se aprofundar estudos a respeito da lógica empreendedora para formação do jovem³ trabalhador, revelando uma concepção de mundo que busca naturalizar a condição do jovem como único responsável por seu destino, especialmente se este é a pobreza e a exclusão.

De acordo com Lulianelli (2003), durante a década de 1990, as taxas de crescimento da população jovem foram muito intensas. Para o autor, no período compreendido entre 1985 e 1995, a Organização das Nações Unidas produziu mecanismos de controle da situação dos jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos. Constatou, ainda, que cerca de 85% dos jovens no mundo vivem nos chamados

² De acordo com Bourdieu (apud BONNEWITZ, 2003, p. 60), "Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmo social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem à lógicas diferentes".

³ Neste estudo, classificam-se como jovens aqueles pertencentes à faixa etária de 15 a 24 anos, de acordo com os critérios utilizados pela Organização Mundial de Saúde - OMS - e pela Organização das Nações Unidas - ONU.

países em desenvolvimento, e que segundo dados da Organização Internacional do trabalho (OIT), existem 70 milhões de jovens desempregados. Acrescenta também o crescimento da taxa de desemprego, aliado à renovação tecnológica e à crise do Estado de Bem Estar, configurou uma situação potencialmente explosiva, fazendo a Organização das Nações Unidas reconhecer que

... é difícil para muitos países atender às necessidades de emprego de milhões de jovens desempregados, enquanto estão lutando com a dívida externa, déficits, o abismo de acesso aos mercados externos, baixos preços para as suas mercadorias e liberalização econômica (ONU, Assembléia Geral, apud IULIANELLI, 2003, p. 64).

Essa realidade levou o Sistema das Nações Unidas a construir um programa de ações voltado para os jovens, em especial para corroborar o combate à pobreza que atinge especialmente as pessoas dos países periféricos nessa fase da vida. Nesse sentido, compete indagar acerca da concepção de Juventude presente em programas e projetos a ela direcionados, formulados tanto pelo Estado quanto por instâncias da sociedade civil.

A temática da Juventude tem merecido especial atenção por parte dos meios de comunicação, da academia, de partidos políticos, de organizações não governamentais, de organismos internacionais e, também, das instituições governamentais que, ao conceberem ações públicas dirigidas aos jovens, reforçam a passagem do tema de um estado de coisas⁴ a um problema político. Como salienta Abramo (2005, p. 39), de “demandas sentidas, mas ainda não inseridas no debate público e sem força para gerar respostas por parte do Estado”, o tema Juventude passa para demandas que têm “logrado obter maior espaço nas agendas governamentais, a ponto de engendrar uma série de mobilizações para a posição de espaços institucionais e planos de políticas públicas para o segmento”.

De acordo com Abramo (1997) a temática da Juventude esteve presente na opinião pública e no pensamento acadêmico simbolizando os dilemas da

⁴ De acordo com Sposito e Carrano (2003, p. 17), Maria das Graças Rua, em instigante análise sobre as ações públicas destinadas à juventude, ao fazer um balanço em meados da década de 1990, opta por uma sugestiva definição de políticas públicas: “proponho o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” e contrapõe a idéia de “problemas políticos” à expressão “estado de coisas”. Assim, somente quando alcançam a condição de problemas de natureza política, alguns processos de natureza social abandonam o “estado de coisas” (grifos dos autores).

contemporaneidade, condensando as angústias e esperanças em relação às tendências sociais do presente e do futuro. Segundo a autora, a concepção do que venha a ser Juventude foi baseada no conceito proposto pela sociologia funcionalista, que a entende

... como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através de aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos (...) Por isso mesmo é momento crucial para a continuidade social: é nesse momento que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo conseqüências para ele próprio e para a manutenção da coesão social (ABRAMO, 1997, p. 29).

De acordo com Abramo (1997), é nesse sentido que se pode entender a ênfase dada ao processo de socialização dos jovens e suas possíveis disfunções, pela sociologia funcionalista, e por boa parte da sociologia que se ocupa do tema da Juventude. Por ser a Juventude pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos, são as falhas desse processo que se constituem em temas de preocupação social. Portanto, a Juventude passa a ser tematizada pela ótica do problema social. Em uma síntese da exposição de Abramo (1997), apresenta-se o modo como a temática foi sendo abordada a partir da segunda metade do século XX:

Nos anos 50, o problema social da juventude era a predisposição generalizada para a transgressão e a delinquência, quase que inerente à condição juvenil (...) Nos anos 60 e parte dos anos 70, o problema apareceu como sendo o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social, nos planos político, cultural e moral (...) É em contraste com essa imagem que a juventude dos anos 80 vai aparecer como patológica por que oposta à da geração dos anos 60: individualista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática (...) Nos anos 90 a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 80: já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação, e agora, mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (ABRAMO, 1997, p. 30-32).

Abramo (2005, p. 42) ressalta que boa parte da literatura sociológica sobre a Juventude oscilou entre análises que privilegiam o plano simbólico, desembocando na consideração da juventude como mero signo, e análises que privilegiam a posição na estrutura econômica, destituindo-a de significação social.

Para resolver tal tensão, tanto Abramo (2005) como Sposito (2003) fazem referência à proposição de Miguel Abad de distinção entre condição juvenil e situação juvenil:

... *condição* (o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida) (...) e *situação*, que revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais - classe, gênero, etnia etc. (grifos do autor) (ABRAMO, 2005, p. 42).

Apoiada em Mario Margulis, Abramo (2005) reforça a importância de se levar em conta esses diferentes planos de análise. Para a autora, a Juventude, como toda categoria socialmente constituída, possui uma dimensão simbólica, mas deve também ser analisada a partir dos aspectos materiais, históricos e políticos.

Além da ótica analítica, é preciso levar em consideração as mudanças historicamente impressas a essa condição, que exigem a ampliação do foco de análise. **E foram muitas as mudanças ao longo de todo o século passado, trazidas por transformações econômico-sociais, no mundo do trabalho**, no campo dos direitos (...), e da cultura. Mas também pela experiência e ação dos próprios jovens (grifos nossos) (ABRAMO, 2005, p. 42).

Refletindo sobre políticas públicas de Juventude no Brasil, Sposito (2003) indica que as orientações e imagens socialmente construídas sobre a Juventude refletem relações de poder, um campo de disputa não só em relação às modalidades de ações, mas em torno dos significados atribuídos à condição do jovem. Citando Lefebvre, a autora assume que as representações não são falsas e nem verdadeiras mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas reais e falsas na medida em que dissimulam objetivos reais (Lefebvre apud SPOSITO, 2003, p. 61).

Ao tratar das representações sobre o jovem, Sposito (2003) afirma que de um modo geral, no Brasil, os jovens continuam sendo tematizados como um problema social. Entretanto, ressalta a permanência de orientações anteriores, pautadas na defesa de uma integração dos jovens nos moldes da modernização da década de 1950, consubstanciadas na idéia da escolaridade como fator de mobilidade social e na necessidade de ocupação do tempo livre do jovem. A autora esclarece que algumas propostas apóiam-se em mecanismos de controle social, focados agora nos jovens pobres e marginalizados das periferias das grandes cidades, e outras na defesa de mecanismos de inclusão desses jovens mediante políticas compensatórias e de integração ao mercado de trabalho. Revela, ainda, a ocorrência de uma ordem de proposições que entendem os jovens como sujeitos integrais de direitos e aquelas que

... consideram os segmentos jovens como um capital humano que deve ser cada vez mais rentável, mediante alguns investimentos que os habilitem a uma melhor qualificação - dentre eles o educacional -, tal como foi observado a partir dos anos 1970 no Brasil, com as denominadas teorias do capital humano (grifos nossos) (SPOSITO, 2003, p.62).

Como salienta Abramo (2005), apoiada nas reflexões de Rua (1998), em relação à temática da Juventude, estamos atualmente “no estágio da formulação: na definição e escolha de alternativas para buscar soluções para o problema político” (ABRAMO, 2005, p. 39). Segundo a autora, é nesse processo que aparecem os debates sobre o sentido que se deseja dar ao termo Juventude, traduzindo-se em uma disputa pelo papel que se deseja atribuir a essa categoria na conjuntura histórica atual, e como ela deve ser focada pelas políticas públicas.

Diversos têm sido os pontos de partida deste debate: um deles é o que se foca nas condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade e seus traços dominantes (...) Outro é o que toma a juventude como contingente demográfico e busca verificar as características que informam a respeito das situações de inclusão e exclusão dos diferentes subgrupos de jovens, para concluir sobre os focos prioritários para as políticas sociais (...) Outro, ainda, partindo da postulação do jovem como sujeito de direitos, busca examinar o que constitui a singularidade da

condição juvenil e quais são os direitos que dela emergem, e que devem ser garantidos por meio de políticas públicas (ABRAMO, 2005, p. 40).

Abramo (2005) adverte sobre a dificuldade de se precisar o termo juventude, por ele ser abordado por diversos ângulos: “cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte e, dentro delas, diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir” (p. 37). Contudo, alerta que “precisamos falar de ‘juventudes’, no plural, e não de ‘juventude’ no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição” (p. 44). Entretanto, afirma que o termo Juventude “nunca esteve tão presente nos discursos e nas pautas políticas” (p. 38).

Dentre esses discursos encontra-se o do empreendedorismo, que toma os jovens como alvo de suas orientações. Portanto, tem-se o propósito de problematizar quando, como e porquê os jovens aparecem no discurso do empreendedorismo? Esta questão, central no presente estudo, desdobra-se em outros aspectos que se inter-relacionam: O que é a educação empreendedora? Quais seus pressupostos e a sua orientação político-pedagógica para os jovens? Qual a lógica que sustenta o discurso de formação do jovem empreendedor?

A investigação da temática Jovens e Educação Empreendedora: Que Discurso é Esse? pautar-se-á por uma postura crítica sobre os “argumentos do adversário” na perspectiva gramsciana, ou seja, os argumentos do discurso empreendedor para o jovem trabalhador serão analisados segundo a orientação metodológica que considera o seguinte:

Na colocação dos problemas históricos-críticos, não se deve conceber a discussão científica como um processo judiciário, no qual há um réu e um promotor, que deve demonstrar por obrigação que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação. Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais avançado quem se coloca do ponto de vista segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como um momento subordinado, na sua própria construção. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, talvez, todo o pensamento passado), significa estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é,

significa colocar-se em um ponto de vista crítico, o único fecundo da pesquisa científica (GRAMSCI, 1984, p. 31).

O conceito central que orientará o processo investigação é de ideologia, compreendido na perspectiva gramsciana. Nesse sentido, o discurso empreendedor para o jovem será analisando em termos de sua organicidade, pertinência histórica e fundamentos de persuasão.

Para Gramsci, a ideologia, considerada uma superestrutura, estaria presente em todas as atividades humanas, não se restringindo apenas ao campo da produção de idéias. Por esse entendimento, “rompe com a concepção que reduz a ideologia a um mero sistema” (SANTOS, 1980, p. 45), atribuindo a ela uma tripla dimensão positiva⁵, qual seja:

Uma *dimensão cognitiva*, enquanto esfera na qual os homens tomam consciência das contradições do real; uma *dimensão ontológica*, enquanto nível superestrutural da totalidade social e “forma” da estrutura econômica; e uma *dimensão axiológica normativa*, enquanto horizontes de valores que apelam à ação, à prática (grifos do autor) (p. 44).

Segundo Canezin (2001), Gramsci concebe a ideologia como modos de pensar de grupos e classes, não a julgando

... por seus critérios de verdade ou falsidade, mas pelo critério de eficiência, uma vez que o aspecto que particularmente lhe interessa é o da capacidade de persuadir, de convencer, de tornar-se uma “força material ao penetrar nas massas e, ter, assim, a solidez das crenças populares” (grifos do autor) (p. 100).

Em sua obra *Concepção Dialética da História*, Gramsci distingue as ideologias historicamente orgânicas, aquelas necessárias, das ideologias arbitrárias, que estão ainda presas a seu núcleo racional - plano intelectual e formal.

Na medida que são historicamente necessárias, as ideologias, têm uma validade que é a validade “psicológica”: **elas “organizam” as massas humanas,**

⁵ A estrutura ideológica, apesar de comandada pelo mecanicismo da “falsa consciência”, não deixa, por isso, de reproduzir, nos planos dos seus níveis e discursos específicos, a configuração da totalidade social. Daqui a dimensão “positiva” da ideologia (SANTOS, 1980, p. 42).

formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida que são “arbitrárias”, elas não criam senão “movimentos” individuais, polêmicas (grifos nossos) (GRAMSCI, 1984, p. 62).

A apreensão da estrutura interna de uma dada ideologia é fundamental para que se reconheça nela o “seu caráter arbitrário, falso, ou pelo contrário o seu caráter historicamente orgânico, a sua validade psicológica, sua capacidade de se constituir um elemento de coesão de uma formação social” (SANTOS, 1980, p. 50).

Essa coesão, ou seja, a unidade ideológica, é função dos chamados, por Gramsci, de intelectuais orgânicos, que devem estar integrados aos principais meios de difusão da ideologia, a exemplo da escola, da mídia, das religiões, pois

... os intelectuais orgânicos são agentes especializados da superestrutura, dotados de uma autonomia relativa face à classe que representam, que lhes permite exercer a função de consciência dessa classe com vista à elaboração e à difusão da sua ideologia (...) são encarregados pelas classes que representam de executarem as funções de hegemonia e de dominação, por um lado, de obterem o acordo-consentimento (“espontâneo”) das grandes massas da população em face da orientação política e econômica imprimida à vida social pelo grupo fundamental dominante e, por outro lado, de conduzirem o “aparelho de coerção do Estado que assegura legalmente a disciplina dos grupos que recusam o seu consentimento quer ativo quer passivo” (SANTOS, 1980, p. 52-55).

É preciso ressaltar que na concepção gramsciana, o Estado têm uma significação para além de sua organização político-jurídica, ou seja, é considerado

... na sua acepção global como sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção. O Estado desempenha uma dupla função nas relações entre as classes sociais: por um lado, suporta, pela via coercitiva, a *dominação* que uma classe exerce sobre as classes subalternas; por outro, *legítima* esta dominação pela via *hegemônica*, isto é, pela consecução da direção ideológica da sociedade (grifos do autor) (SANTOS, 1980, p. 57).

Para Gramsci, o controle da sociedade política por uma classe, ou seja, o controle do aparelho de Estado, não significa que essa classe detenha o controle da

sociedade civil. Por conta disso, não pode ser considerada hegemônica. Segundo Gramsci, hegemonia significa direção ideológica, controle da sociedade civil.

De acordo com Santos (1980, p. 63) o conceito de hegemonia de Gramsci, traduz os efeitos políticos que a ideologia exerce sobre a sociedade no plano da integração dos vários grupos sociais de uma determinada ordem social. Essa integração decorre da articulação entre a ideologia de uma classe, os sistemas dos aparelhos de hegemonia e a organização intelectual que faz funcionar esse sistema, tendo como resultado o reconhecimento naturalizado de uma dada ordem social, por parte das diferentes classes sociais. Pautado nessa compreensão é que o presente estudo pretende desvelar o discurso empreendedor para o jovem, objeto desta investigação.

O trabalho de dissertação desenvolveu-se a partir dos procedimentos típicos das pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica está assentada na temática: as transformações do mundo do trabalho e situação dos jovens na contemporaneidade. A pesquisa documental teve como fonte: documentos produzidos por organismos internacionais - Organizações das Nações Unidas - ONU, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, textos, livros produzidos por intelectuais que formulam o que se denomina de “pedagogia” empreendedora, que tem como um de seus focos os jovens.

A exposição da presente pesquisa desdobra-se em três capítulos. O primeiro - **A Emergência do Discurso Empreendedor e o Trabalho para o Jovem** -, tem por objetivo examinar o contexto de transformações do desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas do século XX, no qual, o jovem aparece como um dos principais alvos da perspectiva do empreendedorismo. Para tanto, pretende-se abordar as origens do termo empreendedor, os pressupostos que fundamentam o empreendedorismo na atualidade, sua incorporação à realidade brasileira, o papel de seu principal interlocutor - o empreendedor - e suas implicações para o jovem. Nesse exame, busca-se entender a base material em que se sustenta o discurso empreendedor direcionado ao jovem.

A finalidade do segundo capítulo - **Juventude, Emprego e Protagonismo Juvenil** - é identificar a perspectiva dos organismos internacionais, em especial da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no que concerne ao emprego do jovem

e sua relação com o discurso do jovem empreendedor. Nesse sentido, busca-se investigar a concepção dos organismos internacionais a respeito do protagonismo juvenil, na qual se sustenta a idéia do jovem empreendedor, e analisar documentos elaborados pela OIT que tratam do emprego do jovem.

O propósito do terceiro capítulo - **Educação Empreendedora: Concepções Político-Pedagógicas e o Jovem** - é analisar os fundamentos que sustentam o que se qualifica de educação empreendedora e sua concepção político-pedagógica direcionada ao jovem. Em razão disso, procura-se apresentar uma breve reflexão da relação trabalho-educação, implicada na educação empreendedora, e analisar, com base em uma leitura de Gramsci, os pressupostos da formulação da “pedagogia” empreendedora proposta por um dos principais intelectuais, Fernando Dolabela, que tratam da referida temática no Brasil.

Com o presente estudo pretende-se contribuir para ampliar os estudos da temática da Juventude na convergência entre os campos da sociologia, da economia e educação.

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DO DISCURSO EMPREENDEDOR E O TRABALHO PARA O JOVEM

O presente capítulo tem o propósito de examinar o contexto de transformações do desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas do século XX. Esse exame se justifica em razão do objetivo geral do trabalho que é o de investigar a emergência do discurso empreendedor dirigido ao jovem na sociedade brasileira. Assim, para melhor clareza do assunto, o referido capítulo organiza-se em quatro partes. Na primeira, são exploradas as origens do termo empreendedor e as contribuições de economistas clássicos ao conceito do que venha a ser o empreendedor. Na segunda parte, são tratados os fundamentos que sustentam o fenômeno do empreendedorismo na atualidade, qual o papel de seu principal agente - o empreendedor - e suas implicações para o jovem. No terceiro momento, desenvolve-se um breve relato de como e quando o empreendedorismo é incorporado à realidade brasileira. Nesse processo, busca-se entender a base material que sustenta a emergência do discurso empreendedor, para o jovem trabalhador nas sociedades capitalistas.

1.1 Origens do Termo Empreendedor

A palavra empreendedor - *entrepreneur* -, como revela Fillion (2000), foi utilizada pela primeira vez na língua francesa, no início do século XVI, para designar os homens envolvidos na coordenação de operações militares. Por volta de 1765, o vocábulo começou a ser utilizado na França para designar aquelas pessoas que se associavam com proprietários de terras e trabalhadores assalariados. Em 1800, o economista francês Jean Batist Say utilizou o termo empreendedor em seu livro *Tratado de Economia Política*. O empreendedor, definiu Say,

... é o responsável por reunir todos os fatores de produção e descobrir no valor dos produtos a reorganização de todo capital que ele emprega, o valor dos salários, o juro, o aluguel que ele paga, bem como os lucros que lhe pertencem (grifos do autor) (FILION, 2000, p. 17).

De acordo com o autor, a evolução do conceito de empreendedor ocorre a partir da influência de economistas ingleses como Adam Smith, que caracterizou o empreendedor como um proprietário capitalista, um fornecedor de capital, ao mesmo tempo, um administrador que se interpõe entre o trabalhador e o consumidor. Outra relevante contribuição à conceituação do termo foi oferecida por Alfred Marshall, que entendia o empreendedor como sendo o sujeito que assume riscos, que reúne o capital e o trabalho requeridos para o negócio e supervisiona seus mínimos detalhes, caracterizando-se pela convivência com o risco, a inovação e a gerência do negócio.

Dentro do enfoque marshalliano, o capital humano - a capacidade de iniciativa, a competência profissional, a inventividade, a disciplina e o hábito de agir no presente tendo em vista o futuro - é um fator de produção pelo menos tão importante para a criação de riqueza quanto qualquer outro tipo de capital (FONSECA, 1992, p. 84).

É consenso entre estudiosos da temática do empreendedorismo, Dolabela (1999a), Filion (2000) e Dornelas (2001), que a conotação do que venha a ser o empreendedor adquiriu um novo significado com a publicação da obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, de 1942, do economista austríaco Joseph Schumpeter.

Como um dos formuladores da teoria dos chamados “grandes ciclos” no desenvolvimento da economia moderna, Schumpeter denominava o empreendedor como um destruidor criativo, “por desenvolver novos produtos, novos métodos e novas indústrias que libertam o capital dos antigos investimentos estagnados e lhes dá novo alento num corpo tecnológico renovado” (FILION, 2000, p. 04).

Em sua teoria, Schumpeter desenvolve uma reflexão sobre o estado estacionário⁶ da economia. De acordo com Calazans (1992, p. 645), Schumpeter enfatiza “que o capitalismo não pode ser concebido em estado estacionário e que a norma do desenvolvimento econômico é o desequilíbrio”, sendo esse o caráter

⁶ Segundo Calazans (1992, p. 642), para Schumpeter, estado estacionário é um processo econômico que se desenvolve com coeficientes uniformes ou, mais precisamente, um processo econômico que só reproduz.

dinâmico do capitalismo. O desequilíbrio se dá pela promoção de novas combinações⁷, fundamentais para o ciclo do desenvolvimento econômico.

Na perspectiva schumpeteriana, o desenvolvimento requer um tipo de mudança que emerge de dentro do sistema. E essa mudança deve se dar pelo processo de inovação⁸ - novas combinações e/ou realocação dos fatores de produção e introdução de novas tecnologias -, e ser oriunda dos esforços dos empresários.

O empresário schumpeteriano torna-se um elemento inseparável da sua construção teórica e do *modus operandi* do capitalismo. O ciclo e o tempo histórico desse sistema passam a ser explicados pela interferência dessa nova variável - atividade empresarial - (...) Os empresários são grupos sociais com certa qualificação, cuja função é de realizar novas combinações. É identificado como um novo homem, que funda a nova firma e, com sua liderança, encaminha os novos empreendimentos (...) A existência de empresários empreendedores é um dos fatores motivadores da prosperidade (grifos do autor)(CALAZANS, 1992, p. 647-648).

De acordo com Coriat e Boyer (1985), para Schumpeter, são as rupturas⁹ na economia, motivadas pelas atividades dos empresários, enquanto introdutoras de inovações no sistema, que permitem que se passe a um universo dinâmico em termos econômicos.

Condição permissora de inovação: o *empresário inovador* “desvia” capital de seu uso corrente (que conduz à simples reprodução nos mesmos moldes) com o fito de introduzir na economia *novas combinações* (novas tecnológicas, novos produtos, novos mercados...). Esse capital orientado para inovação é chamado por Schumpeter de “crédito”. O encadeamento crédito/inovação/novas combinações constitui o elemento dinâmico do sistema. Dessa forma, seqüências

⁷ Quer técnica, quer economicamente, produzir significa combinar os objetos e forças ao nosso alcance. Cada método de produção implica uma tal combinação definida. Diversos métodos de produção só podem ser distinguidos pelo modo da combinação, seja pelos objetos combinados, seja pela relação entre as suas quantidades. Todo ato concreto de produção, encerra a nosso ver, uma tal combinação (SCHUMPETER, 1961, p. 27).

⁸ Para explicar a essência do desenvolvimento (ou da evolução econômica), a teoria da inovação desenvolvida por Schumpeter, é essencial para demonstrar o surgimento do desequilíbrio do processo de crescimento uniforme no fluxo circular. Mesmo havendo mudanças de estática comparativa no seu interior, as modificações são contínuas e uniformes no tempo. Portanto, ocorre a ruptura do estado estacionário, surgidas de revoluções operadas nas combinações produtivas (CALAZANS, 1992, p. 645).

⁹ Para Schumpeter, o essencial da máquina capitalista é a ruptura com a estacionariedade do fluxo circular, através da ação do processo de inovação e imitação (CALAZANS, 1992, p. 647).

lógicas aparecem e se desenvolvem necessariamente em um processo posteriormente qualificado de “destruição criadora” (grifos do autor) (p. 42).

Pelo exposto, pode-se supor que o empreendedor se confunde com o capitalista. No entanto, Schumpeter faz uma distinção entre eles a partir da afirmação: “ao empreendimento de novas combinações denominamos empresas e os indivíduos cuja função é realizá-las, empreendedores” (SCHUMPETER, 1961, p. 103). A distinção que o autor faz entre os capitalistas e os “empreendedores ou empresários”, se dá na possibilidade destes últimos serem ou não “os donos da moeda, pretendentes ao dinheiro ou aos bens materiais” (p. 104).

Para Schumpeter, “como é o empreendimento de novas combinações que constitui o empresário”, os capitalistas que não as exercerem não podem ser considerados empresários, como também não podem ser aqueles que somente administram aquilo que já está posto - “alguém só é um empreendedor quando realmente empreende novas combinações” (SCHUMPETER, 1961, p. 108). A característica principal do empreendedor, seja ele detentor ou não do capital, é a sua função de

... reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção ou, mais geralmente, uma possibilidade ainda não tentada de produzir nova mercadoria, de produzir uma já existente de maneira nova, de abrir uma nova frente de oferta de materiais, uma nova colocação para produtos existentes, de reorganizar uma indústria e assim por diante (Schumpeter apud CALAZANS, 1992, p. 655).

Coriat e Boyer (1985) revelam que a obra do referido teórico volta a tornar-se referência quando se manifesta uma depressão duradoura após a fase de expansão nas décadas de 1950 e 1960, e pela intensificação do processo de inovação tecnológica, sempre situada por Schumpeter em lugar central.

Segundo os autores, a teorização de Schumpeter apresenta a vantagem de dar conta das características essenciais da longa crise que estava em gestação desde fins dos anos 1960, eclodindo a partir de 1973 e se aprofundando desde então.

Quer se trate da amplitude das transformações sofridas atualmente pelos sistemas produtivos nacionais sob o impulso

conjugado de uma nova ordem tecnológica com uma intensificação da concorrência em escala internacional - novos produtos, novos mercados -; ou da maneira pela qual são desestabilizadas as “rotinas” que anteriormente haviam assegurado a prosperidade das firmas e a coerência dinâmica das normas de produção e de consumo; quer se trate, ao contrário, da identificação de novos atores que se valem da desarticulação do modo de crescimento para antecipar e suscitar a emergência de necessidades que, anteriormente, só podiam ser expressas ao nível dos mercados, a obra de Schumpeter parece poder fornecer resposta a tudo. Sua hipótese central relativa aos efeitos de longo alcance das inovações, o papel fundamental atribuído ao empresário - em oposição ao administrador que se limita a responder quase automaticamente aos sinais do mercado no quadro de um sistema dado de divisão das tarefas -, mas também a imagem da crise como “destruição criadora” não poderiam ter encontrado melhor repercussão numa época em que floresce o *slogan*: “Viva a inovação, abaixo o Estado, viva o empresário (e o mercado)!” (grifos do autor) (CORIAT e BOYER, 1985, p. 44).

Para Dornelas (2001), “foi sobretudo no mundo da tecnologia e da globalização que o conceito [de empreendedor] ganhou corpo e autonomia”. O autor, um dos principais expoentes do discurso atual sobre o tema, no Brasil, entende a definição de Schumpeter como essencial para o reconhecimento da importância do empreendedor no desenvolvimento da economia, por considerar que o

... empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais (grifos do autor) (p. 37).

O que se postula, e o que se prega, é a intenção de que o empreendedor seja o “motor da economia”, um agente de mudanças, dentro e fora das organizações.

Aqueles que criam e inovam dentro da empresa objetivando lucros são os intrapreneurs, já os entrepreneurs são os empreendedores que agem como os intrapreneurs, só que na própria empresa (PINCHOT, 1989, p. 26).

Uma das grandes dificuldades na discussão desta temática é definir quais são as características e aspectos comuns da atuação do típico empreendedor. Entretanto, pesquisando a literatura especializada pode se encontrar alguns pontos

de consenso entre os estudiosos em relação aos aspectos determinantes e aos comportamentais delineados pelo modelo de empreendedor.

O empreendedor tem um modelo, uma pessoa que o influencia. Tem iniciativa, autonomia, autoconfiança, otimismo, necessidade de realização. **Trabalha de forma independente.** É um trabalhador incansável. Aceita o dinheiro como uma das medidas do seu desempenho. Sabe fixar metas e alcançá-las. É orientado por resultados, para o futuro, para o longo prazo. Cultiva a imaginação e aprende a definir visões. **Assume riscos calculados. É um líder.** Traduz seus pensamentos em ações. **Cria um método próprio de aprendizagem** (grifos nossos) (Timmons e Hornaday apud INATEL, 2005).

Segundo Dolabela (1999a, p. 50), “nas várias tentativas de teorização do campo do empreendedorismo, ainda predomina a vinculação que Schumpeter faz entre empreendedor e inovação”. Cabe aqui, portanto, questionar: o que é o empreendedorismo, qual o papel de seu principal agente - o empreendedor - e qual a sua perspectiva para o jovem?

1.2 Pressupostos que Fundamentam o Empreendedorismo na Atualidade

Empreendedorismo é uma livre tradução da palavra *entrepreneurship*, para designar uma área de grande abrangência, que trata de campos como o empreendimento de novos negócios (criação de empresas), o empreendedorismo comunitário (as comunidades empreendedoras), o empreendedor/trabalhador independente (geração do auto-emprego), o intra-empendedor (empregado empreendedor), bem como de políticas públicas que objetivam a formação de empreendedores e o desenvolvimento e financiamento de empreendimentos.

A ênfase do discurso do empreendedorismo está na natureza inovadora do empreendedor, sua capacidade de revolucionar pela tecnologia, sua importância no desenvolvimento econômico, além de seus aspectos comportamentais, como a liderança, a criatividade, a ousadia, a condição de assumir riscos e de atuar de forma independente, sendo a abertura de uma empresa considerada como reflexo de sua liberdade para empreender.

Para Dolabela (1999a), a empresa é uma forma de materialização dos sonhos. É a projeção da imagem interior do indivíduo, do “íntimo”, do “ser total”. Sob este prisma, segundo o autor, o empreendedorismo é visto também como um campo intensamente relacionado com o processo de entendimento e construção da liberdade humana.

Todos consideram que o estudo do comportamento do empreendedor é fonte de novas formas para a compreensão do ser humano em seu processo de criação de riquezas e de realização pessoal (p. 46).

Na apresentação à obra de Fernando Dolabela, *O Segredo de Luíza* (1999b), Luis Jacques Fillion ressalta que o termo empreendedorismo tem conotação prática, mas também implica atitudes e idéias. Significa fazer as coisas novas, ou desenvolver maneiras diferentes de fazer as coisas. Para o autor, a preparação para a prática empreendedora, que pode ser aplicada a qualquer campo da atividade humana, envolve tanto o desenvolvimento da autoconsciência quanto o do *know-how*.

Ao abordar as diversas definições sobre o empreendedorismo, elaboradas por pesquisadores de diferentes áreas, Dolabela (1999a, p. 52) revela que os economistas associam os empreendedores à inovação e o seu papel fundamental no desenvolvimento econômico, os comportamentalistas atribuem aos empreendedores as características de criatividade, persistência, internalidade - capacidade de influenciar e controlar comportamentos de outras pessoas -, os engenheiros de produção vêem nos empreendedores bons distribuidores e coordenadores de recursos, e os financistas definem o empreendedor como alguém capaz de calcular riscos.

Expõe Dornelas (2001), que o papel do empreendedor foi sempre fundamental nas sociedades, diferindo o tempo presente do passado, pela emergência no aumento quantitativo do número de empreendedores, dados os avanços tecnológicos que modificaram a economia e os meios de produção e serviços. Segundo o autor, a ênfase no empreendedorismo surge como consequência da rapidez das mudanças tecnológicas e da competição na economia, considerando o momento atual

... como a era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade. O contexto atual é propício para o surgimento cada vez maior de empreendedores (p. 21).

Dolabela (1999a, p. 51) ressalta que o empreendedorismo expandiu-se consideravelmente após a década de 1980, dada a crescente importância da participação das pequenas e médias empresas no Produto Interno Bruto - PIB dos países, sendo esse o fator motivador para o aprofundamento dos estudos e iniciativas voltadas à temática do empreendedorismo, que passa a integrar cada vez mais as políticas públicas na maioria dos países do capitalismo avançado. Como exemplo, pode-se citar a “Alemanha, com o número crescente de programas de apoio à criação de novas empresas, e da França, pelo incentivo às novas empresas de tecnologia” (DORNELAS, 2001, p. 22).

Filion (2000, p. 20) relaciona alguns dos temas dominantes nos estudos e programas relacionados ao empreendedorismo: características comportamentais e gerenciais do empreendedor; características econômicas e demográficas de pequenos negócios em países em desenvolvimento; empreendedorismo em corporações ou intraempreendedorismo; oportunidade de negócios; incubadoras, parques tecnológicos e sistemas de apoio ao empreendedorismo; empresas de alta tecnologia, estratégia e crescimento de empresas empreendedoras; sistemas de redes empresariais e complementaridade entre empresas; auto-emprego; fatores influenciadores na criação e desenvolvimento de novos empreendimentos; políticas governamentais para a área; educação empreendedora; empreendedorismo e sociedade.

De acordo com Dornelas (2001), a explicação para a crescente focalização no empreendedorismo na década de 1990 vem dos resultados da economia americana, onde o empreendedorismo é encorajado desde as décadas 1960/1970 e os empreendedores são considerados os grandes propulsores da economia.

A economia americana é o maior exemplo de compromisso nacional com o empreendedorismo e o progresso econômico.

Além de centenas de iniciativas dos governos locais e de organizações privadas para encorajar e apoiar o empreendedorismo nos Estados Unidos, o governo americano gasta centenas de milhões de dólares anualmente em programas de apoio ao empreendedorismo (...) Desde 1980, as quinhentas maiores empresas listadas na revista *Fortune* eliminaram mais de 5 milhões de postos de trabalho. Em contrapartida, mais de 34 milhões de novos postos de trabalhos foram criados nas pequenas empresas. As empresas com menos de quinhentos funcionários empregam 53% da mão-de-obra privada e são responsáveis por 51% do PIB americano. Os Estados Unidos vêm desfrutando de oito anos de crescimento econômico, o período mais longo de crescimento contínuo no século XX. **A conjunção de intenso dinamismo empresarial e rápido crescimento econômico, somados aos baixos índices de desemprego e às baixas taxas de inflação, aparentemente apontam para uma única conclusão: o empreendedorismo é o combustível para o crescimento econômico, criando emprego e prosperidade** (grifos nossos) (p. 26).

Em nome da prosperidade econômica é que o discurso do empreendedorismo apresenta-se como a solução para o desenvolvimento das economias. De um lado, porque possibilita a expansão da atividade empresarial, pela promoção e fortalecimento de micro, pequenos, e médios negócios, e de empresas de base tecnológica. De outro, porque se apresenta como uma alternativa para a crescente desocupação da força de trabalho, pois o momento atual é propício para o trabalhador, em especial, para o jovem trabalhador, libertar todo o seu potencial empreendedor, na criação de novos negócios, até então retido pela

... síndrome do empregado. O emprego não deve ser visto mais pelo jovem como um projeto de vida (...) os jovens devem buscar realizar seus sonhos através do negócio próprio, apesar de todos os riscos que apresenta. Devem perceber que o desenvolvimento das habilidades empreendedoras os coloca em melhores condições para enfrentar um mundo em constante mudança (DOLABELA, 1999a, p. 54-58).

Sob a ótica empreendedora, o jovem deve aproveitar todas as oportunidades que o mercado lhe proporciona e, com isso, contribuir para o desenvolvimento econômico e para a geração de emprego em seus países de origem, já que um dos principais atributos do empreendedor é o de

... identificar oportunidades, agarrá-las e buscar os recursos para transformá-las em negócio lucrativo. Não é indispensável que ele possua os meios necessários à criação de sua empresa”(DOLABELA, 1999a, p. 45).

Para isso, o jovem somente precisa adquirir a capacidade de atrair recursos ao, simultaneamente, apresentar seu projeto e a confirmação de que tem condições de pô-lo em prática.

1.3 O Empreendedorismo no Brasil

Como e quando a concepção empreendedora incorporou-se no Brasil? Sustentado em Piotte, Santos (1980, p. 59) identifica que a estrutura material de uma ideologia, na ótica gramsciana, admite dois níveis essenciais: o nível da produção ideológica, a cargo da universidade e dos diferentes centros de investigação, e o nível da difusão ideológica, a cargo de várias instituições com o valor desigual, em função de sua capacidade de penetração e enraizamento nos vários grupos sociais. Segundo o autor, Gramsci aponta como principais meios de difusão da ideologia a organização escolar, a organização religiosa, o conjunto das organizações que se ocupam da impressão, os canais audiovisuais, os meios de comunicação oral, a arquitetura e o urbanismo.

Nesse sentido, no Brasil, as primeiras iniciativas concretas, de difusão ideológica da concepção empreendedora, inscrevem-se na esfera da sociedade civil. Segundo Dornelas (2001) o empreendedorismo ganha força no Brasil, pelo fortalecimento, na década de 1990, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e pela criação da Sociedade Brasileira para Exportação de Software - Softex.

Antes disso, praticamente não se falava de empreendedorismo e em criação de pequenas empresas. Os ambientes político e econômico do país não eram propícios, e o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora. O Sebrae é um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empresário brasileiro, que busca junto a essa entidade todo o suporte de que precisa para iniciar sua

empresa, bem como consultorias para resolver pequenos problemas pontuais de seu negócio. O histórico da entidade Softex pode ser confundido com o histórico do empreendedorismo no Brasil na década de 1990. A entidade foi criada com o intuito de levar as empresas de software do país ao mercado externo, por meio de várias ações que proporcionavam ao empresário de informática a capacitação em gestão e tecnologia (DORNELAS, 2001, p. 25).

Uma importante contribuição para difusão do discurso empreendedor foi a criação, na mídia brasileira, do programa semanal Pequenas Empresas Grandes Negócios - PEGN, veiculado pela Rede Globo de Televisão a partir de 1988, bem como da revista de circulação nacional, com a mesma denominação.

O público alvo é também o público personagem do programa - os pequenos e médios empresários e também os cidadãos que sonham com um novo projeto de vida para a família. Uma pesquisa realizada, na época, em São Paulo e no Rio de Janeiro, revelou que 60% dos entrevistados tinham o sonho de ter um negócio próprio. Reportagens feitas no Brasil inteiro mostram exemplos de brasileiros idealistas e empreendedores que venceram desafios e usaram a criatividade para criar pequenas e médias empresas. O PEGN mostra sempre o passo-a-passo de quem monta uma empresa, as oportunidades e os riscos (Pequenas Empresas ..., 2005).

A concepção da *educação empreendedora* demonstra seu vigor em termos de produção e difusão ideológica pelo grau de adesão de inúmeras instituições da sociedade civil e da sociedade política, em especial o espaço universitário¹⁰.

A disseminação do empreendedorismo, por intermédio das instituições de educação superior, ganha força com o lançamento, em 1998, pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, o Instituto Euvaldo Lodi - IEL e o SEBRAE Nacional, do Programa REUNE - Brasil, com o objetivo de expandir a filosofia da rede universitária de ensino de empreendedorismo para todo o país, tendo como mentor intelectual do projeto o professor Fernando Dolabela.

¹⁰ Essa realidade está refletida no crescente número de Universidades e Instituições de Nível Superior que iniciaram novas disciplinas ou programas relacionados ao tema, como a Fundação Getúlio Vargas - FGV (1981), Universidade de São Paulo - USP (1984), Universidade Federal de Santa Catarina - UNFSC (1992), Universidade de Brasília - UNB (1995), Pontifícia Universidade Católica - PUC - RJ (1996), dentre outras. De início, a produção de pesquisas relacionadas ao empreendedor estava inscrita nos campos da Psicologia, Engenharia, Ciências da Computação e Administração.

Dirigido às universidades o programa estará nos próximos anos em todas as regiões do país, **disseminando a cultura empreendedora nos corações e mentes da nossa juventude** e contribuindo para a formação de valores sociais importantes para o nosso desenvolvimento (grifos nossos) (DOLABELA, 2000, p. 91).

No âmbito do Governo Brasileiro, as medidas mais efetivas voltadas ao empreendedorismo e à formação de empreendedores podem ser exemplificadas pelo lançamento em 1999 do Programa Brasil Empreendedor.

Em 1999, diante da identificação de uma demanda crescente por mecanismos estruturantes, com vistas à sustentabilidade dos micro, pequenos e médios empreendimentos e à diminuição do alto índice de mortalidade desse segmento empresarial, à geração e à manutenção de postos de trabalho e renda, foi lançado, em 5 de outubro, pelo Governo Federal, o Programa Brasil Empreendedor (PBE), com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, buscando-se a inserção dos empreendedores no setor formal da economia, bem como o surgimento de novos negócios (Ministério do Desenvolvimento ... , 2005).

Outras iniciativas do Governo Brasileiro nessa direção foram o lançamento do Programa Sofstar, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (1999), do Programa Jovem Empreendedor (2004) - uma variável do Programa Primeiro Emprego do Governo Federal - e a criação dos programas Técnico Empreendedor (2002) e Educação Empreendedora para o Ensino Médio (2002), do Ministério da Educação.

De acordo com Dornelas (2001), pode-se reconhecer que o discurso do empreendedorismo recebe, desde a década de 1990, “especial atenção por parte do governo e de organizações da sociedade civil, para fazer frente às imposições da globalização” (p.15). Porém, questiona-se: em que base material estão organizadas as sociedades capitalistas, de forma a proporcionarem as condições para o aparecimento do discurso empreendedor que envolve o jovem?

1.4 Internacionalização do Capital: Transformações Tecnológicas, Novas Formas de Regulação do Trabalho

A que contexto de transformações do capitalismo faz-se referência nesse estudo? Como ponto de partida, busca-se analisar uma das principais transformações históricas do capitalismo, que se intensifica a partir da segunda metade do século XX, qual seja, a internacionalização do capital.

De acordo com Ianni (2004), desde que o capitalismo retomou sua expansão a partir da Segunda Guerra Mundial, o mundo tornou-se o cenário de um vasto processo de internacionalização do capital. O espaço do capital “ampliou-se para além das fronteiras nacionais, tanto das nações dominantes como das subordinadas, conferindo-lhe conotação internacional, ou propriamente mundial” (p. 55).

Desde então, desenvolveu-se um movimento de mundialização do capitalismo como modo de produção sem precedentes na história, caracterizado em sua dinâmica pela versatilidade do capital como força produtiva. Capital, que, segundo o autor, deve ser entendido como o signo do capitalismo,

... é o emblema dos grupos e classes dominantes em escalas nacional , regional e mundial. Isto é, o capital de que se fala aqui é uma categoria social complexa, baseada na produção de mercadoria e lucro, ou mais-valia, o que supõe todo o tempo a compra de força de trabalho; e sempre envolvendo instituições, padrões sócio-culturais de vários tipos, em especial os jurídicos-políticos que constituem as relações de produção (p. 58).

Na análise que desenvolve do processo de internacionalização do capital, Ianni (2004) ressalta que o capital torna-se propriamente mundial quando ocorre o fim da chamada Guerra Fria, pela desagregação do bloco soviético, bem como pelas mudanças¹¹ de políticas econômicas nas nações de regimes socialistas, rompendo, a partir disso, todas as fronteiras geográficas, regimes políticos, culturas e civilizações.

11 Nesse momento, as economias das nações do ex-mundo socialista transformaram-se em fronteiras de negócios, inversões, associações de capitais, transferências de tecnologias e outras operações, expressando a intensificação e a generalização dos movimentos e das formas de reprodução do capital em escala mundial (IANNI, 2004, p. 56).

Para o autor, o que está na base do processo de internacionalização do capital é a formação, o desenvolvimento e a diversificação do que denomina de “fábrica global”, cujo sentido pretende expressar que o mundo transformou-se em uma imensa e complexa fábrica, dada a generalização das forças produtivas, como também pela globalização das relações de produção, visto que

... intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento, o mercado. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas. A nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos. (...) Globalizam-se as instituições, os princípios jurídicos-políticos, os padrões sócio-culturais e os ideais que constituem as condições e os produtos civilizatórios do capitalismo (p.57-58).

O movimento de internacionalização do capital ganha impulso no contexto de uma das fases de maior prosperidade do capitalismo, conhecida na literatura como a sua Época de Ouro¹² (1945-1970).

Da interpretação que Hobsbawn (1995) faz dessa fase, pode-se entender que o fator característico do período foi a amplitude e profundidade das transformações promovidas pelo capital para a superação dos entraves à sua reprodução, ou seja, as crises e depressões que a precederam. Como observa o autor, para além do “Grande Salto Adiante da economia capitalista mundial” (p. 263), o que houve foi uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço contundente na globalização e internacionalização da economia na qual,

... a primeira produziu uma economia mista, que ao mesmo tempo tornou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica e aumentou enormemente a demanda. A segunda multiplicou a capacidade produtiva da

¹² A generalização do padrão de industrialização norte-americano, inicialmente no pós-guerra por meio da reconstrução da Europa ocidental e do Japão e posteriormente na segunda metade do século para algumas economias da periferia mundial (Argentina, Brasil, México, Índia, Austrália e Tigre Asiáticos), contribuiu para a definição do que a literatura especializada denomina de quase trinta anos de ouro do capitalismo (POCHMANN, 2002, p. 13).

economia mundial, tornando possível uma divisão do trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada (p. 264).

Esse período do desenvolvimento capitalista foi marcado pela intervenção do Estado na economia - controle monetário e subsídio de investimentos - bem como pela ampliação do setor público, tanto para o controle dos serviços de infra-estrutura, quanto para atender às demandas sociais, que o conjunto da classe trabalhadora logrou êxito em o Estado prover. “Foi uma espécie de casamento entre o liberalismo econômico e democracia social - ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano” (HOBSBAWN, 1995, p. 265).

A intervenção estatal, então mediadora dos interesses do capital e dos trabalhadores, configurou-se naquilo que se denominou de Estado de Bem Estar Social, pela incorporação de “critérios outros que aqueles de mercado - utilidade social, padrões mínimos de saúde e educação - em suas decisões relativas à produção, à alocação e consumo de bens” (BIANCHETTI, 1997).

Como resultado deste tipo de relação entre capital e trabalho, mediada pelo Estado, organiza-se um tipo de relações sociais que consegue controlar, mediante a negociação política, a intensidade de conflito de classes, favorecendo tanto ao processo de acumulação capitalista, quanto à conquista de certos benefícios sociais aos trabalhadores”(BIANCHETTI, 1997, p. 34).

Para Singer (1987, p. 55), a acumulação do capital foi mantida nesse período em nível elevado pela expansão tanto do consumo privado, como do gasto público. Segundo o autor, essa “feliz conjunção” foi possibilitada por extensa e variada inovação tecnológica, que frutificou em diversificada gama de novos produtos e em intensa mudança de processos produtivos, que ocasionaram grande aumento da produtividade do trabalho. O crescimento da produtividade permitiu conciliar elevação de salários, de receita tributária e de lucros, compatibilizando expansão do consumo privado, do dispêndio público e da acumulação de capital.

No entanto, Beaud (2004) revela que o aumento da produtividade no período foi obtido por meio dos diferentes modos de coação ao sobretrabalho, aperfeiçoados pelo capitalismo no decorrer de seu desenvolvimento.

É através de um processo diversificado de coação ao sobretrabalho e com base num considerável esforço de acumulação que permite a instalação de materiais modernos que foi obtido o aumento da produtividade nos anos 1950-1960. Em certos casos trata-se do aumento da duração do tempo de trabalho, em outros trata-se principalmente da intensificação do trabalho (trabalho em linha de montagem, taylorismo; salários por rendimento); em outros casos ainda, de degradação das condições de vida (trabalho à noite e trabalho por turnos) (p. 316).

As décadas posteriores à fase de ouro do capitalismo não apresentaram os mesmos resultados de crescimento, possibilitando a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação“ (ANDERSON, 1995, p. 09).

A literatura que analisa a gênese e o desenvolvimento histórico do capitalismo, começando pelas análises de Marx, Engels e Rosa Luxemburgo, nós dá conta que, de tempos em tempos, o sistema, de forma global, enfrenta crises violentas e colapsos que não advêm de fatores exógenos, mas justamente do caráter contraditório do processo capitalista de produção. As crises de 1914, 1929 e agora a crise que se apresenta de forma brutal dos anos 1970/90, exemplificam estas erupções violentas de um processo de crises cíclicas (FRIGOTTO, 2003, p. 65).

De acordo com Frigotto (2003), a crise dos anos 1970/1990 deve ser entendida não como uma crise conjuntural, mas como uma manifestação específica de uma crise estrutural.

O que entrou em crise nos anos 70 constituiu-se em mecanismos de solução da crise dos anos 30: as políticas estatais, mediante o fundo público, financiando o padrão de acumulação capitalista nos últimos cinquenta anos”(p. 62).

Para o autor, as políticas do Estado de Bem Estar não tiveram a capacidade de estancar um modelo de desenvolvimento social fundado sobre a concentração crescente de capital e exclusão social. Com base na teorização Keynesiana, esse modelo de desenvolvimento foi caracterizado como sendo o modelo fordista e

neofordista de produção, cujos principais traços foram sintetizados por Frigotto (2003):

a) uma determinada forma de organização do trabalho fundada em bases tecnológicas que se pautam por um refinamento do sistema de máquinas de caráter rígido, com divisão específica do trabalho, um determinado patamar de conhecimento e uma determinada composição da força de trabalho; b) um determinado regime de acumulação, fundado numa estrutura de relações que buscou compatibilizar produção em grande escala e consumo de massa num determinado nível de lucro; c) e, por fim, um determinado modo de regulação social que compreende a base ideológico-política de produção de valores, normas, instituições que atuam no plano do controle das relações sociais gerais, dos conflitos intercapitalistas e nas relações capital-trabalho (p. 69 -70).

A crise do Estado de Bem Estar, no início da década de 1970, desenhou-se nos limites do modelo fordista de desenvolvimento. A crescente saturação dos mercados internos, o acirramento da concorrência intercapitalista, e a forte retração dos investimentos nos países centrais do capitalismo, possibilitaram

... a defesa à volta das “leis naturais do mercado mediante as políticas neoliberais, que postulam o *Estado Mínimo*, fim da estabilidade no emprego e corte abrupto das despesas previdenciárias e dos gastos, em geral, com as políticas sociais (grifos do autor) (FRIGOTTO, 2003, p. 73).

Na perspectiva neoliberal, as causas da referida crise encontravam-se na intervenção do Estado na economia, pela garantia de ganhos de produtividade às empresas, em contrapartida à estabilidade dos trabalhadores, e pelo aumento das despesas sociais. Os adeptos do neoliberalismo entendem a intervenção do Estado como uma ameaça letal à liberdade econômica e política.

No olhar vesgo da burguesia, a crise atual, uma vez mais, aparece como um desvio das “leis naturais do mercado”. A pedra de toque dos neoconservadores está na crítica à excessiva intervenção e agigantamento do Estado, e postula-se, como remédio, a volta da “regulação” do mercado e as políticas monetaristas. O ideário neoliberal e neoconservador tornou-se a palavra de ordem para o ajustamento (leia-se submissão às regras dos novos senhores do mundo e suas instituições: FMI, BIRD, BID etc.) nos países da América Latina

e, de forma avassaladora, para o Leste Europeu) (grifos do autor) (FRIGOTTO, 2003, p. 79).

No início dos anos 1970 ocorre um aprofundamento da crise econômica, por meio da fragilização do sistema monetário internacional - fim da paridade ouro-dólar e instabilidade nas taxas de juros -, bem como pelo esgotamento do padrão de industrialização norte-americano, que culminou na perda da capacidade geral de dinamização da economia mundial.

Como consequência dessa crise, segundo Pochmann (2002), surge um novo período de incertezas e de novos questionamentos do padrão sistêmico de integração social.

A concessão do Prêmio Nobel de Economia para Hayek (1974), principal ideólogo do neoliberalismo, não deixou de representar um indício da alteração que estava sendo posta em curso no entendimento dominante sobre os possíveis caminhos alternativos para a superação da crise (p. 14).

Anderson (1995) revela que o neoliberalismo surge logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo, constituindo-se em uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de Bem Estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Para o autor, trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado.

Os neoliberais afirmavam que as raízes da crise estavam no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (p.10).

Com a ascensão ao poder dos governos de direita tanto na Europa Ocidental quanto na América do Norte, o ideário neoliberal alça o poder político, ou seja, conquista a oportunidade de seus princípios orientarem as políticas de Estado e de Governo. Como exemplo de pioneirismo na implantação do programa neoliberal,

podemos citar os governos de Thatcher, na Inglaterra (1979), e o de Reagan, nos Estados Unidos (1980).

Logo o receituário neoliberal recebe a adesão das demais nações do centro capitalista, mesmo daquelas em que os governos fundamentavam-se na social democracia, e, até mesmo, das economias antes pertencentes ao bloco socialista, que, em suas reformas para integração ao capitalismo mundial aplicaram as práticas neoliberais com uma eficácia sem precedentes, levando, Anderson a afirmar que “não houve neoliberais mais intransigentes no mundo do que os reformadores do Leste” (ANDERSON, 1995, p. 18).

O programa neoliberal alcançou êxito, à época, em suas políticas voltadas à deflação, aos lucros empresariais, ao emprego e aos salários. Entretanto, não alcançou o objetivo histórico a que se propunha, o de restaurar as altas taxas de crescimento anteriores à crise dos anos 1970.

No conjunto dos países da OCDE^{*}, a taxa de inflação caiu entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90 (...). A razão principal da recuperação dos lucros foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical e uma notável contenção de salários. A nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte, era produto do crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado. (...) No entanto, entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança. As taxas de crescimento foram muito baixas nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante (ANDERSON, 1995, p. 15).

De acordo com Anderson (1995), o fato da recuperação dos lucros não terem levado a uma conseqüente recuperação dos investimentos produtivos, fundamentais para o crescimento econômico, deveu-se ao processo de desregulamentação dos mercados financeiros,

... que foi elemento tão importante do programa neoliberal, e que criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias (p. 16).

^{*} Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

A desregulação dos mercados de capitais, ao mesmo tempo em que exigiu das economias capitalistas a adoção de “novas formas de ‘seguros defensivos’” (FIORI, 2002, p. 70) para fazer frente à instabilidade e ao risco produzido pelas flutuações cambiais, fez desaparecer

... as fronteiras entre os mercados de juros, ações, títulos, imóveis e *commodities*, permitindo um deslocamento rápido e permanente dos investimentos e uma alavancagem exponencial da riqueza financeira, desvinculada, em grande parte, da produção e do comércio (grifos do autor) (FIORI, 2002, p. 71).

A formação de um sistema financeiro global, apoiado em inovações financeiras e na informatização dos mercados de capitais, possibilitou que o capital rompesse as fronteiras dos Estados nacionais. A globalização do capital financeiro tornou-se, portanto, um poderoso instrumento de resistência do capital à sua regulação.

Desenvolvido, em parte, graças aos avanços tecnológicos na área de telecomunicações e da informática, possibilitaram a interligação em tempo real de praticamente todas as praças financeiras do mundo. Esse sistema permitiu a transferência instantânea de enormes somas de capital de um centro financeiro a outro (CORSI, 1997, p. 104).

Entretanto, na perspectiva de Frigotto (2001, p. 123), o resultado da globalização ou mundialização do capital, primordialmente do capital financeiro e especulativo, completa o circuito da perda do poder de as sociedades nacionais controlarem o poder anárquico do capital, tendo, como conseqüência, a falência dos Estados nacionais, notadamente daqueles que pertencem à periferia do capitalismo mundial, mediante a perda da capacidade de suas moedas, ensejando uma contínua crise fiscal e crescente lapidação do fundo público para honrar ganhos do capital especulativo.

Esse contexto foi marcado pelo surgimento de um novo padrão monetário internacional denominado de “dólar-flexível”. Esse novo padrão, segundo Fiori (2002), proporcionou as condições para que os Estados Unidos retomassem o controle monetário-financeiro internacional, dada à liberdade de variar, conforme sua conveniência, a paridade de sua moeda em relação à dos outros países, tornando o

dólar expressão do seu poder político, econômico e financeiro, “um instrumento de dominação, verdadeira arma de guerra, muito mais do que se costuma admitir” (Braudel apud FIORI, 2002, p. 73).

Nesse cenário, o ideário neoliberal impõe a perspectiva de que os Estados só poderiam garantir a sua competitividade, em face da globalização econômica, se imprimissem políticas econômicas calcadas na estabilização dos preços e do câmbio, bem como na desregulação dos mercados e na privatização.

Esse conjunto de idéias foi defendido pela burocracia econômica norte-americana e pelos organismos internacionais, como receituário às crises econômicas da periferia capitalista. Traduzidas no que foi denominado como o Consenso de Washington, suas recomendações foram divididas, segundo Fiori (2002), no início da década de 1990, em três capítulos fundamentais.

O primeiro referia-se às políticas macroeconômicas e recomendava rigorosa austeridade fiscal e disciplina monetária,

... donde se seguia, em forma direta, a exigência de um programa de corte de gastos e de implementação de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, consideradas indispensáveis para o sucesso dos programas de estabilização monetária (FIORI, 2002, p. 84).

A segunda ordem de reformas e propostas do Consenso era de natureza microeconômica. Segundo Fiori (2002), impunha-se desonerar o capital para que ele pudesse aumentar a sua competitividade num mercado internacional, aberto e desregulado.

Segundo os formuladores de Washington, o único caminho para que as empresas dos países da periferia pudessem entrar no “jogo global” era o aumento de sua competitividade, por meio da concentração em atividades nas quais obtivessem reais vantagens e escala suficiente para produção. Para tal é fundamental a exposição de tais empresas à competição internacional aberta a eliminação de políticas de proteção e subsídio. Também se sugeria a diminuição dos encargos sociais e a “racionalização” das intervenções nos sistemas de crédito público e fiscal (grifos do autor) (p. 85).

Finalmente, de acordo com o autor, a terceira ordem de proposições referia-se ao desmonte radical do modelo de industrialização seguido pela maioria dos países periféricos depois da Segunda Guerra Mundial.

Segundo o novo Consenso, o sucesso dos dois primeiros objetivos, que pertenciam à velha agenda do FMI, supunham, no novo contexto internacional, uma mudança radical das estratégias nacionais de desenvolvimento dos países atrasados. É nesse capítulo que se inscrevem as principais reformas estruturais, ou, institucionais, que acabaram sendo implementadas na década de 90 e que se propunham: a) a desregulação dos mercados financeiro e do trabalho; b) a privatização das empresas e dos serviços públicos; a abertura comercial; c) a garantia do direito de propriedade dos estrangeiros, sobretudo nas zonas de fronteira tecnológica e dos novos serviços (p. 86).

Nesse contexto, os Estados nacionais são levados a atender aos objetivos da competitividade internacional e da participação ativa no processo de globalização econômica. Devem organizar sua política econômica segundo “as exigências do funcionamento mundial dos mercados, dos fluxos dos fatores da produção e das alianças estratégicas entre corporações” (IANNI, 2004, p. 58).

Mesmo tendo perdido uma de suas principais prerrogativas, qual seja, o controle de sua política econômica, os Estados nacionais tornam-se fundamentais nas estratégias de criação de vantagens comparativas, como aliados das grandes organizações empresariais. Como observa Corsi (1997), o papel do aparelho estatal está na “regulação dos mercados, nas políticas anticíclicas e na sustentação do mercado financeiro” (p. 108).

É necessário ressaltar que o processo de internacionalização do capital é marcado por uma crescente concentração e centralização de capital, por parte das corporações transnacionais. Em certa medida, isso foi possível pela acumulação de capital pelos grandes bancos que “passam a atuar não só como intermediários, mas como monopolistas do capital-dinheiro, de meios de produção de matéria prima em vários países, unindo-se às empresas” (KON, 1997, p. 62), condição que foi alcançada pelo processo de globalização financeira.

As corporações transnacionais são conseqüência das fusões entre empresas capitalistas, que apoiadas pelas novas tecnologias e pela racionalização do trabalho, auferem ganhos de produtividade sem precedentes na história.

No objetivo de reduzir custos, os grandes conglomerados empresariais provocam uma espécie de leilão junto aos países periféricos que, para atrair o capital produtivo externo, são forçados a se submeterem à lógica dos organismos internacionais - FMI, BIRD¹³ -, implantando políticas de qualificação de mão-de-obra e investindo no processo de desregulamentação do mercado de trabalho.

A magnitude das organizações transnacionais chega a tal ponto que o comércio entre elas passa a superar as trocas entre as nações, revelando que, com a crescente internacionalização do capital,

... um mesmo grupo econômico atua em diversas nações simultaneamente, indicando que o comércio internacional tende a ser cada vez mais entre empresas do que entre nações (POCHMANN, 2001, p. 28).

Para Ianni (2004), essas organizações constituem-se nos agentes e produtos da internacionalização do capital, redesenhando o mapa do mundo, em termos geoeconômicos e geopolíticos, muitas vezes de modo bem diferente daquele que havia sido desenhado pelos mais fortes Estados nacionais. O autor ressalta, ainda, que “em escala cada vez mais acentuada, em âmbito mundial, a “grande empresa parece transformar nações das mais diversas categorias em ‘pequena nação’” (grifos do autor)(IANNI, 2004, p. 57).

Portanto, para os autores referidos, fica reforçado o entendimento de que a internacionalização do capital ocorre no âmbito da intensa e generalizada internacionalização do processo produtivo. Na desterritorialização da produção, multiplicam-se e dispersam-se as unidades e organizações produtivas envolvendo

... as inovações tecnológicas, zonas de influência, adequações culturais, distribuição, troca e consumo de mercadorias. Está em curso uma nova divisão internacional do trabalho e da produção. Ao lado do fordismo, bem como dos ensinamentos do taylorismo e fayolismo, desenvolve-se o toyotismo, a organização do processo de trabalho e produção em termos de flexibilização, terceirização ou subcontratação, tudo isso amplamente agilizado pela automação, pela robotização; pela microeletrônica e pela informática. Assim se generaliza o capitalismo, transformando o mundo em algo que parece uma fábrica global (IANNI, 2004, p. 63).

¹³ Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Kon (1997) afirma que a globalização do mercado mundial é um processo histórico de internacionalização do capital, que se difundiu com maior velocidade nas três últimas décadas do século passado graças aos avanços tecnológicos.

Desde a década de 1980, configurou-se uma nova etapa mais avançada e veloz de transformações tecnológicas e acumulação financeira, intensificando a internacionalização da vida econômica, social, cultural e política (p. 63).

Na fase anterior à década de 1980, os avanços tecnológicos já produziam profundas mudanças no contexto econômico-social das economias, notadamente, das mais desenvolvidas. Como exemplo, na análise que faz do período de ouro do capitalismo, Hobsbawn (1995), revela que o que mais o impressiona

... é a extensão em que o surto econômico foi movido pela revolução tecnológica. Nessa medida, multiplicaram-se não apenas produtos melhorados de um tipo preexistente, mas outros inteiramente sem precedentes, incluindo muitos quase inimagináveis antes da guerra (p. 259).

De acordo com o autor, as transformações¹⁴ promovidas à época pelas novas tecnologias, “na vida cotidiana no mundo rico, e, em menor medida, no mundo pobre” (HOBSEBAWN, 1995, p. 260), só foram possíveis pela intensa utilização da pesquisa científica nos processos produtivos.

Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX (p. 260).

No entanto, à medida que a pesquisa e o desenvolvimento de inovações tecnológicas passavam a ser fundamentais para o crescimento econômico

¹⁴ Hobsbawn (1995, p. 260-61) ressalta que a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo. A crença era que “novo” equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado. Ex.: a possibilidade do rádio chegar às mais remotas aldeias; a “revolução verde” que transformou o cultivo do arroz e do trigo; o desenvolvimento de novos produtos de higiene e limpeza; da comida desidratada congelada; o surgimento da televisão, do disco vinil e do relógio digital; a miniaturização de eletrodomésticos etc.

reforçava-se, por conseqüência, a “enorme vantagem das economias de mercado desenvolvidas sobre as demais” (HOBSBAWN, 1995, p. 61).

Quanto mais complexa a tecnologia envolvida, mais complexa a estrada que ia da descoberta ou invenção até a produção, e mais elaborado e dispendioso o processo para percorrê-la. O “país desenvolvido” típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes na década de 1970. O Brasil tinha cerca de 250, a Índia 130, o Paquistão uns sessenta. O processo de inovação passou a ser tão contínuo que os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornaram uma parte cada vez maior e mais indispensável dos custos de produção (grifos do autor) (p.261) (...) A Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalista desenvolvidos, que representavam cerca de três quartos da produção do mundo (HOBSBAWN, 1995, p. 255).

Sobre esse ponto, Kon (1997) ressalta que os países periféricos, por não possuírem o controle do desenvolvimento das novas tecnológicas, “convertiam-se apenas em base de fabricação mundial, por oferecerem a vantagem de uma mão-de-obra barata” (p. 63).

No decurso da formação de um mercado de massa, baseados nos modelos tayloristas e ou fordistas de produção, “a grande característica desse período era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos de gente, a não ser como consumidores” (HOBSBAWN, 1995, p. 262). As novas tecnologias exigiam pouca mão-de-obra ou até mesmo a substituíam. Contudo, os impactos sobre o mercado de trabalho nesse período foram relativos. Nessa época a economia cresceu tão depressa

... que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados. (...) Apesar disso, o ideal a que se aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos. (...) **Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços** (grifos nossos)(HOBSBAWN,1995, p. 262).

Nas décadas de 1960/1970, as crises financeiras - fim da paridade ouro-dólar -, de mercado - acirramento da concorrência intercapitalista -, e social - conflitos

capital-trabalho¹⁵ -, associados à queda da taxa média¹⁶ de lucros das economias do centro capitalista, desafiaram às organizações, pautadas ainda no paradigma taylorista-fordista, a buscarem novas formas de integração e flexibilização na produção.

As mudanças de paradigmas ocorrem quando o esgotamento do modelo vigente acaba levando à queda generalizada na taxa média de lucros das economias avançadas. Neste contexto, a busca do avanço tecnológico visa a resolução dos conflitos advindos no âmbito da produção e distribuição de produtos e um novo paradigma toma forma quando o caráter de uma nova invenção é de tal ordem que possibilite a ocorrência de mudanças autônomas e induzidas consideráveis que recuperem as taxas de retorno ao capital (KON, 1997, p. 61).

Em busca de maior competitividade e do retorno do capital aplicado, as organizações investem cada vez mais na flexibilização do uso do capital e trabalho.

A microeletrônica associada à informatização, a microbiologia e engenharia genética que permitem a criação de novos materiais e as novas fontes de energia são a base da substituição de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível. Essa mudança qualitativa da base técnica do processo produtivo, que a literatura qualifica como sendo uma nova *Revolução Industrial* permite, de forma sem precedentes, acelerar o aumento da incorporação de capital morto e a diminuição crucial, em termos absolutos, do capital vivo no processo produtivo (grifos do autor) (FRIGOTTO, 2003, p. 77).

A microeletrônica e a informática possibilitaram a gradativa substituição dos paradigmas taylorista-fordista por sistemas organizacionais mais flexíveis e integrados¹⁷, que permitiram a localização de diferentes funções das organizações

¹⁵ Beaud (2004, p. 323) exemplifica os conflitos à época entre capital e trabalho, no movimento operário para o reerguimento dos salários, na recusa de uma certa forma de organização do trabalho: recusa do trabalho desqualificado, parcelizado, repetitivo, revolta contra as “cadências infernais”, contra os ritmos das linhas de produção.

¹⁶ Segundo Beaud (2004, p. 322), na Grã-Bretanha, ela baixa ao longo de todos os anos 60 e até 1975; na Alemanha, ela estagna com um ligeiro declínio a partir de 1960 e baixa a partir de 1968-1969 até 1975; na França, ela declina a partir de 1968-1969 e cai de 1973 a 1975; nos estados Unidos, ela baixa a partir de 1965-1966, até 1974. Apenas no Japão ela progride no curso dos anos 60, com uma volta atrás, de 1970 a 1973.

¹⁷ Salerno (1994, p. 55) adverte que é preciso lembrar que flexibilidade e integração não são propriedades únicas e homogêneas dos sistemas de produção, e que as necessidades de flexibilidade e integração, além de historicamente delimitadas, não se apresentam de forma homogênea, nem no tecido econômico, nem no interior de uma dada fábrica. Elas vão depender, entre outros, do tipo de produto, do tipo de processo, do tipo de mercado, do tipo de estratégia competitiva praticada, da organização e das relações de trabalho.

em territórios geográficos onde as vantagens comparativas fossem superiores, impulsionando o processo de globalização econômica.

Este processo foi intensificado também pelo fato de que o aumento da velocidade da inovação tecnológica nos países avançados nos anos oitenta resultou num crescimento também considerável da produtividade e do desemprego crônico, associado a um esgotamento das possibilidades de aumento da demanda interna. A forma das empresas contornarem estas dificuldades está na exportação e na globalização de suas atividades (KON, 1997, p. 62).

Diante dessa realidade, segundo Antunes (1999), o tipo de trabalhador - industrial, fabril, tradicional, estável e especializado - que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo-fordismo vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, a expansão ocidental do toyotismo e das formas de horizontalização do capital produtivo e a flexibilização e desterritorialização do espaço físico produtivo. Como conseqüência, ocorre um impressionante crescimento

... do que a vertente crítica tem denominado de trabalho precarizado. São os "terceirizados", subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que proliferam em inúmeras partes do mundo (grifos do autor) (p. 105).

De acordo com Frigotto (2001), presenciaram-se novas formas de alienação ou superexploração do conjunto da classe trabalhadora, além de uma destruição visível do conjunto de direitos sociais. Tem ocorrido uma concentração sem precedentes da ciência e da tecnologia, em prol da maximização de lucros, mediante a introdução de uma nova base técnica de trabalho, de natureza predominantemente eletrônica.

O trabalhador foi excluído de boa parte do processo de produção, ampliando, por conta disso, a exploração e a precarização dos trabalhadores empregados, além de aumentar sobremaneira a competição por um posto de trabalho. As políticas neoliberais de desregulamentação, flexibilização do trabalho e destruição da esfera pública materializam, de forma conjugada, a exacerbação da face destrutiva do capital (p. 32).

Novos sistemas organizacionais mais flexíveis, associados à desregulamentação do mercado de trabalho - uma receita neoliberal - provocam

uma drástica redução nos níveis de emprego - trabalho formal -, especialmente nas economias periféricas. Por conta disso, assiste-se

... à conformação de um padrão de sociedade dual, entre aqueles que se encontram plenamente incluídos, por meio de uma ocupação regular e de boa qualidade, e os, demais, os precariamente incluídos (subemprego, ocupações atípicas, parciais) e os excluídos (sem emprego por longa duração) (POCHMANN, 2002, p. 22).

Para Frigotto (1999), o desemprego é o problema social e político fundamental neste século. As políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo de um lado e, de outro, o desenvolvimento produtivo centrado sobre a hipertrofia do capital morto - isto é - ciência e tecnologia, informação como forças de produção, acabam desenhando uma realidade onde encontra-se:

a) Desestabilização dos trabalhadores estáveis - essa desestabilização dá-se pela intensidade na exploração e pela permanente ameaça de perda de emprego b) Instalação da precariedade do emprego mediante a flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização, etc. c) Aumento crescente dos sobrantes - trata-se de contingentes não integrados e não integráveis ao mundo da produção (p. 9).

Segundo o autor, o fantástico progresso técnico que marcou as últimas décadas do século passado vem demarcado pela lógica privada da exclusão. O conjunto de métodos e técnicas de organização e gestão do processo produtivo, do qual a flexibilização e descentralização produtiva são expressão, não só se inscreve nesta lógica como é um mecanismo de sua ampliação. Em decorrência, “os custos humanos são cada vez mais amplos, evidenciados pelo desemprego estrutural que aumenta, atingindo **sobretudo os jovens**” (grifos nossos) (FRIGOTTO, 2003, p. 149).

Examinando a sociedade brasileira, Pochmann (2000, p. 33) acredita que a maior parte das dificuldades dos jovens inserirem-se no mercado de trabalho emerge das profundas transformações ocorridas na economia brasileira na década de 1990. Nesse período, a implementação das bases de um novo modelo

econômico, que se caracteriza pela inserção externa competitiva, torna mais evidente o movimento de desestruturação do mercado de trabalho.

Segundo o autor, por desestruturação do mercado de trabalho entende-se o movimento combinado de expansão das taxas de desemprego aberto, de desassalariamento (perda de participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação) e de geração, na maioria das vezes, de postos de trabalhos precários.

No intuito de identificar os principais efeitos à época do movimento de desestruturação do mercado de trabalho sobre o segmento juvenil, Pochmann (2000) desenvolve a análise dos seguintes fenômenos: elevação do desemprego, desassalariamento e a geração de postos de trabalho precários.

Quanto à elevação do desemprego, revela que durante a década de 1980, o desemprego juvenil situou-se entre 4% e 8% da População Economicamente Ativa - PEA com idade entre 15 e 24 anos. Entretanto, nos anos de 1990, a taxa de desemprego juvenil apresenta uma tendência de elevação sistemática, passando do patamar dos 5%, em 1989, para próximo de 16% da PEA juvenil. Destaca, ainda, que a taxa de desemprego juvenil torna-se superior à taxa de desemprego total. A taxa de desemprego juvenil manteve-se nos anos de 1980 em torno de 1,5 vezes acima da taxa de desemprego total, ao contrário da década de 1990, quando se elevou para 1,8.

Dos 5,9 milhões de trabalhadores desempregados no Brasil, segundo estimativa do IBGE para o ano de 1997, 2,7 milhões de pessoas tinham de 15 a 24 anos de idade. Do total de desempregados, 46% eram jovens (p. 40).

No que tange ao movimento de desassalariamento, o autor ressalta que embora a redução do emprego assalariado no total da ocupação tenha ocorrido de maneira generalizada no país, ele encontra-se fortemente presente entre os jovens. Durante os anos de 1990, a PEA juvenil cresceu em 1,3 milhões de pessoas, enquanto o país criou apenas 448 mil vagas para os jovens. Assim, o desemprego atingiu a quase 1,8 milhão de jovens, representando um indicador sem paralelo nos últimos 100 anos.

Dos empregos assalariados perdidos nos anos 90, quase 60% ocorreram no segmento com carteira assinada, sendo que os outros 40% foram de responsabilidade dos empregos sem

registro formal. Em 1998, 34,7% dos jovens com emprego assalariado tinham carteira assinada, enquanto em 1989 eram 47,3% (p. 37).

De acordo com Pochmann (2000), na década de 1990, ocorreu um aumento significativo das ocupações não assalariadas - autônomas -, mas ainda insuficientes para atender à oferta dos jovens que entraram no mercado de trabalho a cada ano. Segundo o autor, em sua grande maioria, as atividades autônomas são precárias, com baixos rendimentos, instabilidade ocupacional, altas jornadas de trabalho, alta rotatividade e ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista.

Em relação às ocupações geradas para os jovens nos anos 1990, o que mais se destaca são os postos de trabalho por conta própria. Durante a década de 1980, essas ocupações permaneceram relativamente estabilizadas, enquanto na década de 90 aumentaram 51%. No mesmo período, o emprego assalariado para jovens foi reduzido em 22,8% (...) No fim do século 20, o total de ocupados com idade entre 15 e 24 anos possui a cada 10 jovens quatro autônomos e seis assalariados, sendo quatro sem carteira e dois com carteira. (...) **Nas duas últimas décadas do século 20, ao invés do trabalho subordinado, ganha cada vez mais expressão a ocupação autônoma entre os jovens. Por conta disso, o jovem encontra-se diante de uma nova perspectiva profissional** (grifos nossos) (p. 35).

Paradoxalmente, o jovem aparece como um dos principais alvos do discurso do empreendedorismo, proposto pela lógica capitalista. Esse discurso sugere que os jovens, para enfrentamento dos novos desafios do mundo do trabalho, devem converter-se em “empreendedores”, especialmente, aqueles que pertencem a

... grande massa de trabalhadores de tempo parcial, terceirizados, que por não serem imediatamente necessários à produção, **são compelidos a ser trabalhadores “independentes” que se auto-empregam, ou “patrões de si mesmos”** (grifos nossos) (FRIGOTTO, 2001, p. 32).

Carrano (2003, p. 135) explicita que o trabalho regular já não pode ser considerado como um dado de ordem estrutural que contemple a todos nas sociedades organizadas pelo modo de produção capitalista. Dessa forma, que

alternativas para esse problema são engendradas por essas sociedades? Será o empreendedorismo uma delas?

As várias iniciativas que estão sendo desenvolvidas com o intuito de tornar o jovem brasileiro um empreendedor reforçam a perspectiva de uma “nova” proposta do capital para a formação do jovem.

Ao indagar a qual juventude o discurso empreendedor se dirige, constata-se que, aparentemente, não há um interlocutor específico. Assim, nessa perspectiva, Juventude é uma categoria populacional genérica que envolve segmentos de todas as classes sociais e de todo território urbano e rural. Por certo, o referido discurso, prioritariamente, não se destina aos jovens da classe “média” ou filhos dos donos dos meios de produção, mas, em especial, aos filhos da classe trabalhadora¹⁸ dos países periféricos do capitalismo mundial, que estão sendo constantemente ameaçados de exclusão, desde que se intensificou o movimento de globalização do capital.

O discurso do empreendedorismo é candente e tem focalizado incisivamente o jovem. Em razão disso, questiona-se: qual a concepção de protagonismo juvenil dos organismos internacionais que sustenta a idéia do jovem empreendedor? E qual o enfoque desses organismos em relação ao emprego do jovem, em especial da OIT, organismo cuja função é articular diretrizes mundiais em relação ao trabalho e emprego? Essa temática será abordada no próximo capítulo.

¹⁸ Os jovens trabalhadores objeto de nossa análise são principalmente aqueles pertencentes “à classe ou a fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida por conta própria, no campo e na cidade” (FRIGOTTO, 2004, p. 181).

CAPÍTULO II

JOVENS, EMPREGO E PROTAGONISMO JUVENIL

O objetivo deste capítulo é identificar a perspectiva dos organismos internacionais, em especial da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no que concerne ao emprego do jovem e sua relação com o discurso do jovem empreendedor. Esse esforço dá-se em dois movimentos. No primeiro, pretende-se apresentar a concepção de protagonismo juvenil, segundo os organismos internacionais, que sustenta a idéia do jovem empreendedor. No segundo, analisa-se o emprego do jovem, tendo como referência os documentos elaborados pela OIT.

2.1 O Protagonismo Juvenil na Perspectiva dos Organismos Internacionais: o Empoderamento do Jovem Empreendedor

Antes de aprofundar a perspectiva dos organismos internacionais¹⁹ a respeito do protagonismo juvenil, torna-se necessário abordar em que contexto esse discurso aparece no âmbito dessas entidades.

A influência dos organismos internacionais nas diretrizes e políticas dos Estados Nacionais consolida-se no cenário de uma nova ordem internacional, que se fez presente após o fim do socialismo real e do conseqüente fortalecimento da hegemonia norte-americana. Como destaca Santos (2005, p. 2),

¹⁹ De acordo com Lulianelli (2003, p. 61) os organismos internacionais são aqueles nos quais os governos dos diferentes países do Sistema das Nações Unidas deliberam sobre as políticas internacionais de segurança, sociais, culturais e financeiras. Foram criados após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, precisamente, o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Desde então, temas como dívida pública interna, dívida externa, taxa de inflação, desempenho da balança comercial, desempenho da balança de pagamentos, Política Monetária, Políticas Fiscais e Políticas Cambiais tiveram regras gerais definidas para adoção por países que se "interessassem" em participar desses organismos internacionais. Como Unidades Específicas da Organização das Nações Unidas - ONU temos: Organização Internacional do Trabalho - OIT; Organização Mundial da Saúde - OMS; Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO; Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF; Organização de Alimentação e Agricultura - FAO. Outros organismos internacionais são o Banco Interamericano para o Desenvolvimento - BID; o Banco Mundial - BM; a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE; a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Indústria - ONUDI; e outras.

Ao mesmo tempo em que o BIRD e o FMI foram postos a serviço do modelo norte-americano de capitalismo, o Banco Mundial passou a ser visto como uma instituição dependente do Departamento do Tesouro dos EUA. Uma receita universal foi então imposta aos países em desenvolvimento: privatizações (das empresas públicas, terra, educação, saúde, e segurança social), liberalização dos mercados, desregulamentação da economia, precarização do emprego, descaso de preocupações ambientais.

Desde então, o discurso neoliberal promove a idéia de que a inserção dos países subdesenvolvidos na nova ordem internacional estaria vinculada, segundo Zibas (1997), à adoção de um novo modelo produtivo que combinasse custos mínimos, aí inclusos os trabalhistas e previdenciários, e eficiência máxima no desenvolvimento de produtos e serviços, tornando-os competitivos em um ambiente de concorrência intercapitalista. Nessa lógica, a educação

... passa a ser considerada a palavra-chave para a formação de trabalhadores responsáveis, eficientes, bem informados, autônomos, constituindo a alavanca indispensável para o crescimento econômico das regiões subdesenvolvidas. A enorme flexibilidade e a competência dessa força de trabalho bem-educada garantiriam a qualidade competitiva no setor industrial e, crescentemente, na área de serviços. **Além disso, o aumento da escolaridade tornaria o desemprego (inerente à nova estrutura produtiva) uma situação tolerável, pois os indivíduos estariam preparados para o auto-emprego, para a reciclagem e para iniciativas criadoras que possibilitariam sua sobrevivência em épocas de crise** (grifos nossos) (ZIBAS, 1997, p. 58).

Como salienta Frigotto (2003), são essas as novas demandas de educação explicitadas por diferentes documentos dos “‘novos senhores do mundo’ - FMI, BID, BIRD, [BM], e seus representantes regionais - CEPAL, OERLAC -, baseadas nas categorias ‘qualidade total’, ‘educação para a competitividade’, formação abstrata e polivalente”(grifos do autor) (p. 19).

De acordo com Zibas (2005), na América Latina, a partir da década de 1990, vários documentos foram elaborados pelas agências multilaterais - CEPAL e Banco Mundial -, que

... repetiam incansavelmente dois bordões: a) a importância da educação básica (no Brasil, reduzida à escola fundamental) para o novo padrão de desenvolvimento dos países periféricos e b) a necessidade de o Estado tornar-se menos provedor de financiamento e mais indutor de qualidade, por meio de

diversos mecanismos de controle, tais como avaliações externas do sistema e a convocação dos pais e da sociedade para a participação tanto do financiamento quanto da gestão escolar (p. 1070).

Pode-se apreender das reflexões de Zibas (2005) que é no cenário apresentado que a formação para a cidadania “passa a ter uma orientação pragmática e técnica” (p. 58) em prol do desenvolvimento econômico. A atuação dos cidadãos deverá voltar-se principalmente para o nível local e estar diretamente associada “à melhoria da qualidade de vida da cidade, do bairro ou até mesmo de instituições” (Mello apud ZIBAS, 1997, p. 59). É nessa direção que caminha as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL:

No plano econômico, as propostas da CEPAL insistem na necessidade e na possibilidade de uma inserção positiva da América Latina na competitividade internacional, principalmente através da prioridade que deve ser dada à formação de sua mão-de-obra. **O acesso de todos os jovens aos códigos da modernidade garantiria a consecução de dois objetivos interligados: a cidadania e a competitividade** (grifos nossos) (CEPAL apud ZIBAS, 1997, p. 60).

Nesse contexto, a formação do jovem para a cidadania e para o trabalho passa a ser centrada na perspectiva do protagonismo juvenil, cujo sentido pretende expressar as ações que têm como principal interlocutor o próprio jovem. O termo protagonismo refere-se a protagonista, que “vem do grego e designa o ‘lutador principal de um torneio’. Depois passou a ser usado para indicar os atores principais de um enredo (...) ou de uma trama” (GOHN, 2005, p. 9). Ser um jovem protagonista, portanto, significa ser o ator, o personagem principal das ações que desencadeia.

Um exemplo desse processo encontra-se no estudo²⁰ *Protagonismo Juvenil na Literatura Especializada e na Reforma do Ensino Médio* (2004), em que Celso J. Ferreti et al indicam que a temática do protagonismo juvenil permeou tanto o eixo de gestão quanto o curricular da reforma do ensino médio. Para os autores, as novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio - DCNEM, de 1998, revelam-se “como a forma legal mais importante na difusão do protagonismo juvenil no ensino médio” (p. 412).

²⁰ No referido estudo, os autores desenvolvem uma análise crítica da bibliografia sobre a temática do protagonismo juvenil e de certos aspectos das normas legais, a esse respeito, em vigor.

No referido estudo, os autores esclarecem que o discurso da participação ativa dos alunos em sua aprendizagem foi um tema corrente no Brasil dos anos 1920 e 1930, dada a influência do pensamento de John Dewey²¹. Ressaltam, ainda, que os canais institucionais de participação dos alunos e suas famílias na gestão, nos conselhos e na direção da escola remetem a alguns estados da federação na década de 1980.

Contudo, assinalam os autores que foi na década de 1990, que a orientação à participação ativa do aluno aparece com maior ênfase em documentos oficiais em nível federal e estadual, sob o argumento de que é por meio dela que a escola democratiza sua gestão e cumpre efetivamente sua função, ao tornar-se um espaço pedagógico desafiador, e favorecedor do progresso intelectual, social e afetivo do jovem, alimentando os vínculos do aluno, da família, e da comunidade com a escola.

De acordo com Ferretti et al (2004, p. 413), para a compreensão da atual ênfase no protagonismo juvenil, é fundamental que se tenha em conta “os fenômenos contemporâneos mutuamente imbricados, que se desenharam na segunda metade do século XX e se afirmaram no atual século XXI”, como as transformações sociais e culturais que configuram a chamada sociedade pós-industrial, as profundas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho estruturado sob o capital e os avanços científico e tecnológico.

Segundo os autores, como condição para o enfrentamento dessa nova realidade, diversos teóricos entenderam a necessidade de se promover junto aos jovens, sistematicamente, valores e atitudes cidadãs que os preparassem à atuação, de forma autônoma, no mundo contemporâneo, acreditando que a formação para

... a chamada “moderna cidadania”, além de atender uma exigência social, viria responder às angústias de adolescentes e jovens diante da efemeridade, dos desafios e das exigências das sociedades pós-modernas, e também, perante as novas configurações do trabalho (grifos dos autores). **O protagonismo é encarado, nesse sentido, como via**

²¹ De acordo com Cunha (1994, p. 34-38), a filosofia adotada por Dewey recebe, dele mesmo, a denominação de “naturalismo empírico”, ou “empirismo naturalista”, ou ainda, “humanismo naturalista”. Em diferentes épocas, foi denominada “pragmatismo”, “instrumentalismo”, “experimentalismo”, “naturalismo evolucionista” e “humanismo científico”. Segundo o autor, para Dewey, educar é pôr o indivíduo em contato com a cultura a que pertence e, mais do que isto, é prepará-lo para discernir situações que exijam reformulações e para agir em consonância com essas necessidades de transformação. A finalidade da educação deve estar enraizada na necessidade de sobrevivência da coletividade.

promissora para dar conta tanto de uma urgência social quanto das angústias pessoais dos adolescentes e jovens (grifos nossos) (FERRETI et al, 2004, p. 413).

No exame da bibliografia que trata da temática do protagonismo juvenil, ressaltam que o termo possui diferentes interpretações, estando também imbricado com outros conceitos, como participação, responsabilidade social, identidade, autonomia e cidadania.

Diversos autores consultados (Costa, 2001; Barrientos, Iascano, 2000; Konterlinik, 2003) vinculam o protagonismo à formação para a cidadania. Ezcámez e Gil (2003) discutem a questão da responsabilidade em uma abordagem que permite a aproximação do conceito de protagonismo tal como usado pelos autores citados. Por sua vez, Novaes (2000) (...) não usa o termo “protagonismo” e sim “participação social”, ou “intervenção social”, ou “ação solidária”, relacionando essas expressões à “socialização para a cidadania”. Assim, parece que a “ação cidadã” e /ou a “preparação para tal tipo de ação” constituem o cimento semântico que une as diferentes expressões que diversos estudiosos usam para nomear e discutir o envolvimento de jovens em seu contexto escolar, social e ou político (grifos dos autores) (FERRETTI et al, 2004, p. 414).

Um destaque na análise dos autores é dado à interpretação de protagonismo juvenil encaminhada por Antonio Carlos Gomes da Costa, que utiliza o termo para

... designar “a participação de adolescentes no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla, concebendo-o como um método de trabalho cooperativo fundamentado na pedagogia ativa “cujo foco é a criação de espaços e condições que propiciem ao adolescente empreender ele próprio a construção de seu ser em termos pessoais e sociais” (...) Quanto ao trabalho pedagógico que orienta a construção de conhecimento e valores, atribui ao professor basicamente as funções de orientador (...) e situa o aluno no centro do processo educativo, deslocando o eixo do processo para a aprendizagem, minimizando a dimensão do ensino. Nesse sentido, atribui ao aluno a condição de protagonista desse processo e, por essa razão, considera-o “como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade)” (grifos dos autores) (FERRETTI et al, 2004, p. 415).

Para Costa (1999), a forma de se perceber o adolescente e a maneira de se relacionar com ele deve ser alterada: “O adolescente deve começar a ser visto como solução, e não como problema” (p. 75). Essa noção corrobora a perspectiva da

Organização Internacional do Trabalho - OIT, quando postula que o jovem é a solução e o problema é o desemprego.

Os autores inferem que a abordagem dos teóricos por eles citados sugere uma certa homogeneidade cultural dos jovens, e em seus grupos etários. Entretanto, apontam que essa homogeneidade não se constata empiricamente, dada às diferenças nas condições de vida do jovem, de trabalho, de educação, de poder aquisitivo etc., entre diferentes sociedades e no interior da maioria delas.

O suposto é o de que, se a referência a uma juventude em geral pode ser considerada uma abstração, também o pode a referência a um protagonismo, tratado genericamente como fazem os autores em pauta, tendo em vista sociedades também genéricas e abstratas. Abordagens genéricas e abstratas, por não se ancorarem em materialidades históricas, podem facilmente descambar para idealizações tanto das ações quanto dos sujeitos individuais e sociais a elas relacionadas, para simplificações do proposto ou, ainda, para leituras muito diversas do que é pretendido (FERRETTI, et al, 2004, p. 416).

Para Ferretti et al (2004, p. 416), a referência a uma juventude em geral nos textos examinados termina quando os teóricos tratam do conceito de resiliência²². Nesse caso, “o contexto, o *locus* e o sentido do protagonismo estão claramente definidos”, ou seja, para os jovens em melhor situação econômica, tornar-se protagonista é realizar ações voluntárias que tenham como alvo os setores empobrecidos da população. Para os jovens que neles estão inscritos, o protagonismo tem o sentido da resiliência, da superação das adversidades, do combate à pobreza.

Em ambos os casos, o objetivo maior parece ser o de evitar os riscos do esgarçamento social de um lado e, de outro, cuidar da promoção da formação cidadã de jovens e adolescentes (...) Esse enfoque alinha-se às proposições da CEPAL, segundo as quais a formação de todos os jovens (e não só dos trabalhadores para os setores de ponta) deveria contemplar as competências necessárias para que se pudessem defrontar com a face “inescapável” e perversa da “irreversível”

²² Segundo Ferretti et al (2004, p. 416), tal conceito aparece de forma explícita nos textos de Barrientos e Lascano e Costa, estando subtendido nos demais. Resiliência significa a capacidade de pessoas resistirem à adversidade, valendo-se da experiência assim adquirida para construir novas habilidades e comportamentos que lhes permitam sobrepor-se às condições adversas e alcançar melhor qualidade de vida. Nesse âmbito, o conceito se aplica a ações que visam o combate à pobreza.

transformação da economia capitalista, agora hegemônica, assim como também “irreversível” advento das sociedades pós-industriais (grifos dos autores) (FERRETTI et al, 2004, p. 417).

Os autores advertem que essa forma de encarar e promover o protagonismo juvenil, por um lado, pode potencializar ações solidárias com vistas a satisfazer as necessidades imediatas da população e dos próprios jovens. Por outro lado, traz para a promoção de valores, crenças e ações, um caráter mais adaptativo do que problematizador, desviando as atenções do debate político e social sobre a determinação da pobreza para a ação individual ou coletiva.

Tal perspectiva desloca para o âmbito de ação da sociedade civil, por meio da ação de ONGs e outras instituições, responsabilidades que cabem ao Estado, tendo em vista os direitos subjetivos dos cidadãos. Além disso, transfere para os jovens e adolescentes, individualmente ou em grupo, em especial para os que fazem parte dos setores empobrecidos, a responsabilidade de, conforme o conceito de resiliência, contribuir para a superação da adversidade. **Um exemplo atualmente muito visível, relativo à perversidade da ênfase nesse tipo de protagonismo, diz respeito aos processos de inserção e manutenção no mercado de trabalho, quando a responsabilidade é deslocada para os indivíduos** (grifos nossos) (FERRETTI et al, 2004, p. 418).

De acordo com Ferretti et al (2004), essa concepção de protagonismo juvenil alinha-se às orientações das DCNEM, na perspectiva de promoção da educação para a cidadania, no enfoque no desenvolvimento humano, e na referência que estabelece entre a participação do jovem e a pedagogia ativa, no desenvolvimento de atividades com vistas à construção de conhecimento e valores, em que o professor deve ter função precípua de orientar e não de ensinar. Outra relação que guarda é o “apelo à adaptação à nova ordem mundial e à superação individual da segmentação social, (...) **que revela a face conservadora e economicista do discurso do protagonismo**” (grifos nossos) (p. 422).

Uma interessante abordagem sobre esse aspecto é oferecida por Lulianelli (2003), quando discute sobre o sentido que o conceito de protagonismo juvenil tem no âmbito dos organismos internacionais. Acredita-se que suas reflexões são de grande relevância para o entendimento da perspectiva que enseja a idéia do jovem

como principal agente de ações empreendedoras voltadas ao desenvolvimento econômico e ao combate à exclusão e à pobreza.

Em uma síntese histórica da situação juvenil, o autor ressalta que no início do século XX os enfoques das análises a respeito da juventude voltavam-se às questões relacionadas ao controle da delinqüência, que era interpretada como um perigo social, “um espectro que rondava os lares da burguesia” (IULIANELLI, 2003, p. 55).

Na década de 1960, no contexto da guerra entre os Estados Unidos da América e o Vietnã, das guerrilhas latino-americanas e dos movimentos de contracultura, a juventude foi interpretada como um agente de transformação social, revolucionando costumes e hábitos, cultura e política. Posteriormente, outras discussões tornaram-se emergentes, como as relacionadas às questões de gênero, ecologia e diferenças étnicas. Nesse contexto, a temática da juventude aparece sob outra perspectiva.

Conforme ressalta Iulianelli (2003), na América Latina a questão da juventude volta a eclodir na segunda metade da década de 1980, novamente relacionada à delinqüência juvenil. O cenário, à época, era de um crescente empobrecimento do subcontinente, o que, segundo o autor, proporcionou uma maior visibilidade dos jovens em situação de risco, aos meninos e meninas de rua.

Isso levava a crer que mais uma vez a discussão uma vez mais recairia sobre a patologia da “anomia social”. Tratava-se de compreender e interpretar as razões que levavam a infância e a juventude para o mundo da delinqüência. Todavia, o mundo da rua se revelava mais e mais como mundo do trabalho (...) Naquelas circunstâncias, crianças e adolescentes começavam a ser identificados como sujeitos do próprio processo (...) A exigência fundamental que eles traziam era abordar o assunto de uma ótica diferente da perspectiva policial, discutindo-o fundamentalmente como uma questão de direitos, e sobretudo de direito à educação (grifos do autor) (IULIANELLI, 2003, p. 57).

As conseqüências da crise do Estado de Bem Estar, do desemprego estrutural, dos avanços tecnológicos, e do aumento da taxa de crescimento da população na faixa etária de 15 a 24 anos, nos países em desenvolvimento, levaram o Sistema das Nações Unidas a reconhecer a necessidade de estimular um conjunto

de ações que favorecesse os jovens, a exemplo do Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e Adiante.

A atual instabilidade macroeconômica gera profundas implicações para o desenvolvimento dos jovens. Também os processos de integração regional representam enormes desafios para a participação dos jovens no desenvolvimento econômico de seus países. O futuro da juventude nesses processos regionais deveria ser criticamente assumido em vista de garantir *ad hoc* abordagens para a integração dos jovens (ONU apud IULIANELLI, 2003 p. 62).

Esse conjunto de ações dos organismos internacionais ganha impulso com a formulação do “conceito de empoderamento que está estritamente ligado ao de protagonismo” (IULIANELLI, 2003, p. 65).

O conceito de empoderamento inclui participação, direitos e responsabilidades, capacidades de realização e integração social. Empoderar sugere conferir poder aos jovens como indivíduos ou membros de organizações juvenis, comunidades e corpos nacionais e internacionais. Então, isso está diretamente relacionado com a oportunidade de tomar decisões que afetem as suas vidas, bem como instá-los a tomar decisões que possam ser contrárias aos seus interesses e desejos imediatos (ONU, Assembléia Geral, apud IULIANELLI, 2003, p. 62).

Iulianelli (2003) expõe que, na perspectiva dos organismos internacionais, o propósito do *empoderamento* é o de transformar o jovem em um agente de transformação e desenvolvimento, considerando as ações juvenis como de protagonismo social à medida que atuam no combate à pobreza. E esse combate deve se dar a partir dos investimentos na área de educação²³, sendo essa

... a chave para reverter os processos que desencadeiam o ciclo vicioso da pobreza mundial. Uma vez mais, trata-se da responsabilidade dos empobrecidos em encaminhar as soluções (...) O elemento inovador do programa da ONU é a noção de empoderamento, como uma medida atual (...) O risco é imaginar um modelo de ação no qual a juventude seja responsável exclusiva pelos processos que desencadeia. É

²³ As considerações que os organismos multilaterais têm sobre as ações juvenis repercutem em projetos de financiamento, sobretudo para a área de educação. Assim, no âmbito da cooperação internacional intergovernamental, os empréstimos para a área de educação estiveram (e estão) vinculados à estratégia de combate à pobreza (IULIANELLI, 2003, p. 67).

como se quisesse depositar nos braços das gerações futuras a responsabilidade exclusiva pelo seu destino. O conceito de empoderamento dos organismos multilaterais parece indicar essa orientação. **Empoderar seria fazer com que aqueles grupos sociais, a partir do poder adquirido, tornem-se os senhores do próprio destino - não há intervenientes, nem co-responsáveis** (grifos nossos) (p. 70-73).

O combate à pobreza é a razão de ser da formulação do conceito de *empoderamento* para o jovem. “Para o Banco Mundial o empoderamento é um expediente no combate à pobreza” (IULIANELLI, 2003, p. 65). O Sistema das Nações Unidas relaciona a pobreza aos jovens nos seguintes termos:

... ela provoca o êxodo rural, atira-os a problemas como a fome, a falta de habitação, doenças, criminalidade, violência e alienação. **No meio da pobreza espera-se que os jovens contribuam com suas sociedades.** Porém, a pobreza os impede de oferecer essa contribuição (grifos nossos) (ONU, Assembléia Geral, apud IULIANELLI, 2003, p. 63).

O protagonismo juvenil, alicerçado no conceito de *empoderamento*, é que vai orientar as políticas e projetos financiados pelos organismos internacionais direcionadas aos jovens nos países em desenvolvimento, sobretudo na área de educação. Nesse sentido é que se pode entender a seguinte observação feita por Sposito e Carrano (2003, p. 31):

Dois conceitos vigoraram em documentos de órgãos do governo federal e organizações não-governamentais, principalmente quando referentes a projetos e programas focados na juventude: “protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social”. Aliás, essas idéias foram marcadas mais pelo apelo social do que por conceitos ancorados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude. Na grande maioria dos casos, representam simplificações facilitadoras do entendimento de realidades sociais e culturais complexas e também códigos de acesso para financiamentos públicos orientados por uma tão nova quanto frágil conceituação de proteção social e cidadania participativa. “Estimular o protagonismo juvenil”, expressão tantas vezes encontradas em textos de projetos variados, parece ser auto-explicativa até o momento em que nos perguntamos sobre o seu verdadeiro sentido (grifos dos autores).

Iulianelli (2003) acredita que se, de um lado, o discurso do *empoderamento* pode esconder a intenção de se perpetuar as políticas de endividamento externo, de outro se revela como um critério discursivo de quanto uma ação juvenil é ou não promotora de protagonismo. Todavia, segundo o autor, deve-se dar um novo sentido ao conceito:

Se lá, para os organismos multilaterais, significa participação solidária, direitos e responsabilidades, e capacidade de construir a integração social, aqui significa participação solidária, direitos e responsabilidades conquistados por uso de mecanismos legítimos de pressão social e construção da integração social por meio da formação de uma opinião pública esclarecida. Ou seja, trata-se de qualificar a questão a partir dos próprios sujeitos, e não a partir dos interesses de mercado ou da dívida externa (IULIANELLI, 2003, p. 69).

Para Iulianelli (2003), o entendimento do que venha a ser protagonismo juvenil se dá numa disputa de sentido e conteúdo contra o que é oferecido pelos organismos internacionais. Para eles, o eixo encontra-se no “empoderamento, muitas vezes, via educação, como mecanismo de combate à pobreza” (p. 71). Para os educadores, realmente comprometidos com o protagonismo juvenil, o eixo focaliza-se na promoção de ações coletivas e participantes, e não na geração de lideranças individuais, haja vista que a questão principal está na construção da cidadania e da participação.

Ninguém é contrário ao combate à pobreza. O problema reside no conteúdo desse combate. Se isso significa, como sói acontecer para os organismos multilaterais, aceitar as políticas de ajuste neoliberal, a minimalização do Estado, a precarização e flexibilização das condições de trabalho, então os educadores comprometidos com uma determinada perspectiva de protagonismo juvenil estão na arena oposta (IULIANELLI, 2003, p. 72).

O autor advoga que o protagonismo juvenil deve ser entendido como uma espécie de ação cultural²⁴, uma intervenção social da juventude, a partir dos interesses dos próprios jovens e não a partir da

²⁴ Segundo Iulianelli (2003, p. 72-73), ação cultural é uma perspectiva de ação político-pedagógica que brota das estruturas da cultura local, do *ethos* do grupo local. Trata-se de uma intervenção social a partir do modo de ser dos grupos e comunidades. É um processo de criação do cotidiano com uma perspectiva. Essa perspectiva é a da construção de maior participação e cooperação social em vista da superação das desigualdades socioeconômicas.

... perspectiva vanguardista que esse conceito guarda, quer para uma visão progressista, quer para visão conservadora. A perspectiva progressista compreende protagonismo-vanguardismo da juventude como a característica que a torna elite geradora da mudança, da transformação. Ela é a “cabeça pensante” do processo de transformação da sociedade (grifos do autor). **Na ótica conservadora esse vanguardismo-protagonismo refere-se aos empreendedores isolados, capazes de motivar por meio da ação geradora que iniciam. Os empreendedores impelem os outros aliados às suas iniciativas e propostas** (grifos nossos) (IULIANELLI, 2003, p. 70-71).

Na perspectiva conservadora, as intervenções dos jovens devem mirar-se na comunidade e na produção, já que, de acordo com Costa (Programa de Desenvolvimento..., 2001, p. 11) “o protagonismo juvenil é uma forma de empreendedorismo na esfera social, e o empreendedorismo do jovem é uma forma de protagonismo na esfera produtiva”.

Um exemplo da influência da perspectiva conservadora do protagonismo, indicada por Iulianelli (2003), está no trabalho produzido por solicitação da Oficina Internacional de Educação - OIE, da Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura - UNESCO, sobre a Educação Secundária Latino Americana, elaborado por Cecília Braslavsky. Nesse trabalho, a autora afirma que

... o crescimento do setor não formal em relação ao setor formal da economia induz a assumir que é altamente conveniente que todos os jovens aprendam a empreender (...) Atualmente, é necessário que se reveja a forma pela qual a educação secundária deve se articular à economia (...) Nas escolas, tratar-se-ia de ensinar ao mesmo tempo a saber e a aprender, a ser, a conviver e a empreender (...) Trata-se de que os jovens intervenham na comunidade por intermédio de diferentes práticas (...) Trata-se que os jovens estruturem, ponham em prática e avaliem os processos produtivos de naturezas diversas, em particular agroalimentários e de serviços: produção de artesanato, doces, trutas, fungos, hortas, floricultura, reparos e manutenção de carros e outros (BRASLAVSKY, 2001, p. 17- 43).

No âmbito dos organismos internacionais, pode-se perceber a perspectiva conservadora do protagonismo juvenil por meio de programas e projetos cujo um dos focos é o desenvolvimento do empresariado juvenil a exemplo do Banco

Interamericano de Desenvolvimento - BID, com o programa BID Juventude²⁵ (1995); da Organização dos Estados americanos - OEA com o Consórcio Juvenil Empresarial das Américas²⁶ (CJEA, 1999); do Programa Mundial de Ação para o ano 2000 e Adiante²⁷ da Organização das Nações Unidas (ONU, 2000); das ações do Banco Mundial, por meio do Serviço de Assessoria em Proteção Social²⁸ da rede de Desenvolvimento Humano; por fim, das ações do Instituto Interamericano para a Cooperação Agrícola²⁹ (IICA).

Na recente publicação do BID (2004) - *El nuevo rostro empresarial: indagación sobre el empresariado juvenil en América Latina y el Caribe* -, em que se apresentam ações³⁰, já em curso, que têm se ocupado com a formação, instrumentalização e atuação de jovens empreendedores na América Latina e Caribe, a perspectiva que se reforça é a de que o enfrentamento dos desafios do processo de globalização requer que as economias, principalmente dos países em desenvolvimento, sejam cada vez mais produtivas. Para tanto, os indivíduos que

²⁵ Que há logrado significativos avances en el apoyo de proyectos, programas e políticas concierntes al empresariado juvenil na América Latina y el Caribe” (BID, 2004, p. 208).

²⁶ Que para reducir la pobreza y alto nivel de desempleo juvenil existentes en la región, los programas de CJEA tienen como objetivo crear empleo, fomentar el crecimiento de las empresas dey suministrar productos y servicios directamente a empresarios jóvenes (BID, 2004, p. 212).

²⁷ Que menciona em particular el compromiso de la ONU com el empresariado juvenil cuando afirma, en cooperación com organismos regionales e internacionales, [los] gobiernos deberían formular programas modelo de capacitación para los jóvenes en empresas individuales y cooperativas (BID, 2004, p. 221).

²⁸ Que han tenido a su cargo la reponsabilidad de poner el apoyo la división del Banco Mundial al alcance de los empresarios jóvenes. El objetivo del personal de la división de América Latina y Caribe es lograr que las condiciones socioeconómicas faciliten a los jóvenes montar sus propios negocios y mantenerlos (BID, 2004, p. 226).

²⁹ Que en lo que respecta particularmente a los empresariados jóvenes, el IICA busca mejorar el grado de capacitación de las comunidades agrícolas y rurales, aumentar las ventajas competitivas de los Estados miembros mediante programas de capacitación y mejorar la eficacia de los programas educativos (BID, 2004, p. 233).

³⁰ No Brasil, no âmbito do Governo, as iniciativas voltadas à promoção do jovem empreendedor arroladas pelo BID (2004) inscrevem-se na esfera do Ministério do Trabalho, com o Programa Jovem Empreendedor (2003), um subprograma do Programa Primeiro Emprego do Governo Federal, e na área do Ministério da Educação, com dois programas relacionados ao jovem empreendedor: o Programa Técnico Empreendedor (2001) e o Programa Educação Empreendedora para o Ensino Médio (2002). No âmbito da sociedade civil, o BID assinala um crescimento contundente de organizações e instituições voltadas à promoção do jovem empreendedor. Destacam-se as seguintes iniciativas: SEBRAE - Programas Jovem Empreendedor e Empretec; CNI/Instituto Eivaldo Lodi - Projeto Educação Universitária de Empreendedorismo/PEUPE; Instituto Souza Cruz - Programas Educação para o Empreendimento e Empreendimento do Jovem Rural; Fundação CSN - Projeto Novos Empreendedores; Fundação Oderbrech, Fundação Kellogg e BNDES - Projeto Aliança com o Adolescente para o Desenvolvimento do Nordeste; Instituto Credicard - Programa Jovens Escolhidos em Rede para o Futuro; Junior Achievement - Educação Básica: Mundo dos Negócios e Empresa em Ação; Ensino Médio: Programa Miniempresa; Educação Superior: Management and Economic Simulation Exercice (MESE)/Exercício de Simulação Administrativa e Econômica e Global Learning of the Business Enterprise (GLOBE)/Aprendizado Global da Empresa de Negócios.

nelas se inserem devem ser pessoas visionárias, capazes de enfrentar desafios em um processo contínuo de mudanças, e determinadas a alcançar seus objetivos sem se deixar influenciar pelas adversidades. Em sua retórica, sinalizam que a verdadeira fonte de riqueza de uma sociedade moderna não está só em seu nível de produtividade ou em seu Produto Interno Bruto - PIB, mas na inteligência e criatividade da população. Portanto, torna-se cada vez mais necessário

... fomentar la modelación de un mundo en donde exista un nuevo espíritu por emprender (...) Necesitamos de personas emprendedoras que no cesen en su empeño llevar sus metas a feliz realidad y que sus sueños muevan el mundo (...) Una estructura comprometida para darse a la tarea de crear programas encaminados a dar apoyo a jóvenes capaces de enfrentar los retos y convertirlos en oportunidades, y quienes decidan aprovecharlos los apliquen creativamente gestando empresas productivas que den respuesta a los grandes problemas de desarrollo social y económico en sus países (...) No se puede por en duda la necesidad de crear regiones con mayor empuje emprendedor, esto es, una sociedad que pueda aprovechar las cualidades del joven, especialmente su potencial de creatividad, de innovación y de realización (grifos nossos) (BID, 2004, p. ix).

Nesse sentido é que, segundo o BID (2004), deve-se investir na criação de empresas, pois são consideradas as principais fontes de geração de riquezas de que a sociedade necessita, e no empreendedor, pois ele é o elemento por excelência capaz de criar essas empresas. De acordo com as orientações do BID,

... debemos considerar al (la) joven emprendedor (a) creador (a) de empresas, como uno de los más valiosos componentes de nuestra sociedad, como agentes de cambio y de su desarrollo (...) Valorar nuestra sociedad con jóvenes emprendedores constituye un elemento fundamental, capaz de reanimar y revitalizar nuestras economías (grifos nossos)(BID, 2004, p. x).

Portanto, é possível supor que é a visão conservadora de protagonismo juvenil, apoiada no conceito de *empoderamento* proposto pelos organismos internacionais, que alicerça a idéia do jovem empreendedor. Essa perspectiva se dá pela sugestão de um modelo no qual o jovem seja o responsável exclusivo pelos processos que desencadeia, tornando-se senhor do próprio destino. Salienta

Iulianelli (2003) que “há uma leitura que considera as gerações futuras - já presentes - responsáveis pelo presente e pelo futuro” (p. 65). E aqui cabe questionar: como a OIT compreende o emprego do jovem?

2.2 A Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Emprego do Jovem

A discussão sobre o emprego do jovem tem feito parte da agenda dos organismos internacionais, notadamente a partir da promulgação da Declaração do Milênio das Nações Unidas (2006), aprovada em setembro de 2000.

As proposições constantes da seção III - Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza - da referida Declaração, que se apoiaram nos debates promovidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, no final da década de 1990, sobre o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza, ensejaram o estabelecimento de uma lista de Metas Internacionais de Desenvolvimento, traduzidas no que foi denominado de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. Os ODM estão contemplados no Roteiro de Metas para a Implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas, que foi aprovado em setembro de 2001.

Em relação ao trabalho do jovem, o Objetivo de nº 8 dos ODM, intitulado Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento, tem a seguinte meta, de nº 16: “Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo” (Introdução aos ODM, 2006, p. 35).

Nessa direção, reforçou-se junto a todas as entidades que pertencem ao conjunto dos organismos internacionais, como BIRD, BID, BM, UNESCO, OIT, OCDE, outros, a importância de atuarem, dentro de suas atribuições, na promoção do que foi denominado de *trabalho decente*³¹ - *digno e produtivo* - para o jovem.

A análise da perspectiva de emprego direcionado ao jovem que orienta as ações desses organismos pauta-se, neste estudo, pelos documentos elaborados

³¹ Al acunãr el concepto de trabajo decente, la OIT ha reafirmado su compromiso de ayudar a las mujeres y los hombres que se mueven en el mundo del trabajo a perseguir su bienestar y a cultivar sus aspiraciones en condiciones de libertad, dignidad, seguridad económica e igualdad de oportunidades. No se trata simplemente de crear puestos de trabajo, sino que han de ser de una calidad . Deben existir oportunidades de empleo porque el trabajo decente resulta inconcebible sin empleos, aunque cumplir este objetivo no resulta suficiente. El trabajo debe ser además productivo y generar suficientes ingresos. También deben garantizarse en él los derechos y la representación de las personas, amén de ofrecer a éstas una seguridad socioeconómica mínima mediante una protección social adecuada (OIT, 2004a, p. 45).

pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, por ser essa a agência do Sistema das Nações Unidas responsável

... pela formulação das Normas Internacionais do Trabalho, pela promoção do desenvolvimento e a interação das organizações de empregadores e de trabalhadores, e pela prestação de serviços de cooperação técnica nas áreas de formação e reabilitação profissional; políticas e programas de emprego e de empreendedorismo; administração do trabalho; direito e relações do trabalho; condições de trabalho; desenvolvimento empresarial; cooperativas; previdência social; estatísticas e segurança e saúde ocupacional (OIT, 2006).

A OIT foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial. O texto da Constituição da OIT, em vigor, foi aprovado na 29ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em 1946, na cidade de Montreal. Atualmente, a OIT orienta-se segundo os seguintes objetivos estratégicos:

Promover os princípios fundamentais e direitos no trabalho através de um sistema de supervisão e aplicação de normas; Promover melhores oportunidades de emprego/renda para mulheres e homens em condições de livre escolha, de não discriminação e de dignidade; Aumentar a abrangência e a eficácia da proteção social; Fortalecer o tripartismo e o diálogo social (OIT, 2006).

No documento *Um Bom Começo: Trabalho Decente Para o Jovem* (OIT, 2004a), elaborado para subsidiar a Reunião Tripartite Sobre o Emprego dos Jovens: O Caminho a Seguir, que ocorreu no mês de outubro de 2004, em Genebra, relata-se que já a bastante tempo a OIT trata com dinamismo das questões relacionadas ao emprego dos jovens, mediante sua atuação normativa e atividades de assistência técnica. Tem as normas internacionais do trabalho como a principal ferramenta para fomentar o emprego e melhorar as condições de trabalho dos jovens, a exemplo das que tratam da abolição do trabalho infantil e da proteção específica em relação à saúde e à segurança do trabalho do jovem. Quanto à promoção do emprego, arrola-se os seguintes instrumentos:

El convenio sobre la política, 1964 (núm. 122) es el principal instrumento de la OIT para la promoción del empleo. La Recomendación núm. 122, que contempla, pide que se dé prioridad especial a las medidas destinadas a resolver el grave problema del desempleo entre los jóvenes. La Recomendación

sobre la política del empleo (disposiciones complementarias), 1984 (núm. 169), detalla medidas especiales que deberían adoptarse para ayudar a los jóvenes a encontrar un primer empleo y facilitar la transición de la escuela al trabajo. Otros instrumentos relativos a la promoción del empleo de los jóvenes incluyen el Convenio sobre el servicio del empleo, 1948 (núm. 88), que prevé la aplicación y el desarrollo de arreglos especiales para los jóvenes en el marco de los servicios de empleo y orientación profesional. El Convenio sobre desarrollo de los recursos humanos, 1975 (núm. 142), exige la extensión gradual de la orientación profesional y de los sistemas de formación estrechamente relacionados con el empleo para que atiendan las necesidades de los jóvenes y de los adultos a todo largo de la vida. De conformidad con la Recomendación sobre el desarrollo de los recursos humanos, 2004 (núm. 195), debería promoverse el acceso de los jóvenes a la educación, la formación y la educación permanente. La recomendación sobre los programas especiales para los jóvenes, 1970 (núm. 136), fue adoptada para abordar de manera específica la promoción del empleo de los jóvenes. Se aplica a los programas especiales que tienen por objeto permitir que los jóvenes participen en actividades destinadas al desarrollo económico y social de su país (OIT, 2004a, p. 44).

De acordo com o exposto no documento, durante a década de 1970, os trabalhos da OIT, no que se refere ao jovem, centraram-se na proteção desses trabalhadores mediante a adoção de normas de trabalho e resoluções propostas na Conferencia Internacional do Trabalho. Entretanto, nesse mesmo período as questões relativas ao emprego dos jovens começaram a exigir maior atenção nas análises e políticas das atividades operativas da OIT, especialmente

... en el Programa Mundial Del Empleo, en el que destacaron el fomento del empleo, la enseñanza y la formación. En la misma época, la OIT empezó a tratar la cuestión del desempleo de los jóvenes en concomitancia con ciertos fenómenos registrados en muchos países: el problema de los jóvenes en el mercado de trabajo habían dejado de estar exclusivamente relacionado con las condiciones de trabajo (...) Por ejemplo, en la reunión de 1978 de la Conferencia Internacional del Trabajo se adoptó la Resolución sobre el empleo de los jóvenes, en la que se subrayó que el problema del desempleo de los jóvenes debería ser tratado dentro del contexto de una estrategia global y bien equilibrada para el pleno empleo (OIT, 2004a, p. 43).

Segundo o *Relatório Juventude e Emprego* (OIT, 2001), elaborado pela Divisão de Política e Emprego - Genebra, em 1995, a ONU e a OIT desenvolveram o Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e Adiante. Esse

programa teve como objetivo oferecer um padrão geral de política e de normas práticas de atuação, em âmbitos nacional e internacional, voltados a promover a melhoria das condições de emprego dos jovens.

O emprego dos jovens constitui uma tarefa prioritária do programa de ação e sugere quatro propostas: (i) oportunidades de emprego autônomo, (ii) oportunidade de emprego para grupos específicos; (iii) serviços voluntários da comunidade; (iv) oportunidades de emprego em áreas que se desenvolvam rapidamente como consequência da mudança tecnológica (OIT, 2001, p. 44).

A iniciativa do Programa motivou a realização do Foro Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, que ocorreu na cidade de Viena em novembro de 1996. O objetivo do Foro foi de dar seguimento às discussões voltadas à implementação do Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e Adiante.

Neste Foro, as recomendações do grupo Juventude e Emprego voltaram-se à promoção do emprego autônomo por meio da criação de oportunidades de trabalho para grupos específicos de jovens e a sua participação em serviços voluntários que envolvessem toda a comunidade. Ainda fez parte das recomendações do grupo a implementação de políticas de trabalho direcionadas às mulheres jovens, refugiados, pessoas com necessidades especiais e trabalhadores imigrantes.

As prioridades de ação propostas relacionam-se ao fortalecimento da capacidade de participação das Organizações Não Governamentais - ONG para jovens, como interlocutoras junto ao Sistema das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, em programas e projetos voltados a esse público, em nível regional, nacional, e internacional. Outra prioridade visa a maior participação do setor privado na promoção de emprego para jovens.

Como expresso no *Relatório Juventude e Emprego* (2001), essas recomendações estão de acordo com o Compromisso de nº 3 da Declaração, da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em março de 1995, na cidade de Copenhague. Nesse Compromisso, enfatiza-se a promoção do pleno emprego como prioridade das políticas econômicas e sociais, ressaltando que “é

preciso dispensar especial atenção aos problemas do desemprego estrutural, desemprego de longa duração e subemprego do jovem” (OIT, 2001, p. 45).

As experiências e os saberes acumulados no decorrer da década de 1980, período em que o emprego dos jovens torna-se um tema recorrente nos trabalhos da OIT, tornaram possível por em prática uma gama de iniciativas “como El Programa de acción sobre el desempleo de los jóvenes (1996-1997) y o Las Estrategias para combatir la marginación y el desempleo de los jóvenes (1998-1999)” (OIT, 2004a, p. 43). Esses programas foram amplamente discutidos na 86ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho - Genebra, 1998 -, onde foi adotada uma nova Resolução sobre o emprego juvenil, que se acredita ter proporcionando uma visão mais ampla do problema do emprego dos jovens.

Según se declara en el Preámbulo de la resolución, las oportunidades de empleo para los jóvenes son a menudo a tiempo parcial, ocasional, temporal y precario y el desempleo juvenil es una vertiente del problema general y de amplio alcance del desempleo y subempleo que refleja una situación económica desfavorable y que no puede remediarse sin un incremento mundial del crecimiento económico y del empleo (OIT, 2004a, p. 43).

A Resolução em questão solicitou ao Conselho de Administração da OIT que encarregasse o Diretor Geral dessa entidade de cooperar com os outros organismos internacionais a fim de promover uma ação internacional a favor do emprego do jovem, o que reforçou a criação da Rede de Emprego para os Jovens.

A Rede de Emprego para os Jovens (*Youth Employment Network - YEN*) foi uma iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas, em 2001, sob o impulso da Declaração do Milênio, em que se afirma a necessidade de implementar estratégias para oportunizar aos jovens um trabalho decente e produtivo. A Rede é uma parceria³², sob a liderança das Nações Unidas, do Banco Mundial e da OIT. Seu objetivo é tratar das questões do trabalho juvenil em nível mundial, nacional e local. Foi definitivamente legitimada na Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Promoção do Emprego dos Jovens, aprovada na 77ª reunião plenária, em dezembro de 2002, cujos termos são:

³² A Rede constitui-se em uma parceria dos Organismos que a lideram, com líderes do setor produtivo, organizações de jovens, Organizações Não Governamentais, contemplando, ainda, a participação de formuladores de políticas voltadas à Juventude e representantes da sociedade civil.

1. Registra o trabalho do Painel de Alto Nível da Rede de Emprego de Jovens, do Secretário Geral e suas recomendações para políticas; 2. Incentiva os Estados Membros a preparar revisões e planos de ação nacionais sobre o emprego de jovens e envolver organizações juvenis e os jovens nesse processo, levando em consideração, entre outros, os compromissos assumidos pelos Estados Membros nesse sentido, em especial aqueles incluídos no Programa de Ação Mundial para Jovens para o ano 2000 e adiante; 3. Convida, no contexto da Rede de Emprego de Jovens, a Organização Internacional do Trabalho, em colaboração com a Secretaria e o Banco Mundial e outras agências especializadas relevantes, a auxiliar e apoiar, após solicitação, os esforços dos Governos na elaboração de revisões e planos de ação nacionais, e a realizar uma análise mundial e uma avaliação dos avanços feitos nesse sentido; 4. Solicita ao Secretário-Geral relatar à Assembléia Geral em sua quinquagésima-oitava sessão a respeito da implementação da presente resolução, inclusive aos avanços alcançados pela Rede de Emprego de Jovens (Resolução ..., 2006, p. 1-2).

O Painel de Alto Nível, composto por doze especialistas, reuniu-se pela primeira vez em 2001. Sua principal atribuição é a de assessorar os três parceiros principais da Rede - ONU, BM, OIT - no desenvolvimento de recomendações e políticas voltadas ao emprego do jovem.

Uma das primeiras iniciativas do Painel foi a formação de quatro Grupos de Trabalho. Esses Grupos de Trabalho são responsáveis por fornecer diretrizes para os países Membros na preparação de suas Revisões e Planos de Ação Nacionais, direcionados ao emprego do jovem. Outra tarefa dos Grupos de Trabalho é a de servirem como interlocutores das orientações do Painel junto aos demais parceiros da Rede.

Cada Grupo de Trabalho atua sobre uma das quatro áreas de políticas consideradas de prioridade mundial, definidas na Segunda Reunião do Painel de Alto Nível da Rede de Emprego para os Jovens, em junho de 2003, a saber: Empregabilidade, Empreendedorismo, Criação de Empregos e Igualdade de Oportunidade.

Como expresso no Relatório *Em Direção a Uma Aliança Mundial em Prol do Emprego dos Jovens: Os Cinco Passos a Seguir*, por meio das Recomendações sobre Políticas e Processos de Alto Nível da Rede de Emprego de Jovens (OIT, 2003), o Grupo de Trabalho que trata da Empregabilidade afirma que é a falta de

formação e de treinamento que impede o trabalhador de conquistar um emprego digno e produtivo. A evasão escolar e o treinamento sem relação com as necessidades do mercado são as principais razões para a perpetuação do ciclo vicioso do subemprego e da pobreza. Nesse sentido, a recomendação do Grupo de Trabalho aos Planos de Ação Nacionais é a de que se deva dar prioridade no investimento em políticas que facilitem a transição escola-trabalho, proporcionando um impulso na vida profissional dos jovens, especialmente a dos menos favorecidos.

Os jovens também necessitam de um conjunto de habilidades centrais para o trabalho, tais como habilidades em comunicação, solução de problemas, trabalho em equipe e liderança para desenvolver a sua empregabilidade e prepará-los para o trabalho numa sociedade baseada em conhecimento e habilidades (Em Direção..., 2003, p. 5).

Quanto à Igualdade de Oportunidades, entende-se que apesar dos avanços, as mulheres entre 15 e 24 anos ainda enfrentam maiores dificuldades do que os homens no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Essa realidade impõe ao gênero feminino uma condição de inferioridade no que se refere ao tipo de ocupação e à remuneração. Em situações de crise, em que as opções de trabalho são limitadas, as jovens mulheres são as primeiras vítimas da exclusão. Diante dessa realidade, os países Membros devem elaborar políticas que objetivem eliminar essas disparidades de gênero. Entre essas políticas devem existir aquelas voltadas ao empreendedorismo, pois uma das sugestões do Grupo de Trabalho para Planos de Ação Nacionais é a de que se deva

... reconhecer o valor do empreendedorismo das mulheres: iniciativas empreendedoras oferecem uma importante porta de entrada para jovens no mercado de trabalho. Iniciativas de micro-crédito e de meios de vida para adolescentes deveriam ser apoiadas de modo a ampliar a gama de treinamentos e serviços prestados por elas, inclusive serviços de desenvolvimento de negócios e um menu inovador de produtos financeiros e de seguros. Programas de mentoria e de incubadoras são especialmente importantes para apoiar as jovens empreendedoras (Em Direção..., 2003, p. 8).

No que tange ao Empreendedorismo, questão principal do presente estudo, acredita-se que a carência de oportunidades de emprego no mundo é resultado da falta de empregadores. Diante disso, o Grupo de Trabalho que trata do assunto

indica que os governos, nos âmbitos nacional e local, devem incorporar e incentivar um conceito amplo de empreendedorismo que estimule a iniciativa pessoal e que englobe uma variedade de organizações: pequenas e grandes empresas, cooperativas, organizações juvenis e organizações voltadas ao empreendedorismo social - ONG e Instituições Públicas. Entre as recomendações do Grupo de Trabalho propostas aos Planos de Ação Nacionais encontra-se a de que deve ser dirigida especial atenção aos seguintes pontos:

Atitudes Culturais: são necessárias iniciativas para a criação de uma nova cultura empreendedora, que promova a percepção do valor dos empreendedores para a sociedade, tornando, assim, o empreendedorismo uma opção para os jovens; Educação/treinamento: para iniciar um negócio, um jovem necessita tanto de habilidades empreendedoras como vocacionais. Qualquer curso deveria incluir habilidades empreendedoras e administrativas como parte do currículo principal (Em Direção..., 2003, p. 7).

No Grupo de Trabalho sobre Criação de Empregos, indica-se que as políticas relacionadas à Empregabilidade, à Igualdade de Oportunidades e ao Empreendedorismo, requerem um ambiente as viabilize. Nesse ambiente, a criação de empregos deve ser colocada no centro das políticas macro-econômicas e de outras políticas públicas. Para tanto, o Grupo de Trabalho recomenda aos Planos de Ação Nacionais dos países Membros, que tornem o emprego um objetivo geral da política econômica, gerando oportunidades aos jovens que chegam ao mercado de trabalho e, ainda, que promovam a “estabilidade financeira por meio da adoção de políticas macro-econômicas saudáveis e com boa governança” (Em Direção..., 2003, p. 9).

É preciso considerar, como enfatizado nos documentos que tratam da Rede de Emprego para os Jovens, que as proposições encaminhadas só foram possíveis a partir de uma nova abordagem sobre o emprego do jovem. Entende-se que a globalização e o desenvolvimento tecnológico ofereceram a muitos jovens oportunidades sem precedentes de educação, inovação e trabalho produtivo. No entanto, para milhões de outros jovens, trouxeram incertezas e insegurança, aumentando a distância entre aqueles que entram no mercado de trabalho e os trabalhadores experientes, entre os que detêm um trabalho bem remunerado e produtivo e aqueles de empregos de baixa qualidade com baixos salários. Contudo,

os jovens, “ao invés de serem vistos como um grupo alvo para o qual o emprego precisa ser encontrado, eles querem ser aceitos como parceiros do desenvolvimento ajudando a formatar o futuro para todos” (Em Direção..., 2003, p. 4).

O jovem não é o problema, é a solução (...) O jovem é um bem (...) A sua energia, sua capacidade para a inovação e as suas aspirações são bens que a sociedade não pode se dar ao luxo de desperdiçar (...) O problema, é o desemprego do jovem (Os Jovens..., 2006, p. 1).

No documento *Tendências Mundiais do Emprego Juvenil* (OIT, 2004b), elaborado para o Dia Internacional da Juventude, celebrado em 12 de agosto de 2004, reconhece-se que o crescimento do desemprego mundial tem afetado especialmente os jovens. O desemprego do jovem aumentou consideravelmente entre os anos de 1993 e 2003. A taxa de desemprego juvenil alcançou um nível histórico de 14,4% em 2003, o que significou 88 milhões de jovens desempregados, cerca de 47% do total dos então 186 milhões de trabalhadores sem emprego de todo o mundo.

De acordo com o documento supracitado, o desemprego juvenil atinge principalmente a população jovem dos países em desenvolvimento, pois entende-se que a probabilidade de não obter trabalho é maior do que a dos jovens nos países industrializados. No entanto, considera-se que mesmo os jovens das economias desenvolvidas estão expostos a longas jornadas de trabalho, contratos informais ou de curta duração, com baixa remuneração e pouca proteção social.

Ello es consecuencia sobre todo de las dificultades asociadas con la transición inicial del campo académico al trabajo, la relativa inexperiencia de quienes buscan empleo y los frecuentes cambios de empleo de los jóvenes que tratan de encontrar un trabajo decente y productivo (OIT, 2004b, p. 1).

Nas análises sobre a dificuldade que os jovens enfrentam para encontrar um emprego, uma das referências apontadas é a relação entre o desemprego do jovem e do adulto: em 2003, a taxa de desemprego juvenil no mundo chegou a ser três vezes maior que a dos adultos.

Os fatores apresentados que dificultam o acesso do jovem ao mercado de trabalho formal estão relacionados à idade, ao sexo e ao nível de instrução. Como exemplo, na América Latina e Caribe, a taxa de desemprego na faixa etária de 15 a

19 anos é mais que o dobro da encontrada nos jovens de 20 a 24 anos, e a taxa de desemprego entre as mulheres jovens supera em 6,8% a dos homens. No que se refere ao nível de instrução, afirma-se que quanto menor for o tempo de estudo do jovem, menor são suas chances de encontrar emprego, ficando exposto ao trabalho precário na economia informal.

O dado preocupante externado no documento é que 85% dos jovens vivem em economias em desenvolvimento e, de acordo com as tendências demográficas, essa proporção tende a aumentar. A suposição feita é a de que em 2015 cerca de 660 milhões de jovens estarão trabalhando ou buscando trabalho, o que torna um desafio a promoção de emprego decente nas economias em desenvolvimento, principalmente porque nessas regiões “muchos jóvenes están tan desmoralizados que ni siquiera pretenden formar parte de lá población activa, por considerar que sus oportunidad de encontrar trabajo son limitadas” (OIT, 2004b, p. 7).

La población juvenil em conjunto creció un 10,5 por ciento durante los últimos diez años, mientras que el empleo juvenil creció sólo un 0,2 por ciento. La situación resulta todavía más alarmante en algunas regiones. En las economías en transición, la población juvenil creció un 10,1 por ciento, mientras que el empleo juvenil bajó un 11,7 por ciento (...) En América Latina y el Caribe, en 2003 había un 13,1 por ciento más de jóvenes que en 1993, pero sólo un 2,8 por ciento más de jóvenes que trabajaban (OIT, 2004b, p. 7).

Afora a falta de informações precisas a respeito da distribuição setorial dos jovens no mercado de trabalho, acredita-se que nos países da Europa o jovem atue principalmente no setor de serviços em turismo e hotelaria e naqueles relacionados às novas tecnologias. Nos países em desenvolvimento, além dos setores de serviços, manufaturas e construção, o setor agrícola absorve boa parte da mão-de-obra jovem. Todavia, a maioria dos jovens vive em uma situação de subemprego, com baixa remuneração e pouca proteção social.

O subempleo puede tratar-se de trabajos de duración insuficiente, a saber, um empleo a tiempo parcial involuntario y um empleo a corto plazo temporal; este término también designa el trabajo com una productividad insuficiente (...) En gran parte del mundo em desarrollo , los jóvenes a menudo o tienen otra opción más que aceptar empleos temporales y cada vez más inseguros. En muchos países da América Latina, el aumento de los contratos temporales también ha afectado particularmente a los jóvenes, sobre todo a los de los hogares más pobres (OIT, 2004a, p. 8-9).

Segundo a OIT, para fazer frente a essa realidade, é preciso que os países Membros invistam em políticas e programas voltados a reduzir o desemprego juvenil. A principal conquista, apontada nos documentos arrolados, para se implementar tais iniciativas, é o aumento do Produto Interno Bruto Mundial.

Estima-se que, se o desemprego juvenil fosse reduzido pela metade, o PIB mundial poderia aumentar entre 4 a 7%, ou seja, em torno de dois a três bilhões de dólares. Os principais beneficiários desse crescimento seriam os jovens dos países em desenvolvimento, pois teriam o seu potencial produtivo melhor aproveitado e maior chances de encontrar um emprego decente. Nas economias mais pobres, “oferecer a los jovens un empleo decente significa, para ellos mismos y probablemente también para sus familias, una oportunidad de superar de la pobreza” (OIT, 2004b, p. 2).

Los beneficios económicos directos para la sociedad irán acompañados de una reducción de los gastos para contrarrestar los comportamientos arriesgados, la violencia y la delincuencia, así como de beneficios sociales tales como una reducción de la vulnerabilidad y la exclusión (OIT, 2004a, p. 11).

De acordo com a OIT, a forma mais eficaz de promover o emprego dos jovens é garantir um ambiente econômico geral que estimule a criação de empregos. Para os países em transição, orienta-se que sejam aplicadas políticas monetárias e fiscais expansionistas para satisfazer os objetivos de crescimento econômico, de emprego e produtividade. Entretanto, é reforçado pela OIT que

.. no se puede lograr el pleno empleo, productivo y libremente elegido para los jóvenes mediante medidas aisladas y fragmentadas, sino que son necesarias medidas a largo plazo, coherentes y concertadas en una amplia gama de políticas económicas y sociales. Las políticas y programas nacionales por las que se promueve el empleo de los jóvenes son más eficaces si se integran en las políticas macroeconómicas y sectoriales generales. En ellas deben abordarse las particularidades de los jóvenes, y se debe aprovechar plenamente el papel que éstos pueden desempeñar para promover el cambio económico y social (OIT, 2004a, p. 19).

Para criar trabalho decente para o jovem, a OIT (2004a, p. 26) sugere dois tipos de políticas e programas governamentais. As de longo prazo estão

relacionadas à melhoria das oportunidades e da qualidade do trabalho, mediante a adoção de “normas que regulam el mercado de trabajo (salarios, legislación sobre protección del trabajo y contratos de duración determinada)”. As políticas de curto prazo ocorrem por intermédio de “medidas activas de mercado de trabajo que afectan la demanda (obras públicas y comunitárias, subsidios de empleo, creación de empresas y trabajo independiente)”.

Em conformidade com o objetivo do presente capítulo, destaca-se que, segundo a OIT, cada vez mais a abertura de uma empresa pelo jovem deve ser considerada como parte de uma estratégia para fazer frente aos desafios de emprego do jovem. Para tanto, três elementos são fundamentais na estratégia global de promoção da iniciativa empresarial do jovem:

i) una cultura de la iniciativa empresarial; ii) promoción de políticas y reglamentaciones propicias; y iii) la capacidad de prestar servicios de apoyo. La promoción de una cultura de la iniciativa empresarial debería empezar cuando los jóvenes todavía están recibiendo educación y formación; la existencia de un entorno propicio y de servicios de apoyo es fundamental para ayudar a los jóvenes que están criando sus propias empresas (...) En el todo mundo hay programas de educación en materia de iniciativa empresarial en las escuelas secundarias, en las escuelas técnicas y de formación profesional y en las universidades (OIT, 2004a, p. 33).

Nesse ponto, reforça-se a idéia do jovem como personagem principal de iniciativas voltadas ao crescimento econômico. São considerados “os atuais parceiros do desenvolvimento (...) agentes de mudança social e econômica” (Os jovens..., 2006, p. 1) no combate à pobreza e à exclusão social.

Sob a lógica de um trabalho decente e produtivo para o jovem, proposto pelos organismos internacionais e articulado pela OIT, sua formação para o empreendedorismo passa a fazer parte dos discursos que objetivam conforma-lo a um contexto marcado pela intensificação do processo de internacionalização do capital. Essa configuração deve se dar por intermédio da educação, apoiada na perspectiva conservadora de protagonismo juvenil. Daí a necessidade de se refletir sobre a educação empreendedora, que será objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: CONCEPÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS E O JOVEM

Tem-se como finalidade desse capítulo analisar os fundamentos que sustentam o que se qualifica de educação empreendedora e sua concepção político-pedagógica³³ direcionada ao jovem. Ele desdobra-se em dois momentos. O primeiro apresenta sucintas reflexões acerca da relação trabalho-educação implicada na educação empreendedora. Na segunda parte, procura-se identificar e analisar, com base em uma leitura de Gramsci, os pressupostos da formulação de um dos principais intelectuais que, no Brasil, constroem o “corpus teórico” da educação empreendedora, Fernando Dolabela³⁴, com destaque para as argumentações dirigidas à formação do jovem.

3.1 A Educação Empreendedora na Esteira da Relação Trabalho-Educação

A discussão que se pretende desenvolver no todo desse capítulo tem como pressuposto, conforme indica Kosik (apud FRIGOTTO, 1998, p. 29), que o trabalho “na sua essência e generalidade, não é a atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade”.

³³ Nesse estudo, concepção político-pedagógica é entendida como uma intencionalidade consciente da prática educativa, cujo os objetivos, conteúdos e metodologias são determinadas por fins e exigências políticas e ideológicas.

³⁴ Fernando Celso Dolabela Chagas, brasileiro, natural de Belo Horizonte - MG, é graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em Direito (1970) e Administração (1971), pós-graduado em Administração, pela Fundação Getúlio Vargas (1976), e Mestre em Administração pela UFMG (1990). Foi professor da UFMG, onde se destacou pela criação da disciplina “O Empreendedor em Informática”. Atualmente, é Professor convidado do *Master Business Administration* - MBA - da Fundação Dom Cabral - MG; do *Master's Program, International Faculty Economics of Entrepreneurship – Emirates Center for Entrepreneurship*, UAE; como também do *Master in International Entrepreneurship, Red Uniemprende*, Santiago Compostela, Espanha; e, ainda, do Curso de Altos Estudos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG.

Saviani (1994) reforça essa perspectiva, quando confirma que o “trabalho define a essência do homem” (p.150), sendo a sua vida determinada pelo modo como produz a sua existência.

É dentro desta compreensão que o sujeito humano em Marx (1964), e posteriormente, de forma mais desenvolvida em Gramsci, é entendido não como um sujeito individual, mas resultado de um processo histórico, de relações sociais concretas (FRIGOTTO, 1998, p. 29).

Sobre as origens da relação trabalho-educação, o autor rememora que na Antiguidade, em que prevalecia o modo de produção comunal, a educação era comum a todos os homens, sendo a partir do advento da sociedade de classes que a educação torna-se diferenciada. À medida que o homem

... se fixa na terra, que então era considerado o principal meio de produção, surge a propriedade privada. A apropriação privada da terra divide os homens em classes (...) Temos então a classe dos proprietários e a classe dos não proprietários (...) Surge uma classe ociosa, ou seja, uma classe que não precisa trabalhar para viver: ela vive do trabalho alheio (...) A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada, que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria, era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho (SAVIANI, 1994, p. 152-153).

Para Saviani (1994), “no deslocamento do eixo do processo produtivo do campo para a cidade, da agricultura para a indústria” (p.160), durante o período da idade média, forjou-se um novo modo de produção, que é o capitalista.

Na sociedade moderna, capitalista, a sociedade organiza-se de acordo com o direito positivo, um direito estabelecido formalmente por convenção contratual.

É por isso que os ideólogos da sociedade moderna vão fazer referência ao chamado contrato social e à sociedade como sendo organizada por meio de um contrato e não por laços naturais (...) A isso está ligada a noção de liberdade. A noção de liberdade, como princípio do modo de produção da sociedade moderna, que está caracterizada na ideologia do liberalismo significa que cada um é livre para dispor de sua propriedade. É uma sociedade de proprietários livres.

Considera-se o trabalhador como proprietário da força de trabalho, que a vende mediante contrato celebrado com o capitalista, rompendo com o caráter servil da idade Média (...) **A liberdade é posta ao trabalhador num sentido contraditório, duplo, aparentemente positivo - livre para dispor de sua força de trabalho - mas também no sentido negativo na medida em que é desvinculada dos seus meios de existência** (grifos nossos) (SAVIANI, 1994, p. 155).

De acordo com Frigotto (2003), ao contrário do que postula o ideário liberal clássico, o fim do servilismo não representou o surgimento de uma sociedade livre e igualitária. Na realidade, serviu como condição necessária para que a nova sociedade, agora capitalista, sob uma pretensa “igualdade” jurídica, formal, contratual, instaurasse as bases das relações econômicas, políticas e ideológicas de uma nova sociedade de classes.

O “mercado”, sob as relações das classes fundamentais capital/trabalho, de um lado, constituiu-se no “lôcus fetichizado”, por excelência, onde todos os agentes econômicos e sociais supostamente se igualam e podem tomar suas decisões livres, e o “contrato”, de outro, na mistificação legal da garantia do cumprimento das escolhas “igualitárias e livres” (grifos do autor) (p. 27).

No que se refere à educação, Saviani (1994) esclarece que a sociedade contratual, baseada nas relações formais, e os avanços no processo urbano-industrial, trouxeram consigo a exigência da generalização da educação escolar, sendo essa a razão de a sociedade moderna e burguesa levantar a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. Segundo o autor, a escola esteve ligada a esse processo, como agência educativa voltada às necessidades do progresso, dos hábitos civilizados, instruindo os homens para serem sujeitos de direitos e deveres na vida da sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria. Pode-se entender, portanto, a razão da educação institucionalizada

... emergir como forma dominante de educação na sociedade atual. Isto a tal ponto que a forma escolar passa a ser confundida com a educação propriamente dita (...) Ocorre aqui, com a questão escolar, o mesmo fenômeno que Marx descreveu com relação à economia, ou seja, trata-se de compreender as formas menos desenvolvidas e não ao

contrário. É nesse sentido que é possível compreender a educação a partir da escola e não ao contrário (...) Quando se quer falar em educação que não seja a da escola, temos que fazer a referência sempre pela via negativa: educação não escolar, educação não formal, informal. O critério para entender as demais é a forma escolar (SAVIANI, 1994, p. 157).

Frigotto (2003) identifica que, historicamente, na perspectiva das classes dominantes, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores tem a finalidade de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho, significando a subordinação da função social da educação para o atendimento às demandas do capital. Conforme o autor, a crítica a essa concepção deve servir para que a

... qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento estreito da imagem do “mono” domesticável dos esquemas tayloristas, seja na forma da polivalência e formação abstrata, formação geral ou policognição reclamadas pelos modernos “homens de negócios” e os organismos que os representam (grifos do autor) (p. 31).

O autor refere-se aos organismos internacionais que, segundo Miranda (1997, p. 37-48), vêm orientando as políticas sociais dos países em desenvolvimento, a exemplo do que ocorre na América Latina no que tange às políticas educacionais. Com vistas a atender às novas exigências do estágio atual do capitalismo, os organismos internacionais, como o BM, o BID, as agências da ONU - PNUD, CEPAL, UNESCO - e a UNICEF, reforçam a perspectiva de inserção competitiva no processo de globalização dos mercados. Como exemplo dessa orientação, em uma análise do documento elaborado pela CEPAL, *Transformación productiva com equidad*, Miranda (1997, p. 39) indica que esse organismo

Sugere que indivíduos, setores sociais e países devam se tornar competitivos, ou seja, devam adequar-se às exigências dos mercados. **A competitividade autêntica (...) deve pautar-se, segundo o documento, pelos investimentos em capital humano** (grifos nossos) buscando convergência entre competitividade e sustentabilidade social, entre crescimento econômico e equidade social (...) A idéia central de seu documento de 1990 é que “a incorporação sistemática do

progresso técnico constitui o pivô da transformação produtiva e de sua compatibilização com a democratização política e uma crescente equidade social” (grifos do autor).

Miranda (1997) ressalta que a perspectiva apresentada nos documentos propostos pelos organismos internacionais afirma a centralidade da educação e do conhecimento como condição para a adequação dos países, e de seus membros, a um contexto marcado pela intensificação do processo de globalização associado à revolução tecnológica. Para que se logre êxito nesse processo, deve-se assumir “um novo padrão de conhecimento: menos discursivo, mais operativo; menos particularizado, mais interativo, comunicativo; menos intelectual, mais pragmático; menos setorizado, mais global; não apenas fortemente cognitivo, mas também valorativo” (p. 41).

A respeito de que conhecimento está se tratando nas proposições dos organismos internacionais, a autora faz referência à Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, promovida pelo BM, UNICEF, PNUD e UNESCO, que vinculou desenvolvimento humano à educação, enfatizando a satisfação das chamadas Necessidades Básicas de Aprendizagem - NEBA³⁵. Em sua reflexão, pela análise das proposições encontradas nos documentos da CEPAL e da referida Conferência, Miranda (1997) entende que

É possível sugerir (...) sobre os processos de aprendizagem voltados para a incorporação e difusão do desenvolvimento tecnológico, a expectativa de que os conhecimentos devam ser compreendidos e adquiridos mediante a ação (saber fazer) a utilização (saber usar) e a interação (saber comunicar) (...) O “saber fazer” significa o conhecimento orientado para sua operacionalidade. Essa concepção guarda semelhanças e distinções com o que a conhecida Escola Nova vem chamando, por todo o século, de “aprender a aprender” (...) O “saber usar” requer modalidades de aprendizagem que se efetivem

³⁵ De acordo com Miranda (1997, p. 42), as Necessidades Básicas de Aprendizagem - NEBA, foram compreendidas como: conhecimentos, capacidades, atitudes e valores necessários para que as pessoas sobrevivam, melhorem sua qualidade de vida e sigam aprendendo. Referenciada em Torres (1994), Miranda critica a imprecisão dos termos e conceitos utilizados na formulação das NEBA, advertindo pra suas implicações como a negação dos conflitos sociais subjacentes a essas propostas; a ênfase dada, nas NEBA, às necessidades pessoais, sem explicitar as necessidades sistêmicas; o grande destaque dado à noção de aprendizagem, em prejuízo da consideração da relação ensino-aprendizagem e a ausência de explicitação da diferença entre as necessidades formuladas e as demandas e possibilidades efetivas da população.

“mediante o uso de sistemas complexos. A medida do conhecimento é a possibilidade de vinculação com os sistemas propostos pelo progresso técnico (...) Espera-se que o processo de ensinar-aprender seja transformado por essa necessidade de aplicação imediata: aprender fazendo, aprender em serviço, aprender praticando (...) O “saber comunicar” sugere que o conhecimento tem a sua validade e significação dimensionados pelas possibilidades incessantemente recriadas pelas novas tecnologias de comunicação (grifos do autor) (p. 41-42).

No que se refere ao “saber fazer”, o “aprender a aprender” da Escola Nova, Miranda (1997) ressalta que uma pedagogia³⁶ sustentada nesse argumento, “pode se converter em uma retórica que encobre uma concepção extremamente pragmática e imediata da concepção de conhecimento” (p. 43). Nessa direção,

a produção e difusão do conhecimento são afirmadas como determinantes do desenvolvimento econômico e social no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, que se caracterizou como uma “sociedade do conhecimento” sem classes (grifos do autor). Entretanto, quando se fala de conhecimento está se falando da incorporação de capital morto e da diminuição de capital vivo no processo produtivo, o que significa afirmar que, **para além da centralidade do conhecimento está a centralidade do trabalho, a centralidade das formas de exploração capitalista. Nesse sentido, por mais que a sociedade do conhecimento se afirme como algo novo, essa novidade é incapaz de modificar a essência excludente da ordem social capitalista** (grifos nossos) (p. 43).

Em suma, conforme Miranda (1997), a defesa da centralidade dessa noção de conhecimento sob a ótica dos organismos internacionais vem se fazendo presente nos rumos da educação para a América Latina, expressas não só em seus documentos, mas também nos discursos oficiais, concebidos e formulados para a afirmação de tal perspectiva. “Parece ser uma idéia para a qual convergem todos os discursos, todas as propostas, todos os atores sociais” (p. 41), a exemplo do que

³⁶ Segundo Miranda (1997), muitos educadores tomam esse princípio para enfatizar a idéia de que o processo de ensino-aprendizagem supõe também o aprender a produzir conhecimentos e não apenas a aquisição de conhecimentos já produzidos. É valorizada a capacidade do indivíduo de construir o seu próprio processo de aprendizagem, desenvolvendo atitudes e habilidades com autonomia, auto-avaliação contínua, criatividade, responsabilidade compartilhada, policognição. Parte-se do pressuposto de que toda - ou quase toda - aprendizagem passa pela mediação da ação.

ocorre com o BM³⁷, que entre todas as organizações internacionais é a que mais enfatiza a “defesa explícita da vinculação entre educação e produtividade, numa visão claramente economicista” (p.40). De acordo com Ianni (2002, p. 32-33),

O Banco Mundial tem sido o agente principal na definição do caráter “economicista”, “privatista” e “tecnocrático” da reforma dos sistemas de ensino nos três níveis em curso na maioria dos países, desde os anos 1950 do século XX e entrando pelo século XXI (grifos do autor). **Reduzem-se, ou mesmo abandonam-se, os valores e os ideais humanísticos de cultura universal e pensamento crítico, ao mesmo tempo em que se implementam diretrizes, práticas, valores, ideais pragmáticos, instrumentais, mercantis** (grifos nossos). Tudo o que se refere à educação passa a ser considerado uma esfera altamente lucrativa de aplicação do capital.

Segundo Lauglo (1997, p. 30), a teoria do capital humano é influente na análise que o Banco faz de política educacional e social, pois entende a “educação como um investimento na futura produtividade do trabalho, tanto para a sociedade quanto para o indivíduo que procura educação”. Torna-se relevante, portanto, refletir a respeito da referida teoria.

A obra de Frigotto (1984), denominada *A Produtividade da Escola Improdutiva*, é considerada uma das principais reflexões, no âmbito nacional, da teoria do capital humano. Em sua abordagem, o autor expressa que nas análises dos vínculos entre economia e educação, educação e trabalho, educação e crescimento e desenvolvimento econômico pode-se perceber

... que a teoria do capital humano, que tem no arsenal da economia neoclássica, na ideologia positivista os elementos constitutivos, os pressupostos de seu estatuto teórico, vem, ao mesmo tempo, se constituindo numa teoria do desenvolvimento e numa “teoria da educação”. Essa teoria, por sua vez, é

³⁷ O Banco Mundial é a principal fonte direta ou indireta de financiamento dos programas e projetos educacionais nos países em desenvolvimento. De acordo com Lauglo (1997, p. 13) o BM em seu relatório sobre políticas de 1995, intitulado *Prioridades Estratégias para Educação*, estima que somente 2,2% de todos os gastos em educação, nos países de renda média e baixa, são cobertos por financiamento externo. O Banco é a maior fonte unitária desse financiamento; sua participação em financiamentos para educação subiu na década de 1980 de 10% para 27%. Em 1990, era de 62% a parte do BM no financiamento total concedido por todas as agências multilaterais à educação. Os financiadores são influentes nos países que dependem muito do suporte externo para o desenvolvimento de seus gastos em educação e o Banco tem muita força junto a governantes e entre outros financiadores.

reflexo de determinada visão do mundo, antagônica aos interesses da classe trabalhadora (grifo do autor) (p. 16).

De acordo com o autor, a teoria do capital humano, como uma teoria do desenvolvimento, concebe a educação como produtora de capacidade de trabalho, capaz de potencializar trabalho e renda, um fator do desenvolvimento econômico e social. Como teoria da educação, sua função é a de ajustar os requisitos educacionais às exigências de ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade, tratando-se de uma perspectiva instrumentalista e funcional de educação.

Procedendo à análise do movimento interno da teoria em questão, Frigotto (1984) ressalta que é corrente, entre aqueles que analisam as relações entre educação e desenvolvimento, e entre educação e mobilidade social, sustentarem seus argumentos nos pensamentos de Adam Smith e seus discípulos, como J. Stuart Mill e Alfred Marshall.

O caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital historicamente toma formas e conteúdos diversos (...) Em boa medida, a literatura nos revela as formas específicas desta subordinação (...) As referências de Smith de uma instrução em doses “homeopáticas” e, um século mais tarde, J. Stuart Mill (1848) de uma educação nacional das crianças das classes trabalhadoras para o cultivo do bom senso e que tudo mais é “sobretudo decorativo”, caminham nessa direção (grifos do autor) (FRIGOTTO, 2003, p. 32-34).

A contribuição que, segundo Frigotto (1984), Marshall traz à teoria é a de considerar a educação “o mais valioso capital que se investe nos seres humanos” (p. 37). Como exemplo da referência a essa concepção nas discussões sobre a teoria do capital humano, pode-se citar a perspectiva que Fonseca (1992) desenvolve no estudo sobre *O capital Humano na Filosofia Social de Marshall*, em que se destaca

... um aspecto específico das recomendações de política microeconômica de Marshall: sua análise e discussão do papel do investimento em capital humano e na erradicação da pobreza em massa e no processo de desenvolvimento (p. 65).

Sustentado em Reisman³⁸, Fonseca (1992) expõe que Marshall via nos atributos éticos e intelectuais da população, os mais valiosos entre todos os insumos da função de produção, um dos ingredientes mais decisivos na receita do crescimento econômico.

Uma das preocupações centrais da filosofia social marshaliana é precisamente inquirir sobre os efeitos de diferentes sistemas de coordenação sobre o caráter e conduta dos indivíduos, e em particular sobre a oferta de iniciativa e esforço criativo na esfera econômica (...). Se desejarmos entender o motivo pelo qual as condições de vida de uma enorme parcela da população ficam abaixo do que seria aceitável, é para fatores microeconômicos, ligados à qualidade e à competência dos esforços produtivos da comunidade, que devemos dirigir nossa atenção (p. 75-76).

O autor reconhece que a idéia da educação universal como condição precípua para “emancipar a massa da humanidade da sua condição atual de miséria e degradação” (p. 76) já estava presente nos escritos de Stuart Mill. Contudo, ressalta que foi apenas a partir dos *Princípios de Economia* desenvolvidos por Marshall que os economistas passaram a tratar a educação

... como parte do esforço de acumulação de capital: como investimento na capacidade produtiva da população, entendida como função de sua saúde e educação básica, bem como de seu **grau de competência profissional, empresarial, científica e tecnológica** (grifos nossos) (FONSECA, 1992, p. 78).

Fonseca (1992) postula que a obra de Marshall foi a que melhor contribuiu para o entendimento da importância da formação do capital humano - como investimento na qualidade da força de trabalho - para o desenvolvimento de programas e reformas sociais que busquem erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento econômico.

A análise do papel do capital humano no processo econômico baseia-se na idéia de que, para aumentar a produção per capita e vencer o atraso econômico, é necessário investir no

³⁸ Em sua abordagem, Fonseca (1992) sustenta-se nas seguintes obras de Reisman: *The Economics of Alfred Marshall* (Londres, 1986), e *Alfred Marshall: Progress and Politics* (Londres, 1987).

fator de produção “homem” (grifo do autor). **Existe uma estrita relação entre nutrição, saúde e educação, de um lado, e capacidade de trabalho, iniciativa e inovação do outro** (grifo nosso). A pobreza e a incompetência estão intimamente interligadas em nível microeconômico (p. 77).

É importante destacar, como nos adverte Frigotto (2003), que a relação entre o processo econômico social e a educação, já presente no pensamento clássico liberal, ganha “um ‘corpus’ teórico dentro de um campo disciplinar - Economia da Educação - no contexto das teorias do desenvolvimento, mais especificamente na teoria da modernização após a Segunda Guerra Mundial” (p. 40).

O desenvolvimento sistemático da teoria do capital humano ocorre na década de 1950, nos Estados Unidos da América, pelas proposições do grupo de estudos coordenado pelo economista Theodoro Schultz, agraciado em 1979 com o Prêmio Nobel de Economia.

A valorização do investimento em capital humano, centrado na idéia de que quanto maior for o acréscimo em instrução, treinamento e educação, maior será a capacidade de produção da população e de mobilidade social do indivíduo, torna-se, na ótica do capital, a solução para as desigualdades entre os indivíduos e entre os países pertencentes ao centro e à periferia do capitalismo. Pode-se reconhecer essa lógica na intensa

... disseminação da “teoria do capital humano” junto aos países latino-americanos e do Terceiro Mundo, mediante os organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, USAID, UNICEF) e regionais (CEPAL, CINTERFOR), que representam predominantemente a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital (grifos do autor) (FRIGOTTO, 2003, p. 41).

A partir da década de 1960, a educação, escolar ou não, é submetida às orientações economicistas e tecnicistas que marcavam à época as propostas da teoria do capital humano, rejuvenescidas nos anos 1980 e 1990, “nas teses da sociedade pós-industrial, pós-capitalista, sociedade global sem classes, que, segundo Pablo Gentili, são resultado de um novo modelo de organização social: a sociedade do conhecimento” (FRIGOTTO, 2003, p. 54). Assim,

... no plano da ordem econômica, os conceitos ou categorias ponte são: flexibilidade, participação, trabalho em equipe, competência, competitividade e qualidade total. No plano da formação humana são: pedagogia da qualidade, multi-habilitação, policognição, polivalência e formação abstrata. Nesta perspectiva, configura-se uma crescente unanimidade do discurso da “modernidade” em defesa da escola básica de qualidade (grifo do autor) (FRIGOTTO, 2003, p. 55).

Gentili (2002) entende que, especialmente a partir da década de 1990, a teoria do capital humano promove um deslocamento da função da escola como espaço de formação para o emprego, para a integração do indivíduo à sociedade, permitindo

... a progressiva aceitação do fato de que a educação e o desemprego, a educação e a distribuição regressiva da renda social, a educação e a pobreza podem conviver num vínculo conflitante, porém funcional, com o desenvolvimento e a modernização econômica (p. 48).

Em sua reflexão, o autor defende a idéia de que esse deslocamento é fruto de uma profunda ressignificação do corpus teórico que marca a origem da economia da educação como campo disciplinar. Afirma que a teoria do capital humano, “principal enquadramento teórico usado para definir o sentido da relação trabalho-educação no capitalismo contemporâneo, mudou para pior” (GENTILI, 2002, p. 48).

Pode-se apreender, de sua tese, que o início do processo de desarticulação da promessa da escola como entidade integradora do indivíduo à sociedade deu-se nos limites do modelo fordista de regulação, expressos na crise do capitalismo da década 1970.

Nesse período, a promessa integradora da escola assentava-se no papel do Estado como planejador das estratégias educacionais, e da captação e distribuição de recursos destinados ao sistema de ensino, com o objetivo, pelo menos teoricamente, de incrementar o capital humano individual e coletivo, e, por conseqüência, a renda individual e a riqueza social.

De acordo com Gentili (2002), a desintegração dessa promessa foi produto da ruptura de tais condições. Segundo o autor, desde então, pode-se reconhecer uma progressiva privatização da função econômica atribuída à escola, que não nega

a importância econômica da escolarização, mas lhe empresta um novo sentido. Na renovada lógica da teoria do capital humano,

... passou-se da integração em função das necessidades e demandas de caráter coletivo, a riqueza social, para uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho (p. 51).

Pode-se supor que o pano de fundo do renovado discurso da teoria do capital humano para a formação profissional é o do deslocamento, no plano ideológico, da responsabilidade social para a individual. Com o fim da promessa do pleno emprego da era keynesiana, em que a escola constituía-se em um espaço institucional para a formação de indivíduos, que gradualmente eram inseridos no mercado de trabalho, resta ao trabalhador

... definir suas próprias opções, suas próprias escolhas que permitam conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho. A desintegração da promessa integradora deixa lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim, de caráter estritamente privado: a promessa da empregabilidade (GENTILI, 2002, p. 51).

Na lógica do capital, para fazer frente às conseqüências da realidade do desemprego estrutural, os trabalhadores devem cuidar de sua empregabilidade. Quanto ao jovem, em uma análise específica do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, Frigotto (2004) explicita que o rompimento, pela imposição do capital, dos elos contratuais coletivos, reduzindo-os a contratos individuais e particulares, teve como conseqüência a “jovialização da exclusão social e da inclusão precarizada” (p. 197). Para o autor, é sobre essa realidade que, no plano pedagógico e cultural, pode-se reconhecer a nova forma de exploração do trabalho pela ideologia do capitalismo flexível, expressa na pedagogia das competências e da empregabilidade.

Uma ideologia que aumenta a sua eficácia na medida em que efetiva a interiorização ou subjetivação de que o problema depende de cada um, e não da estrutura social, das relações de poder (grifos nossos). Trata-se de adquirir o

“pacote” de competências que o mercado reconhece como adequadas ao “novo cidadão produtivo”. Por isso o credo ideológico reitera que a “empregabilidade é como a segurança se chama” (grifos do autor) (p. 197).

Com base na discussão feita até o momento, verifica-se que a crescente disseminação do discurso do empreendedorismo leva a questionar se a educação empreendedora caminha ideologicamente na mesma direção, já que sua pretensão é a de formar o sujeito inovador, que assume riscos, contribui para o desenvolvimento econômico e que seja assumidamente independente. Uma indicação dessa perspectiva pode ser encontrada no documento *Tendências da Educação Superior para o Século XXI*, da UNESCO (1998), que expressa as orientações da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior: Visão e Ação, ocorrida, em Paris, dos dias 5 a 9 de outubro de 1998. Nos proclamas da referida Conferência, no art. 7º, alínea *d*, encontra-se que

Desenvolver habilidades empresariais e o senso de iniciativa deve tornar-se a preocupação principal da educação superior; a fim de facilitar a empregabilidade de formandos e egressos **que crescentemente serão chamados para deixar a situação de buscar trabalho para assumirem acima de tudo a função de criar trabalho** (grifos nossos) (*Tendências da Educação....*, 1998, p. 24).

Segundo Miranda (1997, p. 44), as transformações tecnológicas no contexto do capitalismo atual e seus desdobramentos no que se refere às novas demandas do capital para a qualificação do trabalhador, “permitem delinear algumas expectativas sobre as características que deverão ser esperadas de um indivíduo educado para atuar competitivamente”. Nesse sentido, concernente ao presente estudo, poder-se-ia questionar: ser empreendedor é uma dessas facetas? E qual é a relação existente entre a educação empreendedora e a formação para a competitividade?

Portanto, o esforço de se discutir sobre a educação empreendedora impõe-se, haja vista suas orientações político-pedagógicas expressarem uma racionalidade marcada pelas propostas do capital para a formação do trabalhador. A exemplo dessa afirmação, tem-se a Teoria do Sonho, sistematizada por Fernando Dolabela, como forma de sedução do trabalhador à concepção empreendedora.

3.2 Educação e “Pedagogia” Empreendedora: a Teoria do Sonho?

Interrogando como se difundem as novas concepções de mundo, Gramsci (1984) destaca dois elementos que importam a esse processo: o elemento racional e o não racional. No processo difusor de uma nova visão de mundo influi a forma racional, a maneira como esta “é exposta e apresentada, a autoridade (na medida que é reconhecida e apropriada) do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apóia” (p. 25). Assim, o “elemento formal - a coerência lógica -, o elemento autoritário e o elemento organizativo” (p. 26) exercem uma função importante na disseminação de uma nova concepção de mundo.

A coerência lógica, “a perfeição do raciocínio que não se esquece de nenhum argumento positivo ou negativo de certo peso” (GRAMSCI, 1984, p. 25), é função dos intelectuais. Compete a eles a articulação entre a teoria e a prática, a organicidade de pensamento, a construção de uma unidade conceitual entre aqueles que pensam e disseminam uma determinada ideologia - desde que se dê, ao termo, “o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (p. 16) - e os que a ela deverão aderir. Para Gramsci, “não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes” (p. 21).

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função (...) O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” (grifos do autor) (GRAMSCI, 1978, p. 3-8).

O autor esclarece que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção “é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (grifos do autor) (GRAMSCI, 1978, p. 10). De acordo com Gramsci, poder-se-ia medir a conexão dos estratos de intelectuais com um determinado grupo social,

... fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são “os comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (grifos do autor) (p. 11).

No presente estudo, optou-se por analisar os pressupostos da educação empreendedora a partir dos argumentos apresentados por Fernando Dolabela³⁹, um dos teóricos que, notadamente, no Brasil, dissemina a perspectiva do empreendedorismo junto aos segmentos da sociedade civil e do Estado, como exemplo, a escola.

³⁹ A escolha de Fernando Dolabela justifica-se por sua atuação, no que tange à temática do empreendedorismo, junto a grupos que representam os interesses do capital, dado que foi o criador e coordenador da rede de Ensino Universitário de Empreendedorismo, Programa REUNE-BRASIL, realizado pelo Instituto Euvaldo Lodi - IEL, ligado à Confederação Nacional da Indústria - CNI, e com a participação do SEBRAE Nacional. É consultor da CNI e do IEL para a área de Empreendedorismo, tendo sido homenageado, por essas entidades, em 27 de maio de 1999, como personalidade nacional no ensino de empreendedorismo, por suas publicações relativas à educação empreendedora. É membro da Rede de Criação da Agência de Educação para o Desenvolvimento - AED, promovida pelo SEBRAE, PNUD, UNESCO, BID, e operacionalizada pela ARCA Conhecimento, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, sendo o responsável pela área de empreendedorismo. Destaca-se também por sua atuação junto a órgãos ligados ao Governo brasileiro, como criador e coordenador do projeto SOFSTAR, do Programa SOFTEX, apoiado pelo CNPq, responsável pela disseminação da disciplina “O Empreendedor em Informática” em mais de 100 universidades brasileiras. Participou de inúmeras entrevistas em canais abertos: jornais da Rede Globo, Bandeirantes e SBT, bem como em canais fechados, a exemplo do Programa Conta-Corrente da Globonews. Publica nos maiores congressos nacionais e internacionais. Suas principais obras relativas à área do empreendedorismo são: *O segredo de Luísa*, 1999; *A Oficina do Empreendedor*, 1999; *A vez do sonho*, 2000; *Empreendedorismo, Ciência, Técnica e Arte*, 2000; *Boa Idéia! E agora?*, 2000; *Plano de Negócios: O Caminho mais Seguro para Criar e Gerenciar sua Empresa*, 2001; *Empreendedorismo, uma forma de ser*, 2002; *A Viagem do Empreendedor*, 2002; *Pedagogia Empreendedora*, 2003; *A Ponte Mágica*, 2004.

As obras *Oficina do Empreendedor* (1999a) e *Pedagogia Empreendedora* (2003) foram as selecionadas⁴⁰ para a análise, por serem consideradas as principais referências na temática da educação empreendedora. Ressalta-se que a obra *Pedagogia Empreendedora*, embora vise a atingir um público de 4 a 17 anos de idade, envolvendo toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), centra-se principalmente nos jovens que cursam as últimas séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Já a obra *Oficina do Empreendedor* focaliza o jovem na Educação Superior, no nível de Graduação.

Os autores⁴¹ em que Dolabela se apóia no desenvolvimento de suas proposições são: Louis Jacques Filion, Humberto Maturana, Augusto de Franco.

Qual o entendimento de Dolabela quanto à emergência na formação de empreendedores? Como ele mesmo interroga: “Quais motivos estão por trás da necessidade de motivar os nossos jovens a abrir o próprio negócio ou ter atitudes empreendedoras na área que escolheram para atuar?” (DOLABELA, 1999a, p. 29). Sua resposta inicia por recordar que, até o fim dos anos 1970, o Estado e as grandes empresas foram considerados os únicos suportes econômicos para as sociedades. Em decorrência disso, a qualificação do trabalhador pautou-se na formação de empregados para as grandes organizações. Esse modelo cumpriu sua

⁴⁰ *Oficina do Empreendedor* (1999) e *Pedagogia Empreendedora* (2003) tornaram-se objeto de análise devido ao fato de serem as principais referências na metodologia de ensino de empreendedorismo. De acordo com Dolabela, a metodologia *Oficina do Empreendedor* já é adotada por mais de 300 instituições de ensino superior em todo país, e a metodologia *Pedagogia Empreendedora*, em seu primeiro ano de aplicação, 2003, atingiu 121 cidades, 10.000 professores, 224.000 alunos.

⁴¹ Luis Jacques Filion é considerado um dos maiores autores no campo do empreendedorismo. Doutor em Empreendedorismo pela Universidade de Lancaster, Grã-Bretanha, é professor da Cátedra Maclean Hunter de Empreendedorismo na “École des Hautes Études Commerciales - H. E. C.” afiliada à “University of Montreal Business School”. Seu campo prioritário de estudo é a filosofia do empreendedorismo, com destaque para a formulação da Teoria da Visão. O biólogo Humberto Maturana Romesín é proponente da teoria da cognição e da autopoiese, como forma da organização dos sistemas vivos. Suas idéias deram origem a uma corrente de pensamento chamada Biologia do Conhecer - teoria biológica do conhecimento -, tomada como matriz epistemológica para a compreensão de fenômenos de diversas áreas: da Terapia da Família ao Direito e à Organização de Empresas. Entre seus livros publicados no Brasil, estão *A Ontologia da Realidade: emoções e linguagem na educação e na política e cognição*, *Ciência e Vida Cotidiana*, *De Máquinas e Seres Vivos* e *Da Biologia à Psicologia*. O Físico Augusto de Franco foi editor de doze livros sobre desenvolvimento, microfinanças, cooperação e empreendedorismo e co-autor de mais de dez coletâneas sobre o terceiro setor e desenvolvimento local. Elaborou várias metodologias de desenvolvimento comunitário, como as versões do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS. Analista político, conferencista, consultor senior de governos estaduais e municipais, empresas, fundações e organizações internacionais. Professor de vários MBA nas áreas de terceiro setor e desenvolvimento tem se dedicado à formulação de projetos relacionados à constituição de Redes Sociais - Programa REDES -, em prol do desenvolvimento econômico sustentável.

missão, mas esgotou-se frente às profundas alterações nas relações de trabalho e na produção.

O autor acredita que o endividamento crescente dos governos a partir de 1980, o acirramento da concorrência intercapitalista, e a utilização intensiva de tecnologia nos processos produtivos proporcionaram as condições para o surgimento de uma nova organização econômica. Nessa nova realidade, as grandes empresas estão cada vez menos dependentes de empregados e os governos, imbuídos em cumprir as metas de redução de seus déficits, promovem significativos cortes em seu quadro de pessoal.

Desse modo, a emergência em se investir no aumento da capacidade empreendedora de indivíduos e da comunidade é decorrente dos novos padrões de relações sociais e políticas. Esses padrões são gerados pela rapidez na transferência de informações e no conseqüente aumento do ritmo de inovações de toda espécie, requerendo, portanto,

... a viabilização de formas não-hierárquicas de concepção e organização da sociedade (estrutura em forma de rede); a distribuição homogênea de inteligência; a inovação intensa e permanente; e o incentivo à imaginação criadora de indivíduos e grupos (DOLABELA, 2003, p. 21).

No decurso do processo de reestruturação que atravessam as grandes corporações, expresso no fenômeno da terceirização, as micro e pequenas empresas passam a assumir uma importante dimensão da competitividade global, dada a sua flexibilidade de ação, capacidade de complementaridade e geração de novos postos de trabalho⁴². Então, para Dolabela (1999a, p. 32), “a nova organização da produção no mundo coloca a pequena e a média empresa em seu centro” e reforça sua importância para o crescimento econômico.

Com o deslocamento do eixo do progresso econômico para os pequenos negócios, as sociedades são induzidas a formar “pessoas com uma nova atitude

⁴² Dolabela (2003, p. 21) reconhece o empreendedorismo como resposta à necessidade de geração de novos postos de trabalho. Adverte, porém, que não deve ser senso comum que o empreendedorismo seja vinculado somente a políticas de combate ao desemprego. Ressalta que essa relação, apesar de conseqüente, não é causal.

diante do trabalho e com uma nova visão de mundo” (DOLABELA, 1999a, p. 33), de modo que

... através de sua liderança, capacidade e de seu perfil, disporem e coordenem o processo de desenvolvimento, cujas raízes estão sobretudo em valores culturais, na forma de ver o mundo. O empreendedor é fator de inovação tecnológica e crescimento econômico (p.30).

Dolabela (1999a, p. 30) reitera que “o desenvolvimento econômico é função do grau de empreendedorismo de uma comunidade”. Nesse sentido, a ação empreendedora deixa de ser uma exceção e passa a ser uma necessidade para todos, pois

... o “tino para os negócios”, traduzível como capacidade de identificar oportunidades, perde o *status* de talento inexplicável, dádiva genética ou dom divino, para se tornar uma habilidade essencial a indivíduos e coletividades, tão apreensível quanto qualquer outra competência (grifo do autor) (DOLABELA, 2003, p. 22).

Nesse sentido, a identificação de oportunidades e a capacidade de gerar conhecimento tornam-se o novo padrão de inserção no mundo do trabalho.

Assim, o emprego (forma de relação dependente) e *Know-how* (conteúdo), que constituíram o paradigma das relações de trabalho nos últimos dois séculos, são substituídos, na era da velocidade e da informação em tempo real, por outro modelo - o da capacidade de gerar novos conhecimentos e identificar oportunidades (conteúdos), em uma relação de interdependência (autonomia relativa), sob a forma empreendedora (DOLABELA, 2003, p. 23).

A capacidade de gerar novos conhecimentos e de identificar novas oportunidades não se limita ao campo empresarial. Dolabela (2003) ressalta que o Estado, e o terceiro setor estão cada vez mais contaminados pelas novas práticas do mundo empresarial - a atuação em redes é um exemplo -, tendendo a absorver a capacidade de identificar oportunidades e de gerar conhecimento, transformando-os em bens sociais. Segundo o autor,

... mudanças de tal natureza, causadas principalmente pelo aumento vertiginoso da velocidade nos processos de comunicação e da capacidade de inovação tecnológica, **explicam a conotação de universalidade dada à capacidade empreendedora, hoje exigível de todos, seja de empregados de empresas privadas, seja de funcionários do governo ou de ativistas e voluntários que operam no terceiro setor** (grifos nossos) (p. 24).

O autor reforça a perspectiva de que as transformações no mundo da produção, caracterizadas pelo intenso processo de inovação tecnológica, universalizam não só as exigências de uma nova ordem social, como também os requisitos impostos aos indivíduos na forma de inserir-se no mundo do trabalho, que agora deve realizar-se de forma empreendedora.

A identificação de oportunidades é uma questão central na “Pedagogia” Empreendedora, que toma o empreendedor como um sujeito capaz de gerar novos conhecimentos, que abrangem “tanto o ambiente do sonho e o macroambiente quanto características do indivíduo” (DOLABELA, 2003, p. 26), como a criatividade, a perseverança, a ousadia para assumir riscos, a capacidade de identificar oportunidades, a crença em que suas ações podem causar mudanças e, principalmente, a capacidade de se emocionar. Para Dolabela (2003) esses novos conhecimentos surgem

... a partir de uma dada plataforma, constituída por “saberes” acumulados na história de vida do indivíduo e que são os chamados “quatro pilares da educação” - aprender a saber, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser - constantes do Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. (...) O “saber ser”: fecunda a pulsão empreendedora; o “saber fazer”: específico e individual, dirige-se à formulação do sonho e à sua realização; o “saber conviver”: rede de relações; o “saber conhecer”: conhecimento sobre o sonho e seu ambiente (grifos do autor) (p. 26-80).

Ao apoiar-se nas propostas constantes do referido Relatório, Dolabela alinha-se à perspectiva de que a educação

... se situa no coração do desenvolvimento tanto da pessoa humana como das comunidades. Cabe-lhe a missão de fazer

com que todos, sem exceção, façam frutificar os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de se responsabilizar pela realização do seu projeto pessoal (DELORS, 1999, p.16).

Sua proposta de educação empreendedora encontra guarida nas orientações da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, que reserva à educação o papel de dotar a humanidade da capacidade de domínio de seu próprio desenvolvimento, pois a ela cabe “fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades” (DELORS, 1999, p. 82). De acordo com o Relatório, o princípio geral de ação que deve presidir essa perspectiva

... é o do incitamento à iniciativa, ao trabalho em equipe, às sinergias, mas também ao auto-emprego e ao espírito empreendedor: é preciso ativar os recursos de cada país, mobilizar os saberes e os agentes locais, com vistas à criação de novas atividades que afastem os malefícios do desemprego tecnológico. Nos países em desenvolvimento esta é a melhor via de se conseguir e alimentar processos de desenvolvimento endógeno (DELORS, 1999, p. 83).

Nessa direção, Dolabela (2003) afirma que o conhecimento do empreendedor não deve se limitar aos conteúdos científicos ou técnicos, haja vista que sua atividade não se restringe à interação técnica com o seu objeto de trabalho. O saber útil ao empreendedor refere-se também à capacidade de representar a realidade de forma diferenciada e à “congruência entre o seu eu e a realidade individualmente construída” (DOLABELA, 2003, p. 29) que, quanto mais convergentes, proporcionam maior confiança e auto-estima.

Por que o empreendedor precisa representar o mundo de forma diferenciada do real socialmente objetivado? Porque somente a inovação lhe permite iniciar sua caminhada empreendedora e desenvolver-se. **A capacidade de identificar oportunidades é fruto do olhar e, portanto, atributo do indivíduo que aprendeu a ver o que outros não distinguem** (grifos nossos) (DOLABELA, 2003, p. 29).

Na perspectiva de Dolabela (2003), o saber empreendedor ultrapassa o domínio de conteúdos científicos, técnicos e instrumentais, pois esses “pouco servem para aquele que não sonha, para quem não tem a capacidade de, a partir do sonho, gerar novos conhecimentos” (p. 29). A ação empreendedora configura-se, portanto, quando um sonho ou uma idéia se torna algo concreto. Para o autor, além da criação de novas propostas, produtos, processos etc., empreender, significa, primordialmente, modificar a realidade pela auto-realização, oferecendo valores positivos à coletividade, e engendrar formas de gerar e distribuir riquezas materiais e imateriais por meio de idéias e conhecimentos.

Empreender é um processo essencialmente humano, com toda a carga que isso representa: ações dominadas por emoção, desejos, sonhos, valores; ousadia de enfrentar as incertezas; rebeldia e inconformismo; crença na capacidade de mudar o mundo; indignação diante de iniquidades sociais. Empreender é, principalmente, um processo de construção do futuro (DOLABELA, 2003, p. 30).

Essa concepção justifica-se pelo entendimento de que a capacidade empreendedora não se restringe mais ao seu berço original, a empresa. É transportada para todas as atividades humanas. Dolabela (2003, p. 35) qualifica o empreendedorismo como “uma forma de ser”. É essa a compreensão que, segundo o autor, importa à “Pedagogia” Empreendedora, pois desvincula o conceito de empreendedor de uma atividade específica e o relaciona a uma “forma de ser”,

... algo ligado a estilo de vida, visão de mundo, protagonismo, inovação, capacidade de produzir mudanças em si mesmo e no meio ambiente, meios e formas de buscar auto-realização, incluindo padrões de reação diante de ambigüidades e incertezas (p. 37).

Por essa razão, Dolabela (2003, p. 38) insiste que “é empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade”. Nesse ponto, cabe questionar: a que sonho o autor se refere?

A resposta está na Teoria Empreendedora dos Sonhos, que entende o empreendedor como “uma forma de ser”. Assim, para Dolabela (2003), o sonho do indivíduo que deve ser considerado é aquele estruturante, capaz de dar origem e

organização a um projeto de vida, articulando desejos, visão de mundo, valores, competências e auto-realização. No entanto, o autor afirma que “o sonho só assume caráter estruturante quando contém energia para impulsionar o indivíduo a tentar realizá-lo” (p. 39). Dolabela esclarece que, quando se refere à “energia”, está considerando o impulso que, disparado pela emoção, produz mudanças que levam à concretização do sonho. Reportando-se a Maturana, entende que todas as ações humanas fundam-se no emocional:

Dizer que o emocional tem a ver com o animal que há em nós não é, certamente, uma novidade; o que eu agrego, entretanto, é que a existência humana se realiza na linguagem e no racional a partir do emocional. Com efeito, ao propor que se reconheça que as emoções são disposições corporais que especificam domínios de ações, e que as distintas emoções se distinguem precisamente porque especificam distintos domínios de ações, proponho que se reconheça que, por esse motivo, todas as ações humanas, seja qual for o espaço operacional em que ocorram, fundam-se no emocional porque ocorrem num espaço de ações especificado a partir de uma emoção (Maturana apud DOLABELA, 2003, p. 40).

Nesse sentido, Dolabela (2003) acredita que “emocionar-se é transportar-se para um estado em que a forma de ver e sentir o mundo e perceber as próprias capacidades se transforma em disposição para agir” (p. 40). Deve ser assim também o sonho, que para ser considerado estruturante, deve provocar a ação e a auto-realização do indivíduo.

Na abordagem de Dolabela, o elemento não racional - a emoção - está presente como um componente fundamental para a difusão de uma suposta “nova concepção de mundo”, como também das mudanças de comportamento que o jovem deve empreender para fazer frente às exigências do mercado de trabalho.

É interessante ressaltar que, para Gramsci (1984), quanto à difusão das novas concepções de mundo, “nas massas, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé (...) O elemento mais importante, indubitavelmente, é o de caráter não racional: é o elemento de fé” (p. 26). Na “Pedagogia” Empreendedora e na sua Teoria dos Sonhos, a fé tem o sentido da crença na auto-realização do indivíduo por meio de sua capacidade de sonhar e de se emocionar. Essa é a idéia que a concepção empreendedora propõe-se a inculcar nos diferentes grupos sociais que,

na unidade de pensamento e de ação, irão reforçar as adesões a uma nova visão de mundo, visto que, como Gramsci (1984) salienta,

... o homem do povo (...) se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira que ele se convenceu de sua justeza, as razões de sua fé. Ele não se recorda das razões em concreto e não saberia repeti-las, mas sabe que elas existem, já que ele as ouviu expor e ficou convencido delas. O fato de ter sido convencido uma vez, de maneira fulminante, é a razão da persistência na convicção (p. 27).

Na Teoria dos Sonhos, Dolabela (2003) postula que o sonho é individual em sua concepção e coletivo na sua finalidade, pois deve oferecer valor para a comunidade. “O sonho individual é fortemente influenciado pelo etos (...) e pelos valores da comunidade a que pertence o sonhador” (p. 43-44). Como a sociedade é a fonte de geração de sonhos individuais, traz em si a capacidade de projetar o seu próprio futuro, o seu sonho coletivo, definido por Dolabela,

... como fonte, alimento e moldura dos sonhos individuais, o sonho coletivo é o ambiente sócio-cultural que inspira os sonhos individuais (...) é a imagem que uma comunidade constrói de si no futuro, engendrada na convergência das múltiplas e diversas imagens dos seus integrantes e associada a um projeto específico e viável de sua transformação em realidade por meio da dinamização dos potenciais humanos, sociais e naturais da própria comunidade (p. 45).

Para Dolabela, a sociedade deve dispor da “Pedagogia” Empreendedora como estratégia educacional de aplicação da “Teoria dos Sonhos” e aprender a formular o sonho coletivo, que se realiza por meio do capital social existente na comunidade, ou seja “na capacidade de associação dos membros de uma comunidade para resolverem seus problemas e construir sua prosperidade social e econômica” (DOLABELA, 2003, p. 18). A construção do capital social é tarefa do que o autor denomina de empreendedor coletivo, aquele capaz de intensificar o diálogo com uma comunidade, ao implementar a ligação entre seus diversos setores, que gera esse capital: insumo básico do desenvolvimento, porque seu trabalho consiste em fomentar condições a fim de que a comunidade desenvolva sua capacidade de sonhar.

A intencionalidade ética de qualquer sonho coletivo deve perseguir a construção permanente do desenvolvimento da comunidade, orientado a promover o desenvolvimento humano, social e sustentável de todas as pessoas. Esse desenvolvimento precisa estar relacionado a outros importantes tipos de capitais, quais sejam, o capital humano e o capital empresarial, assim definidos:

Capital humano: diz respeito ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Na nossa época, significa, a capacidade de gerar conhecimento, inovar, transformar conhecimento em riqueza, que são tarefas típicas do empreendedor. Daí a razão do empreendedorismo ser considerado o elemento do capital humano mais importante para o desenvolvimento. **Capital empresarial:** refere-se à capacidade de organização produtiva para a geração de bens e serviços. Significa conhecimento de como se processam os negócios. Essa capacidade empresarial é consequência direta da capacidade empreendedora, integrante do capital humano (grifos nossos) (DOLABELA, 2003, p. 49-51).

Conforme Dolabela (2003), a essência da “Pedagogia” Empreendedora é ser uma proposta de mudança cultural, pois que, como o sonho é determinado pela cultura, há que se tomar o processo educacional no sentido de “eleger valores éticos ainda não presentes na sociedade, baseados no amor e na cooperação, pelos quais as ações dos indivíduos devem sempre visar a comunidade” (p. 45). Desenvolver uma educação empreendedora no Brasil significa: reconhecer a importância da diversidade cultural; acreditar na capacidade da comunidade em protagonizar os sonhos coletivos e construir o futuro; aumentar a auto-estima; e indignar-se frente às iniquidades sociais.

Educar quer dizer evoluir sem mudar as nossas raízes; pelo contrário, reconhecendo e ampliando as energias que dela emanam. É também despertar a rebeldia, a criatividade, a força de inovação para construir um mundo melhor. Mas é principalmente construir a capacidade de cooperar, de dirigir energias para a construção do coletivo. É substituir a lógica do utilitarismo e do individualismo pela construção do humano, do social, da qualidade de vida para todos (DOLABELA, 2003, p. 31).

Segundo o autor, a “Pedagogia” Empreendedora tem como tema central o desenvolvimento humano, social e econômico sustentável, pois se baseia no

empreendedorismo como uma força importante na eliminação da miséria e na diminuição da distância entre ricos e pobres. Considera, citando Augusto de Franco, que empreendedorismo significa

... protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e das comunidades na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento pela cooperação entre os diversos âmbitos políticos-sociais que a caracterizam. Em poucas palavras: assumir a responsabilidade pela construção de seu próprio destino (Franco apud DOLABELA, 2003, p. 32).

Para atuar nesse contexto, Dolabela (1999a) sugere que o jovem deve ser educado dentro de valores sociais capazes de conduzir países ao desenvolvimento, “com autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e gerar riqueza, capacidade de assumir riscos e crescer em ambientes instáveis” (p. 41), ou seja, devem ser educados a serem empreendedores. No entanto, segundo o autor,

... se o estudo das oportunidades ainda não faz parte do currículo ou das prioridades da educação formal, da pré-escola à universidade, isso terá que mudar. Ele é hoje essencial, porque é o principal conhecimento do empreendedor (DOLABELA, 2003, p. 28).

Dolabela (2003) salienta que os sistemas educacionais não estão preparados para atender as novas exigências quanto à formação de empreendedores, já que ainda estão presos na formação exclusiva para o trabalho formal.

Os sistemas sociais de geração de competências, a educação formal e o aprendizado cultural (a não ser nos “grupos sociais” habilitados a transmitir a capacidade empreendedora) não estão preparados para a nova realidade. Na verdade, ainda não formaram consciência institucional dela (grifo do autor) (p. 23).

Diante disso, reivindica que os sistemas educacionais devem tornar flexíveis os modelos de lidar com os conteúdos

... e se preparar para um mergulho criativo em algo incerto, não-padronizável, indispensável para a tarefa de **transformar conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos, existenciais (em conjunto, sabedoria) em riqueza social (...)** **O sistema educacional deverá forçosamente ampliar seu currículo para além de conhecimentos técnicos e científicos, cada vez mais indispensáveis e, ao mesmo tempo, menos suficientes para a inserção livre do homem no mundo do trabalho** (grifos nossos) (DOLABELA, 2003, p. 24).

Contudo, Dolabela (2003, p. 30) ressalva que “os métodos de ensino atuais não se aplicam ao aprendizado empreendedor”. Neste, não existem certezas, mas perguntas que suscitam inúmeras possibilidades de respostas. A incerteza substitui a suposta verdade como componente estrutural, sendo essa a razão da educação empreendedora ter como um dos objetivos desenvolver a auto-estima e valorizar a persistência dos alunos diante dos resultados não esperados, do erro e do fracasso.

A concepção de educação que o autor critica, e denomina de convencional, tem como base o entendimento de que “os conteúdos são tratados como verdades definitivas, destinadas a transmitir a quem os adquire a sensação de segurança e a quem os propaga, a aparência de autoridade” (DOLABELA, 2003, p. 30).

Entretanto, para a implementação da “Pedagogia” Empreendedora, não poderia prescindir da rede de ensino já existente, pública ou privada. Dolabela (2003) toma a escola como referência de comunidade, um lócus de aprendizado da capacidade de construção do futuro. Afirma que, nesse sentido, a “escola é o próprio futuro” (p. 32) e pode ser vista como um instrumento para o desenvolvimento e a percepção da capacidade de construir sonhos coletivos.

Isso porque “a educação é sempre política, não é neutra”, como costumava dizer Paulo Freire. Quer dizer: não é possível construir uma proposta pedagógica sem um conteúdo ético, pois educar significa assumir uma utopia e trabalhar para a sua realização (grifos do autor) (p. 53).

Conforme o autor, sendo a escola um espaço sócio-cultural comprometido com a recriação permanente da visão de mundo da coletividade, ela deve ser considerada como um dos mais decisivos elementos na construção do sonho coletivo. Assim educar, significaria edificar

... valores éticos, políticos, estéticos. Por isso, **a Pedagogia Empreendedora postula uma situação educacional que transforma alunos, professores e comunidade em atores da criação do novo conhecimento social, da nova cultura** (...) Na escola, serão produzidas as situações emocionais que irão influenciar as relações sociais do indivíduo. É desse modo que a escola se torna parte do ambiente de geração do sonho coletivo (grifos nossos) (DOLABELA, 2003, p. 54).

Desse modo, pode-se compreender a razão de se trabalhar a “Pedagogia” Empreendedora desde cedo com a criança, “que materializa-se pela apresentação de duas propostas aos alunos: a formulação do sonho e a busca de sua realização” (p. 56).

No entanto, Dolabela (2003) salienta que existe uma diferença entre a educação empreendedora voltada para crianças e a direcionada aos jovens e adultos. Para os primeiros, o objetivo é não permitir o aprisionamento de valores empreendedores; para os demais, trata-se de libertar o empreendedor aprisionado pela cultura passada. No caso do jovem e do adulto, o sonho “**para se tornar concreto deve se transformar em uma visão, um projeto de ação, uma idéia de empreendimento**” (grifos nossos) (p. 41). Por isso, “tais diferenças exigem estratégias educacionais específicas” (p. 16).

A estratégia pedagógica direcionada ao jovem, que Dolabela (1999a) denomina de Oficina do Empreendedor, reforça a perspectiva de que o “empreendedor é aquele que transforma um sonho, uma oportunidade de negócios em uma empresa (...) Que imagina, desenvolve e realiza visões” (p. 68). Na definição de Fillion, citado por Dolabela (1999a, p. 75-76), encontra-se, que

... um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões, e a teoria que a sustenta, constituem o fundamento da metodologia a que chamamos Oficina do Empreendedor (...) A visão, para Fillion, é uma imagem, projetada no futuro, do lugar que se quer ver ocupado pelos seus produtos no mercado, assim como a imagem projetada do tipo de organização necessária para conseguí-lo (...) Fillion identificou alguns elementos que funcionam como suporte à formação da visão. São: conceito de si, energia, liderança, compreensão de um setor e relações.

De acordo com Dolabela (1999a), no empreendedorismo “o ser é mais importante que o saber: este será conseqüência das características pessoais que

determinam a metodologia do candidato a empreendedor” (p. 71). O indivíduo, para empreender, “saberá aprender o que for necessário para criar, desenvolver e realizar sua visão” (p. 70). Pode-se elencar, como exemplo, as seguintes características, a serem internalizadas pelo aluno, candidato a empreendedor: a) iniciativa, autonomia, autoconfiança, necessidade de realização; b) trabalhar de forma independente; c) capacidade de descobrir nichos; d) capacidade intensa de se dedicar ao trabalho e concentrar esforços para alcançar resultados; e) traduzir os pensamentos em ação; f) cultivar a imaginação e aprender a definir visões; g) aprender a assumir riscos.

Frente à questão, indaga-se: é possível ensinar alguém a ser empreendedor? Sobre esse ponto Dolabela (1999a) ressalta que, apesar de não ser confirmada a possibilidade de se ensinar empreendedorismo, existe um ponto de concordância entre os estudiosos: é possível aprender a ser empreendedor, mas, como em algumas outras áreas, através de métodos diferentes dos tradicionais. Por isso, “a metodologia Oficina do Empreendedor não é uma proposta de ensino, mas de aprendizado” (p. 109).

Dolabela (1999a) apresenta como fundamento da metodologia para a aprendizagem, proposta pela Oficina do Empreendedor, as seguintes discussões: a) cultura para um ambiente empreendedor; b) teoria visionária como base; c) o organizador da Oficina do Empreendedor; d) como o empreendedor aprende.

Quanto à primeira, cultura para um ambiente empreendedor, é ressaltada a importância de se transformar a sala de aula em um ambiente de “alta contaminação” empreendedora, onde o aluno deverá aprender de forma auto-suficiente, desenvolvendo o seu próprio método de aprendizagem, fazendo e errando, definindo visões, buscando o conhecimento de forma pró-ativa. No ambiente de aula, a Oficina do Empreendedor passa a ser “uma cultura favorável à propagação do vírus empreendedor” (DOLABELA, 1999a, p. 111).

No que tange à segunda discussão, enunciada de teoria visionária como base, é reforçada a necessidade de se trabalhar os elementos de suporte à formação da visão: “conceito de si, energia, liderança, compreensão de um setor e relações” (DOLABELA, 1999a, p. 76).

A terceira discussão: o organizador da Oficina do Empreendedor sugere que o professor assuma a função de criador do ambiente favorável ao desenvolvimento

empreendedor, considerando-o como o organizador da cultura empreendedora. Independente da formação, qualquer professor pode ser um organizador da Oficina do Empreendedor, “basta adquirir a capacidade de formular perguntas que possam desencadear os processos de criatividade, identificação de oportunidades, análise de viabilidade, adoção de medidas de minimização de riscos” (DOLABELA, 1999a, p. 113). O organizador não deve oferecer respostas, fórmulas e receitas aos alunos, pois seria a negação do aprendizado empreendedor. Desse modo, ele precisa ser

... alguém que, dominando conhecimentos tecnológicos de determinado campo, esteja disposto a conhecer suas aplicações comerciais e sua organização como negócio, tanto quanto as relações de mercado e os principais atores do processo, convidando-os a contribuir para a “cultura empreendedora” (Oficina) em que os alunos imergem e se contaminam (grifo do autor) (p. 114).

A quarta discussão, que suscita a questão de como o empreendedor aprende, indica que o aluno deve ser submetido a condições que irá encontrar na prática. Segundo o autor, o aluno pré-empreendedor aprende,

... solucionando problemas; fazendo sob pressão; interagindo com os pares e outras pessoas; através de trocas com o ambiente; aproveitando oportunidades; copiando outros empreendedores; pelos próprios erros, por que há liberdade para tanto; através do *feedback* dos clientes (p. 115).

Para Dolabela (1999a), a metodologia da aprendizagem, defendida pela Oficina do Empreendedor, deve ser abordada por meio de sua aplicação à realidade, privilegiando as características do mercado e da economia local. A prática didática fará uso de casos, jogos, estudos de biografia, eliminando a aula expositiva tradicional. O seminário deverá ser priorizado em relação à exposição teórica, invertendo o os papéis do professor e do aluno,

... que será chamado a transmitir à turma os conhecimentos que ele próprio gerou: sua idéia de empresa, definição do produto, visão do mercado, seu Plano de Negócios. O primeiro teste da empresa será feito em sala de aula, ocasião em que os pares assumem as funções de clientes, fornecedores, financiadores, sócios (p. 115).

Nesse contexto, do ponto de vista metodológico, a Oficina do Empreendedor tem de ser desenvolvida em três fases, por meio de onze instrumentos que, articulados, promovem o auto-desenvolvimento do empreendedor. Esses instrumentos seguem as fases do processo de criação de uma empresa.

A primeira fase é intitulada “Da Motivação à Idéia Inicial”: Identificação de Oportunidades. Os instrumentos metodológicos são: 1) **o conceito de si** - são identificadas as características pessoais do aluno, os pontos fortes e fracos em relação à atividade empreendedora; 2) **Perfil do empreendedor** - as principais características comportamentais dos empreendedores são apresentadas e discutidas com os alunos; 3) **Depoimentos de empreendedores** - os alunos dialogam em sala com empreendedores que tenham criado o seu próprio negócio. O depoimento é imprescindível à formação da percepção do aluno sobre o perfil do empreendedor; 4) **Entrevista** - a entrevista com um empreendedor surge como outra forma de preparação para a ação. Permitirá o contato individualizado com o empreendedor no seu ambiente natural; 5) **Desenvolvimento da Criatividade** - a criatividade compreende o ciclo cujas etapas são a descoberta, a invenção, a inovação, a melhoria e o processo de mudança. Exercícios de criatividade são propostos e os alunos são convidados a quebrarem os bloqueios mentais que inibem a criatividade; 6) **Processo visionário e aproveitamento de oportunidades** - durante o curso, os alunos são chamados a exercitarem sua capacidade de projeção no futuro, com exercícios visionários; 7) **Rede de relações, e o Padrinho** - o aluno é induzido a estabelecer uma rede de relações que venha a apoiar sua visão. Por isso, deve escolher um “Padrinho”, um empreendedor experiente, de quem ele possa extrair conselhos e orientações.

Na segunda fase, denominada “Da Idéia ao Plano de Negócios”: Estratégias para Agarrar uma Oportunidade, os instrumentos metodológicos são: 8) **Avaliação da idéia de empresa** - o aluno deverá verificar se está em condições de elaborar o Plano de Negócios, participando de um teste de auto-análise que possibilitará ao pré-empreendedor a clara noção do ponto em que se encontra sua visão; 9) **Elaboração do Plano de Negócios e visão complementar** - é o principal trabalho desenvolvido na Oficina do Empreendedor. O aluno será incentivado a criar uma empresa fictícia e demonstrar a sua viabilidade, tendo a clara visão de sua organização e gerenciamento.

Por fim, apresenta-se a última fase, identificada como “Do Plano de Negócios ao Início das Operações”: Buscar e Gerenciar Recursos Necessários para Aproveitar a Oportunidade. Seus instrumentos metodológicos são: 10) **Técnicas de negociação e apresentação do Plano de Negócios** - os alunos são chamados para apresentarem o trabalho final na Oficina do Empreendedor, ou seja, o seu Plano de Negócios, e receberem as contribuições de seus pares e demais participantes; 11) **O papel dos sistemas de suporte e o júri** - os sistemas de suporte são constituídos por todas as forças da comunidade que possam apoiar e incentivar o desenvolvimento do empreendedorismo (governos; bancos de desenvolvimento; federações e associações; universidades; o sistema de ensino de forma geral; Instituto Euvaldo Lodi; Sebrae; etc.), apoiando o processo de formação de empreendedores em três momentos: na preparação do aluno; na inserção da nova empresa no sistema econômico-empresarial; na consolidação e crescimento da empresa. Ao final do curso, é criado um júri, que deve ser integrado por pessoas representativas da área e dos sistemas de suporte, e tem o objetivo de avaliar e premiar os Planos de Negócios desenvolvidos pelos alunos.

É postulado que a Oficina do Empreendedor serve a alunos e professores de qualquer área - de letras a computação, de física a belas artes, devendo fazer parte da grade curricular de um curso de graduação ou de ensino médio. Serve, especialmente, “àqueles professores que desejam substituir a síndrome do empregado pelo vírus do empreendedor, ou seja, moldar o profissional do futuro para ser dono de um negócio” (DOLABELA, 1999a, p.19), pois “o emprego não é mais visto pelo jovem como um projeto de vida. De forma geral, o jovem já percebeu o que ele não quer: o emprego” (p. 58). Isso porque constatou

... que o desenvolvimento das habilidades empreendedoras os coloca em melhores condições para enfrentar um mundo em constante mudança e oferece vantagens também àqueles que preferem disputar a corrida do emprego (DOLABELA, 1999a, p. 54).

Apesar das críticas que faz sobre o papel da escola, quanto à preparação para o trabalho formal, pode-se entender que Dolabela mantém a idéia de escola como lócus de formação para o mercado de trabalho. Diferencia-se apenas no modo como essa formação para o mercado de trabalho deve se dar, ou seja, mediada por

uma metodologia que instrumentalize o jovem na estruturação e realização de um sonho, de uma visão de empreendimento, em uma realidade que lhe exige ser um “identificador” das inúmeras e potenciais oportunidades que o mercado pode proporcionar. O jovem deve atuar sobre esse contexto de forma autônoma, e com a convicção de que as competências e atitudes empreendedoras desenvolvidas irão satisfazer as condições necessárias à sua auto-realização, tornado-o um importante agente no desenvolvimento econômico da sociedade, o que, no discurso de Dolabela (2003, p. 28), é “ser empreendedor, protagonista dos novos tempos”.

Dolabela e o grupo que representa se propõem a difundir uma concepção de mundo que, para eles, é inovadora, uma vez que tem um caráter estruturante frente à realidade vivenciada pelas sociedades atuais, no contexto econômico. Essa concepção de mundo supostamente inovadora refere-se à educação empreendedora, que deve ser capaz de mobilizar a escola em função desse objetivo. Para tanto, o autor argumenta em favor de uma Teoria dos Sonhos, responsável por arregimentar tanto os indivíduos quanto a coletividade, no sentido de acreditar que o sonho individual e o coletivo promovem sujeitos em condições de contribuir para o necessário progresso econômico e social.

A concepção de Dolabela apresenta, acentuadamente, um elemento não racional, vinculado à emoção, a partir da fé na capacidade de o indivíduo realizar-se por meio do sonho, mobilizador de ações empreendedoras que o concretizem. E, nesse âmbito, encontra-se a ação da “escola empreendedora”.

A título de reflexão, cumpre verificar as contribuições de Vitor Henrique Paro (1999) referente à crítica da escola como espaço de formação para o mercado de trabalho. Em seu texto, *Parem de Preparar para o Trabalho: Reflexões Acerca dos Efeitos do Neoliberalismo sobre a Gestão e o Papel da Escola Básica*, o autor afirma que o trabalho, como categoria central explicativa da sociedade e da história, não pode ser confundido com a razão de ser e o objetivo último do homem enquanto ser histórico.

O trabalho em sua forma humana é, pois, a *mediação* que o homem necessita para construir-se historicamente. (...) O trabalho possibilita essa historicidade, não é a razão de ser dela. O trabalho é central porque possibilita a realização do *bem viver*, que é precisamente o usufruir de tudo que o trabalho pode proporcionar. (grifos do autor) (PARO, 1999, p. 106).

Paro (1999) ressalta que não é essa a centralidade que importa à escola capitalista, visto que ela “sempre preparou para viver na sociedade do capital sem contestá-la, sempre preparou para o trabalho, (...) para o trabalho alienado⁴³, (...) significado sempre preparação para o mercado” (p. 113). Como ressalta Frigotto (1989, p. 14),

A concepção burguesa de trabalho vai se construindo, historicamente, mediante um processo que o reduz a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que aparece como trabalho abstrato em geral, força de trabalho. **Essa interiorização vai estruturando uma percepção ou representação de trabalho que se iguala à ocupação, emprego, função, tarefa, dentro de um mercado (de trabalho)** (grifos nossos). Dessa forma, perde-se a compreensão, de um lado, de que o trabalho é uma relação social e que esta relação, na sociedade capitalista, é uma relação de força, de poder e de violência; e, de outro, de que o trabalho é a relação social fundamental que define o modo humano da existência, e que, enquanto tal, não se reduz à atividade de produção material para responder à reprodução físico-biológica (mundo da necessidade), mas envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer etc. (mundo da liberdade).

A centralidade que se da à escola, como preparação para o mercado de trabalho, por pessoas e instituições dos mais variados matizes, acontece porque “em primeiro lugar, há, entre boa parte dos educadores, a crença de que a escola só ganha *status* de preocupação nacional se ela contribuir com algum retorno para o sistema econômico” (PARO, 1999, p.111). Assim,

A educação (...) é colocada, inversamente, sob a determinação direta das condições de funcionamento do mercado capitalista. É, com efeito, aquilo que poderíamos chamar de “concepção produtivista de educação” que domina o panorama educativo da segunda metade do século XX (SAVIANI, 2002, p. 22).

Paro (1999) indica que outro equívoco está no entendimento de que, se a pessoa não ascendeu socialmente é porque não estudou e não pelo fato de ser submetida às desigualdades inerentes à sociedade capitalista. Por parte dos empresários, há reivindicações por maior eficiência na preparação do trabalhador,

⁴³ De acordo com Paro (1999, p. 108), o trabalho “é alienado não porque, simplesmente, é dividido, mas por conta da cisão (...) em que o produto do trabalho aliena-se, separa-se, do trabalhador.

alimentando a falsa idéia de que “a preparação para o trabalho na escola diz respeito à dependência que o sistema produtivo teria de um grande contingente de profissionais com formação acadêmica cada vez maior e mais atualizada” (p. 112). Na chamada sociedade informacional, ou do conhecimento, a progressividade na vida acadêmica mantêm-se restrita a poucos, não alcança a grande massa de trabalhadores, pelo contrário, acirra esse distanciamento.

De acordo com o autor, “nessa perspectiva, preparação para o trabalho tem o significado sempre de preparação para o mercado, com prejuízo de funções mais elevadas da escola” (p. 113). Conforme Paro (1999), a preparação para o mercado de trabalho não deve ser um problema da escola, especialmente a pública, que tem a tarefa primordial de formar criticamente os educandos para a cidadania, “instrumentalizados intelectualmente para a superação da atual organização social que favorece o trabalho alienado” (p. 112). Nesse sentido, afirma que

... se entendemos que a educação é atualização histórico-cultural dos indivíduos e se estamos comprometidos com a superação do estado geral de injustiça social que, em lugar do bem viver, reserva para a maioria o trabalho alienado, então é preciso que nossa escola concorra para a formação de cidadãos atualizados, capazes de participar politicamente, usufruindo daquilo que o homem historicamente produziu, mas ao mesmo tempo dando sua contribuição criadora e transformando a sociedade. Só assim a escola estará participando de forma efetiva como elemento da necessária “reforma intelectual e moral”, de que nos fala Gramsci (grifos do autor) (PARO, 1999, p. 114).

Na obra *A Organização da Escola e da Cultura*, ao abordar sobre a disseminação de escolas profissionalizantes, Gramsci (1978) faz uma crítica à finalidade da escola como preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Segundo o autor, na civilização moderna, onde se estabeleceram novas bases produtivas, “ao lado da escola ‘humanista’, destinada a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral” (grifo do autor) (p. 117), foi-se desenvolvendo um tipo de escola voltada à formação de especialistas - técnica. Essa divisão seguia um esquema racional: “a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (p. 118).

Com o desenvolvimento da indústria moderna e a conseqüente exigência de um novo tipo de intelectual, a tendência, segundo Gramsci (1978), foi a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada e formativa” (p. 118), difundindo cada vez mais as escolas profissionais, nas quais o destino do aluno é predeterminado. Para o autor, na escola atual das sociedades modernas, “verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada” (p. 136). As escolas profissionais são entendidas como democráticas, mas, na verdade, reforçam as diferenças sociais.

Pode-se extrair das análises de Gramsci (1978), quando trata da escola criadora⁴⁴, que, em seu entendimento, a escola não deve significar “**uma escola de inventores e descobridores (...) não um programa predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo**” (grifos nossos) (p. 124). Transpondo para o presente estudo, não um programa que molde a formação de jovens empreendedores. As proposições de Fernando Dolabela e daqueles que se alinham às orientações do ideário da educação empreendedora parecem caminhar nessa direção, ou seja, como expresso em Saviani (2002, p. 23), quando trata a respeito da teoria do capital humano, na direção “em que prevalece a busca pela produtividade guiada pelo princípio de racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio”.

⁴⁴ Segundo Gramsci (1978, p. 124), a escola criadora é o coroamento da escola ativa. Para o autor, “na fase criadora, sobre a base já atingida de ‘coletivização’ do tipo social, tende-se a expandir a personalidade, tornada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea. Assim, a escola criadora (...) indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi o de desvelar a lógica do discurso da educação empreendedora para a formação do jovem trabalhador. O discurso do empreendedorismo para os jovens vem construindo e afirmando uma representação dos jovens trabalhadores como empreendedores. Esse estudo objetivou responder como, quando e por que os jovens aparecem no discurso do empreendedorismo. Para tanto, refletiu-se sobre o que é o empreendedorismo, qual a lógica que sustenta o discurso de formação de jovens empreendedores, o que é a educação empreendedora, quais seus pressupostos e a sua orientação político-pedagógica para os jovens.

Empreendedorismo é uma livre tradução da palavra *entrepreneurship*. Refere-se a uma área de grande abrangência que trata de campos como o empreendimento de novos negócios - criação de empresas -, empreendedorismo comunitário - as comunidades empreendedoras -, o empreendedor/trabalhador independente - geração do auto-emprego -, o intra-empendedor - empregado empreendedor -, bem como de políticas públicas que objetivam a formação de empreendedores e o desenvolvimento e financiamento de empreendimentos.

Seu principal agente é o empreendedor, cuja noção advém das teorias elaboradas por economistas clássicos como Jean Batist Say, Adam Smith e Alfred Marshall. Em uma síntese das contribuições dos referidos teóricos ao conceito de empreendedor, tem-se que é um proprietário capitalista, que assume riscos, um fornecedor de capital que gerencia todos os fatores de produção empregados em um negócio.

Na atualidade, a expressão empreendedor apóia-se, principalmente, no significado dado a ela pelo economista austríaco Joseph Schumpeter que, em uma de suas obras mais relevantes, *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1942), desenvolve uma teoria a respeito da importância da inovação para o ciclo do desenvolvimento econômico e o papel do empresário - empreendedor - nesse processo. Para Schumpeter, o empreendedor, seja detentor ou não do crédito - capital financeiro -, é um *destruidor criativo* que irá dinamizar a economia por intermédio da inovação ou, em outras palavras, por meio das novas combinações e/ou realocação dos fatores de produção e introdução de novas tecnologias.

Segundo seus seguidores, os neoschumpeterianos, sua teoria é a que melhor responde aos desafios do atual estágio do capitalismo, pois ressurgiu em uma “época em que floresce o *slogan*: viva a inovação, abaixo o Estado, viva o empresário (e o mercado)” (CORIAT e BOYER, 1985).

No discurso do empreendedorismo, o empreendedor é o motor da economia, um agente de transformação, dentro e fora das organizações. É o indivíduo adequado para a competitividade, ajustado ao novo regime de acumulação capitalista, portador de qualidades como flexibilidade, independência, inovação, aquele que assume riscos e busca realizar seus sonhos de ascensão e mobilidade social. Com este conjunto de argumentações, o discurso empreendedor movimentou-se à procura de adesão às suas orientações, sob a premissa de que o trabalhador deve converter-se em empreendedor, a fim de enfrentar as novas demandas laborais do mundo globalizado e a complexa situação de desemprego.

De acordo com a proposta empreendedora, os que vivem do trabalho poderão garantir a sua posição em um mercado competitivo libertando-se das limitações do paradigma tradicional do trabalho formal. Cabe ressaltar que suas proposições destinam-se a todo e qualquer personagem presente no mundo do mercado, mas recentemente tem se dirigido a um público específico - os jovens. O discurso empreendedor sustenta-se na perspectiva neoliberal de que a saída para a desocupação e o desemprego está no microempreendimento da juventude e, em decorrência, na preparação e educação dos jovens para assumirem a condição de potenciais e futuros empreendedores.

Investigar o discurso empreendedor, tendo o jovem como interlocutor privilegiado, constitui o foco da presente dissertação. Esse buscou desvelar aspectos de uma concepção - a do empreendedorismo - que vem reforçar, no campo da disputa dos significados atribuídos à condição juvenil, uma ordem de proposições que entende os segmentos jovens como um capital humano que deve ser rentável e produtivo, e que se expressa sob a égide do ideário neoliberal, amparado nas novas orientações do capital para o jovem trabalhador.

Com o objetivo de analisar o discurso do *jovem empreendedor*, concernente a sua pertinência histórica, organicidade e fundamentos de persuasão, tem-se como principal instrumento o conceito de ideologia em Gramsci. Para Gramsci, ideologia significa uma concepção de mundo, é considerada uma superestrutura e está

presente em todas as atividades humanas, não se restringindo apenas ao campo de produção de idéias.

O autor distingue as ideologias entre aquelas que são historicamente orgânicas, necessárias a uma determinada estrutura, e as arbitrárias, que surgem por iniciativas individuais, e que estão ainda presas a seu núcleo racional - plano intelectual e formal. À medida que são historicamente necessárias, “têm uma validade que é a psicológica, (...) organizam as massas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição” (GRAMSCI, 1984). Ao contrário, quando arbitrárias, criam apenas movimentos individuais, polêmicas que não trazem solução aos problemas apresentados pela história.

Como salienta Canezin (2001), ao conceber a ideologia como “modos de pensar e agir de grupos e classes”, Gramsci (1984) não a julga por critérios de verdade ou falsidade, mas pela eficiência na capacidade de persuadir, de convencer, de tornar-se uma força material ao penetrar nas massas e, dessa forma, adquirir a *solidez das crenças populares*.

A pesquisa revelou que o discurso empreendedor direcionado ao jovem surge em meio a uma grave crise nas relações sociais capitalistas. No plano sócio-econômico, essa crise explicita-se: na hegemonia do capital especulativo, fruto da expansão e intensificação do processo de internacionalização do capital; no desemprego estrutural, resultado do processo de reestruturação produtiva e da implementação de políticas de desregulamentação do mercado de trabalho; e no monopólio científico-tecnológico obtido pelas economias centrais capitalistas e corporações transnacionais. No plano ético-político, a crise se expressa na naturalização da exclusão e no apelo ao individualismo, próprios da apologia neoliberal. De forma conjugada, esses fatores implicaram em uma crescente concentração do capital e promoveram um crescimento sem precedentes da exclusão social na ordem mundial.

Nesse contexto, sintetiza-se o movimento do mercado em duas palavras - competitividade e flexibilização, e para elas devem voltar-se todos os esforços de indivíduos, sociedades, Estados e Governos, especialmente dos que se inscrevem na periferia do capitalismo mundial, “interessados” em ajustar-se à nova realidade.

No que se refere aos Estados nacionais, é postulado pelo ideário neoliberal que o único caminho para a competitividade internacional está na adoção das orientações encaminhadas pela burocracia econômica norte-americana e pelos organismos internacionais - FMI, BM, BID -, cujas proposições impõem, por exemplo, a implementação de políticas que impliquem uma rigorosa austeridade fiscal e disciplina monetária, a exposição das empresas nacionais à competição externa, um rigoroso processo de desregulamentação dos mercados financeiros e do trabalho, e a ampliação das privatizações das organizações e dos serviços públicos. Todavia, o requisito principal é a não intervenção do Estado na economia.

A economia deve ser supostamente regida pelas leis do mercado. O Estado tem de ser mínimo na regulação do capital e na defesa das instituições e dos bens públicos, mas interventor quando cuida dos interesses do capital, como na qualificação da mão-de-obra, na flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, na defesa das patentes estrangeiras e na sustentação do mercado financeiro. O Estado deve atuar, ainda, como “parceiro” das grandes corporações internacionais, estabelecendo vantagens comparativas em relação a outros países, a exemplo dos incentivos fiscais e financiamentos, para atrair o capital produtivo externo.

Quanto aos trabalhadores, é preciso ressaltar que as organizações, em busca de maior competitividade, produtividade e retorno do capital investido, trataram de investir na flexibilização do uso do capital e trabalho. A microeletrônica e a informática possibilitaram a substituição dos paradigmas tayloristas-fordistas por sistemas organizacionais mais flexíveis e integrados.

Novos métodos e técnicas de organização e gestão do processo produtivo, associados à desregulamentação do mercado de trabalho resultaram em uma drástica redução nos níveis de emprego e em constantes tensões nas relações de trabalho, fruto da intensidade com a qual o trabalhador é explorado, da ameaça constante que sofre de perda do emprego, da flexibilização de seu trabalho - terceirização, trabalho temporário -, além do aumento crescente dos sobrantes, trabalhadores não integrados ao sistema produtivo.

Nesse cenário, os jovens tornam-se uma das principais vítimas da desestruturação do mercado de trabalho, resultado da combinação da expansão das

taxas de desemprego aberto, do processo de desassalariamento e da geração de postos de trabalhos precários.

Frente a essa realidade, de acordo com a lógica do capital para o trabalho, o jovem que pretende ser competitivo deve responsabilizar-se por sua empregabilidade, para estar apto a disputar uma posição no mercado.

O discurso do empreendedorismo propõe-se a ser a solução para que Estados e trabalhadores ajustem-se às exigências de competitividade da globalização econômica. De um lado, por se apresentar como indutor da prosperidade econômica, como o motor do desenvolvimento econômico, e, de outro, como alternativa à situação de desemprego.

Segundo a perspectiva empreendedora, diante das mudanças tecnológicas e socioeconômicas, ocorridas em escala mundial, o caminho para o crescimento econômico das economias emergentes está na ampliação de sua atividade empresarial, especialmente pela promoção e fortalecimento de pequenos e médios negócios e empresas de base tecnológica. Como lastro para seu argumento, a retórica empreendedora invoca a crescente participação das pequenas e médias empresas no Produto Interno Bruto - PIB dos países que investem no empreendedorismo, bem como a contribuição delas para a geração de empregos. Toma como modelo privilegiado a economia americana que, por suas iniciativas no campo do empreendedorismo, é considerada a principal referência de compromisso com a cultura empreendedora e exemplo a ser seguido de progresso econômico.

Em relação aos jovens, a lógica empreendedora sugere que, em um ambiente favorável às iniciativas empreendedoras, a preparação e a educação do jovem para o empreendedorismo fará com que ele possa estabelecer uma outra relação com o mercado e com o seu trabalho. Como empreendedor, atuando de forma autônoma, o jovem não estará mais na situação de refém das escassas oportunidades de emprego, pois tornar-se-á um *identificador de oportunidades*, promotor de ações efetivas e inovadoras em prol do desenvolvimento econômico e da criação de novos postos de trabalho.

A concepção empreendedora permeia tanto a esfera da sociedade civil quanto a da sociedade política, ocupando espaços na mídia, nos discursos oficiais, em projetos e programas de organizações estatais e não governamentais, nas

orientações e projetos financiados pelos organismos internacionais, nas instituições escolares em diversos níveis etc. Isso pode ser evidenciado por iniciativas que, no Brasil, difundem e reproduzem ideologicamente o empreendedorismo, como, por exemplo: as ações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; a criação da Sociedade Brasileira para Exportação de Software - Softex; o programa Pequenas Empresas Grandes Negócios - PEGN, veiculado pela Rede Globo de Televisão; o Programa REUNE - BRASIL, voltado à Educação Superior; as ações do Governo Federal na implantação dos programas Brasil Empreendedor (1999), Técnico Empreendedor (2002) e Educação Empreendedora para o Ensino Médio (2002), do Ministério da Educação; e o Programa Jovem Empreendedor (2004), uma variável do Programa Primeiro Emprego.

A expressão **jovem empreendedor** torna-se consistente e orgânica quando reforça a idéia do jovem independente, competitivo e principal responsável - senão o único - por sua trajetória pessoal e profissional. O discurso do jovem empreendedor intensifica-se a partir da promulgação da Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), quando a orientação da promoção de um *trabalho decente - digno e produtivo* - para o jovem, passa a integrar, de forma contundente, o receituário dos organismos internacionais direcionado aos países em desenvolvimento. É imperioso ressaltar que, como legítimos representantes dos interesses do capital, esses organismos reproduzem, em suas propostas, a concepção burguesa de trabalho, reduzindo-o, portanto, à ocupação, ao emprego ou à tarefa em um mercado de trabalho.

No decorrer da década de 1990, a ONU e a OIT desenvolveram uma série de iniciativas em prol do emprego do jovem, tais como: o Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e Adiante (ONU,1995); El Programa de acción sobre el desempleo de los jovens (OIT,1996-1997); Las Estratégias para combatir la marginación y el desempleo de los jovens (OIT,1998-1999); e, mais recentemente, sob o impulso da Declaração do Milênio, a Rede de Emprego para os Jovens (2001).

O diagnóstico realizado por essas entidades reconhece que, em decorrência do processo de globalização econômica, as oportunidades de emprego para o jovem tornaram-se raras, agravando o problema do desemprego juvenil. As oportunidades, quando surgem, na maioria das vezes, são em tempo parcial, ocasional, temporal, ou seja, em outras palavras, ocorrem de forma precária. O dado preocupante

exposto pela OIT é que 85% da população juvenil, na faixa dos 15 aos 24 anos, estão nos países em desenvolvimento, o que torna iminente a possibilidade dessa parcela da população encontrar-se em situação de pobreza. Portanto, torna-se imprescindível promover um *trabalho decente - digno e produtivo* - para o jovem.

De um modo geral, na leitura das concepções veiculadas pelos organismos internacionais, o que impede o jovem de conquistar um emprego digno e produtivo é a falta de formação e de treinamento. Acredita-se que a evasão escolar e o treinamento sem relação com as necessidades do mercado são as principais razões para a perpetuação do ciclo vicioso do subemprego e da pobreza.

Nesse sentido, é proposto que seja dada prioridade ao investimento em políticas que facilitem a transição escola-trabalho, proporcionando um impulso na vida profissional dos jovens, especialmente na dos menos favorecidos. Esses necessitam de um conjunto de habilidades centrais para o trabalho, tais como habilidades em comunicação, solução de problemas, trabalho em equipe e liderança, reforçando a perspectiva da lógica do capital para o trabalho, de que a empregabilidade relaciona-se aos processos de ensino e não às questões estruturais de organização do capitalismo.

De acordo com a OIT, a promoção de *trabalho decente* para os jovens, proporciona-lhes a possibilidade de perseguir seu bem estar e cultivar as suas aspirações em condições de liberdade, dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades. Proporcionar ao jovem um emprego decente significa dar a ele uma oportunidade de superar a pobreza.

O trabalho do jovem deve ser produtivo e gerar novos postos de trabalho. Segundo a OIT, a criação de empresas é uma das formas mais eficazes de se promover o emprego do jovem. Nessa direção é que deve ser fomentada a cultura empreendedora junto aos jovens.

Ainda, os governos, nos âmbitos nacional e local, devem incorporar e incentivar um conceito amplo de empreendedorismo que estimule a iniciativa pessoal do jovem, aproveitando todo o seu potencial de criatividade, inovação e realização. Os jovens devem enfrentar os desafios e convertê-los em oportunidades, para, dessa forma, responder aos grandes problemas de desenvolvimento social e econômico em seus países. Afirma-se, portanto, a idéia do *jovem produtivo*, agente

de transformação social e econômica. De revolucionários e delinquentes, os jovens tornam-se os principais protagonistas das estratégias necessárias ao combate à situação de desigualdade social e pobreza. Tornam-se os responsáveis pelo destino econômico da sociedade a que pertencem e, portanto, pelo seu próprio destino.

Neste estudo, chegou-se ao entendimento de que a visão conservadora de protagonismo juvenil, alicerçada no conceito de *empoderamento*, forjado no âmbito dos organismos internacionais, é que sustenta a perspectiva do jovem trabalhador como empreendedor.

O *empoderamento* refere-se ao crescimento da força política, social ou econômica dos indivíduos. *Empoderar* sugere participação, direitos, responsabilidades e integração social. Quanto aos jovens, significa conferir-lhes poder como indivíduos que podem tomar as decisões relativas à sua inclusão, e de sua localidade, na chamada modernidade.

Para os organismos internacionais, o *jovem empoderado* dos países subdesenvolvidos deve assumir a sua condição de protagonista, de personagem principal, no combate à pobreza, atuando como um agente de transformação e desenvolvimento, mas sem co-responsáveis, chamando unicamente para si as conseqüências das ações que desencadeia, dos riscos de sua empreitada.

De acordo com esses organismos, o *empoderamento* do jovem deve se dar por intermédio da educação. Tal perspectiva, imbricada com o conceito de protagonismo juvenil, é expressa nas políticas e projetos financiados por essas entidades na área da educação, voltadas à formação de empreendedores. Para os jovens trabalhadores dos países periféricos, ser um *protagonista empreendedor* é adequar-se ao novo ordenamento mundial. O sentido do protagonismo juvenil é o da inserção ou manutenção no mercado de trabalho, assim como o da superação das adversidades e do combate à pobreza, o que revela sua face conservadora e economicista.

A educação do jovem trabalhador para o empreendedorismo torna-se uma das diretrizes impostas pelos organismos internacionais tanto para a inserção competitiva do jovem no mercado, quanto para que ele próprio encaminhe soluções às implicações decorrentes da globalização econômica, como o desemprego e a pobreza.

A perspectiva da educação empreendedora está ancorada nas orientações da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, pois confere à educação o papel de dotar o indivíduo da capacidade de tomar o seu destino em suas mãos e contribuir para o progresso da sociedade. Esse princípio deve se apoiar no fomento à iniciativa, no espírito empreendedor dos indivíduos, que se acredita seja a melhor alternativa para os países em desenvolvimento alimentarem o seu desenvolvimento endógeno. Portanto, o *aprender a empreender* configura-se em mais uma das necessidades básicas de aprendizagem do jovem trabalhador, além das já propagadas *aprender a saber, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*, conforme consta do Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1999).

É fundamental que se destaque a relação da educação empreendedora com a Teoria do Capital Humano, cujas orientações de investimento no capital são amplamente disseminadas junto aos países do terceiro mundo, pelos organismos internacionais, mais especificamente pelo BM e BID. Um aspecto a ser destacado é a base convergente de seus pressupostos. Tanto a Teoria do Capital Humano como os fundamentos do conceito de empreendedor sustentam-se no pensamento dos economistas Adam Smith e Alfred Marshall. Marshall é considerado como aquele que mais contribuiu para a elaboração de programas e reformas sociais, objetivando promover o desenvolvimento econômico e a erradicação da pobreza. Nesse ponto, poder-se-ia enxergar alguma semelhança com o que fundamenta o propósito do empreendedorismo para os países em desenvolvimento.

Como ressalta Frigotto (1984), a Teoria do Capital Humano, como uma teoria do desenvolvimento, entende a educação como produtora de capacidade de trabalho, um fator de desenvolvimento econômico, e, como teoria da educação, tem a função de adequar as exigências educacionais às demandas do mercado de trabalho, numa clara visão instrumental e funcionalista da educação. A educação para o empreendedorismo viria a atender essas condições.

No pleno emprego da era keynesiana, submetida às orientações economicistas da Teoria do Capital Humano, a escola constituía-se um espaço institucional para a formação dos trabalhadores que seriam absorvidos pelo mercado. Redefinidas nas teses da sociedade pós-industrial - a sociedade do

conhecimento -, as propostas dessa Teoria provocam um deslocamento da função da escola como entidade integradora do indivíduo à sociedade.

Com o fim da promessa do pleno emprego, ocorre uma progressiva privatização da função econômica atribuída à escola. A ênfase se dá, agora, nas competências que o indivíduo deve adquirir para tornar-se competitivo no mercado de trabalho. Ele deve, então, tomar as suas próprias decisões, fazer as suas escolhas, para satisfazer às exigências de sua empregabilidade, o que transfere para ele a responsabilidade por sua integração. Por certo, *empreender* seria uma dessas competências e a educação empreendedora na escola seria uma estratégia de interiorização ou subjetivação da responsabilidade individual.

A elaboração teórica de Gramsci quanto a como se difunde uma nova ideologia - no sentido que ele lhe confere, de uma nova concepção de mundo -, contribuiu para o entendimento de como o jovem é levado a aderir aos propósitos da educação empreendedora.

Para Gramsci (1984), no processo difusor das novas concepções de mundo há dois elementos, o racional e o não racional. A forma racional refere-se à maneira como a ideologia é exposta e apresentada. Relaciona-se, ainda, à autoridade dos intelectuais que dão coerência lógica à ideologia, que exercem a função de articuladores entre a teoria e a prática, de organizadores do pensamento, que agrega conceitualmente aqueles que se identificam com a concepção de mundo e a ela aderem. De acordo com o autor, “o elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé”. Nas “massas a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé”, o que motiva e reforça as adesões.

Nesse estudo buscou-se analisar as formulações de Fernando Dolabela, um dos principais intelectuais que contribuem, no Brasil, para a construção do “corpus teórico” e da difusão do empreendedorismo mediante os processos educacionais. Dolabela expõe que o acirramento da concorrência intercapitalista e a utilização intensiva de tecnologia nos processos produtivos induziram o surgimento de uma nova ordem econômica, na qual as organizações estão cada vez menos dependentes da força de trabalho. Nessa realidade, o eixo do progresso econômico, anteriormente sustentado pelo Estado e as grandes empresas, desloca-se para os pequenos negócios. Dolabela defende que essa realidade requer do indivíduo uma nova atitude diante do trabalho e uma nova visão de mundo. A ação empreendedora

passa a ser uma exigência para todos, pois o processo de desenvolvimento econômico está diretamente relacionado ao grau de empreendedorismo de agrupamentos e comunidades.

Argumenta Dolabela que, nesse contexto, identificar oportunidades e gerar conhecimentos passa a ser o novo padrão de inserção no “mundo do trabalho”. Segundo o autor, o emprego estável não deve mais fazer parte do projeto de vida do jovem, pois o desenvolvimento de seu espírito empreendedor, *sua capacidade de sonhar*, o colocaria em melhores condições para enfrentar as transformações do mundo da produção. Em síntese, o autor apresenta as implicações das transformações oriundas do processo de globalização econômica como justificativa para a adesão do jovem ao empreendedorismo. Ora, se o emprego não pode mais se conformar em um projeto de vida, como despertar no jovem a motivação para protagonizar emprego? Em outras palavras: “criar trabalho”, como consta, de forma contundente, dos propósitos do empreendedorismo?

Como metodologia formadora do jovem para o empreendedorismo, o autor apresenta a “Pedagogia” Empreendedora e a Oficina do Empreendedor, apoiadas no que denominou de Teoria dos Sonhos, e cujo objetivo é instrumentalizar o jovem na estruturação e realização de sua *Visão*, de seu sonho. Além das competências técnicas e instrumentais, o jovem deve ter a capacidade de sonhar.

O sonho do jovem deve ser aquele estruturante, com a energia - a emoção - capaz de impulsiná-lo, ao se transformar em algo concreto, em um projeto de ação, em outros termos, em um empreendimento. O elemento não-racional - a emoção - tem o sentido da crença, da fé que o jovem deve ter em sua capacidade de sonhar e concretizar suas aspirações, a fim de conquistar sua auto-realização. Dessa forma, induz o jovem a acreditar que terá condições de assumir a responsabilidade pela construção de seu próprio destino.

Dolabela advoga que a educação para o empreendedorismo deve fazer parte do currículo da escola e até mesmo ser a base de sua estratégia educacional, de modo a educar os jovens, por meio de sua participação ativa no processo de aprendizagem, não para o trabalho formal, mas para a sua independência e autonomia, para a capacidade de gerar o próprio trabalho, riqueza e inovação. Vale destacar que a idéia da participação ativa do aluno em sua aprendizagem não é um

elemento inovador, pois já fora amplamente disseminada pela Escola Nova, sob as influências da filosofia pragmatista de John Dewey.

Por certo, os principais interessados na disseminação da proposta de educação para o empreendedorismo nas escolas é o campo empresarial, os *homens de negócios*, no dizer de Frigotto (2003). Contraditoriamente ao que apregoam, que o jovem empreendedor será aquele que protagonizará o crescimento econômico e as novas oportunidades de trabalho, sua verdadeira intenção, ao que parece, é o de conformar o jovem à realidade do trabalho terceirizado, temporário, sem direitos e garantias sociais, e, acima de tudo, torná-lo, assumidamente, o principal responsável por seu eventual “fracasso”.

É preciso chamar a atenção para a gradativa, mas crescente, adesão de instituições educacionais à perspectiva empreendedora, sem antes promover uma reflexão mais aprofundada sobre suas motivações e conseqüências. Tal adesão reforça a forma acrítica de como o campo educacional tem incorporado as formulações do campo empresarial para a formação do jovem trabalhador. Entretanto, é preciso considerar que a educação não deve estar voltada à preparação dos jovens, como empreendedores, para um mercado de trabalho precarizado, mas sim para a formação de sujeitos que possam reconhecer e atuar sobre as determinações sociais, políticas e econômicas, com autonomia intelectual e compromisso social.

Cabe aqui sugerir ao campo da Pedagogia o aprofundamento de investigações sobre: a validade da utilização do termo pedagogia no que Dolabela denomina de “Pedagogia Empreendedora”; a adesão das escolas, especialmente as públicas, às propostas da educação do jovem para o empreendedorismo; os modos como essa proposta permeia o currículo da escola; os diferentes enfoques e metodologias utilizadas, haja vista a proliferação de propostas com a mesma orientação da de Dolabela; a eficácia desse tipo de proposta, cuja finalidade única é inculcar, ideologicamente, no jovem, a idéia de que ele deve ser um empreendedor.

Nesta dissertação, verificou-se que a educação empreendedora é um discurso que, sob o argumento da realização do sonho e do sucesso pessoal e profissional, apresenta-se como a solução para o “trabalho” do jovem, capaz de superar os desafios do desemprego e da pobreza. No entanto, concluiu-se que, dissimuladamente, seu resultado é a naturalização do jovem como um *protagonista*

empreendedor, isto é, o único responsável tanto por seu emprego ou desemprego - e, desse modo, por sua sobrevivência - quanto pelo desenvolvimento econômico da coletividade a que pertence. Enfim, o discurso da educação do jovem para o empreendedorismo revelou-se, sobretudo, pragmático e ideológico, ao reforçar o individualismo próprio da racionalidade neoliberal.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, 1997.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena. W. et al (Orgs). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir et al (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARRETO, Luiz Pondé. Educação para o empreendedorismo. In: **Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**, v. 20, n. 41, Julho/Dezembro, 1998.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 até nossos dias. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BIANCHETTI, Roberto. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BONNEWITIZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BRASLAVSKY, Cecília. **As novas tendências mundiais e as mudanças curriculares na educação secundária latino-americana na década de 90**. Brasília: UNESCO, 2001.

CALAZANS, Roberto Balau. A lógica de um discurso: o empresário Schumpeteriano. In: **Revista Ensaios Fundação de Economia e Estatística Siegfried (FEE)**, ano 13, nº. 2, Porto Alegre: FEE, 1992.

CANEZIN, Maria Tereza. **Introdução à teoria e ao método em ciências sociais e educação**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

_____. Contribuições conceituais sobre juventude e suas relações com o trabalho e a educação. In: **Revista da Faculdade de Educação, UFG**, n. 27 (1): p. 1-30, jan./jun, 2002.

CARRANO, Paulo César R. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CORIAT, Benjamin; Boyer, Robert. **O retorno de Schumpeter**: inovação, ciclos e crises. Trad. Maria Alice Nogueira. São Paulo: CEBRAP - Revista Novos Estudos, n. 12, Junho, 1985.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. O adolescente como protagonista. In: SCHOR, Nélia. **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

CORSI, Francisco Luiz. A globalização e a crise dos estados nacionais. In: DOWBOR, Ladislau et al (Orgs.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CUNHA, Marcus Vinícius. **John Dewey**: uma filosofia para educadores em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELORS, Jaques. **Educação**: um tesouro a descobrir - Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Mec; UNESCO, 1999.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Associados, 1999a.

_____. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Associados, 1999b.

_____. O ensino de empreendedorismo: panorama brasileiro. In: **Empreendedorismo**: ciência, técnica e arte. IEL - Brasília: CNI. IEL Nacional, 2000.

_____. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campos, 2001.

FERRETI, Celso J; ZIBAS, Dagmar; TARTUCE, Gisela. Potrogonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004.

FILION, Louis Jacques. O empreendedorismo como tema de estudos superiores. In: **Empreendedorismo**: ciência, técnica e arte. IEL - Brasília: CNI. IEL Nacional, 2000.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. 2 ed. Rio de Janeiro. Record, 2002.

FONSECA, Eduardo Giannetti. O capital humano na filosofia social de Marchall. In: **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2. São Paulo: Editora Brasiliense, abr./jun., 1992.

FOGAÇA, A. Educação e qualificação nos anos 90: o discurso e o fato. In: Bruno, Lúcia et al (Orgs). **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

_____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, Carlos Minayo et al (Orgs.). **Trabalho e**

conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1989.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Globalização e crise do emprego:** mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. Boletim técnico do SENAC, v. 25. n. 2, maio/ago. 1999.

_____. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: GAUDÊNCIO, Frigotto et al. (Orgs.) **Teoria e educação no labirinto do capital.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 5. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina et al (Orgs.). **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em Tempos Neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei et al (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados, HISTERDBR, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Protagonismo da Sociedade Civil.** São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Concepção dialética da história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HOBBSAWN. **Era dos extremos:** o breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, José Claudinei et al (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados, HISTERDBR, 2002.

_____. **Teorias da globalização.** 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL. Disponível em: <<http://www.inatel.com.br>> Acesso em: 13 jul. 2005.

IULIANELLI, Jorge Afílio. Juventude: construindo processos - o protagonismo juvenil. In: PONTES, Paulo Cesar et al (Orgs.). **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KON, Anita. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, Ladislau et al (Orgs.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAUGLO, Jon. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. Trad. Dagmar M. L. Zibas. In: Globalização e políticas educacionais na América Latina. **Cadernos de Pesquisa Nº 100**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Cortez, 1997, p. 11-36.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/proAção/proBraEmpreendedor>>. Acesso em: 12 de nov. de 2005.

MIRANDA, Marília Gouvea. Novo paradigma de conhecimento e políticas educacionais na América Latina. In: Globalização e políticas educacionais na América Latina. **Cadernos de Pesquisa Nº 100**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Cortez, 1997, p. 37-48.

Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <www.oit.org.br/inst/fund/mandato/index.php>. Acesso em: 14 de fev. de 2006.

PINCHOT, W. **Intrapreuring**: por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor. São Paulo: Harbra, 1989.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação do jovem no mercado de trabalho. São Paulo: Publicher Brasil, 2000.

_____. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PARO, Vitor. Parem de preparar para o trabalho: reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETI, Celso J. et al (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola. São Paulo: Xamã, 1999.

Peguenas Empresas Grandes Negócios. Disponível em: <<http://www.pegntv.globo.com>>. Acesso em: 20 de nov. 2005.

Programa de Desenvolvimento de Protagonismo e Cidadania. Disponível em: <<http://www.educar.com.br>> . Acesso em: 10 de abr. 2006.

SALERNO, Mário José. Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível. In: FERRETI, Celso J. et al (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, João Agostinho A. Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia. **Temas de ciências humanas**. São Paulo, v. 8, 1980, p. 39-64.

SANTOS, Boaventura. **A economia e a guerra**. Disponível em: <<http://www.agencia.cartamaior.uol.com.br//boletim>>. Acesso em 07 abr. 2005.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso J. et al (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei et al (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTERDBR, 2002.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Trad. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia et al (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, setembro/out/nov/dez. de 2003, p. 16-39.

ZIBAS, Dagmar M. L. Escola pública versus escola privada: o fim da história?. In: Globalização e políticas educacionais na América Latina. **Cadernos de Pesquisa Nº 100**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Cortez, 1997, p. 57-77.

_____. Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. In: **Educação & Sociedade**. Revista de Ciência e Educação. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1067-1086, out. de 2005.

DOCUMENTOS

Banco Interamericano de Desarrollo. El Nuevo rostro Empresarial: Indagación sobre el Empresariado Juvenil en América Latina y el Caribe. Banco Interamericano de Desarrollo, Colômbia, 2004.

Declaração do Milênio. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>. Acesso em: 05 de abr. de 2006.

Em direção a uma Aliança Mundial em prol do Emprego de Jovens: os cinco passos a seguir. Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgatv/prg_esp/yen.php>. Acesso em: 12 de abr. de 2006.

Introdução aos ODM. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>. Acesso em: 05 de abr. de 2006.

Resolução Adotada pela Assembléia Geral. Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgativ/prg_esp/yen.php>. Acesso em: 12 de abr. de 2006.

Os Jovens são a solução. O Problema é o desemprego. Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgativ/prg_esp/yen.php>. Acesso em: 12 de abr. de 2006.

Juventude e Emprego: Divisão de Políticas de Emprego da OIT-Genebra. In: Organização Internacional do trabalho. Desemprego Juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2 ed. Brasília: OIT, 2001. p. 41-48.

Um Buen Comienzo: Trabajo Decente para lós Jóvenes. Documento Informativo Reunión Tripartita sobre el Empleo de los Jóvenes: el caminho a seguir. In: Organización Internacional del Trabajo. Sector de Empleo. Oficina internacional del Trabajo. Ginebra, octubre de 2004a.

Tendências da Educação Superior para o Século XXI. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Trad. Maria Beatriz R. de O. Gonçalves. IL. Edson Fogaça. Paris: UNESCO/CRUB, 1998.

Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil. In: Organización Internacional del Trabajo. Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra, agosto de 2004b.